

Andreia Taveira Feitais

Impactos da Crise na Qualidade de Vida

“O Caminho faz-se caminhando”

Dissertação realizada no âmbito do 2º Ciclo do Mestrado em Sistemas de Informação
Geográfica e Ordenamento do Território.

Orientada pela Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos

Coorientada pela Professora Doutora Teresa Maria Vieira de Sá Marques

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

Impactos da Crise na Qualidade de Vida

Andreia Taveira Feitais

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território orientada pela Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos e coorientada pela Professora Doutora Teresa Maria Vieira de Sá Marques

Membros do Júri

Professor Doutor Paula Maria Guerra Tavares
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Carlos Valdir de Meneses Bateira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Fátima Loureiro de Matos
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

*“Felicidade
Facto motivador que
Eleva a nossa Qualidade de vida e nos
Leva a um estado
Inexplicável de bem-estar
Com tudo ao nosso redor
Intrigante sentimento ...
Desejamos ter por toda a vida
Assim a buscamos dia a dia, mas
Depois percebemos que
Ela está nas coisas mais simples da vida...”*

(Claudemilson

Índice

Agradecimentos.....	9
Resumo.....	11
Abstract.....	12
Índice de Figuras	13
Índice de Quadros.....	15
Índice de Mapas.....	16
Lista de abreviaturas e siglas	17
Introdução	18
1.1 Justificação do Tema	18
1.2 Objetivos do trabalho.....	20
1.3 Metodologia e limitações.....	20
1.4 Estrutura da Dissertação	23
1ª PARTE	26
ENQUADRAMENTO TEÓRICO/CONCEPTUAL.....	26
Capítulo 1 – Qualidade de Vida	27
1.1. Como surgiu a temática Qualidade de Vida e a evolução ao longo das décadas. 30	
1.2 As diferentes teorias e a definição do conceito Qualidade de Vida.....	33
1.3 A dimensão objetiva e subjetiva, material e imaterial, individual e coletiva da Qualidade de Vida.	36
1.4 Dimensão Objetiva e Subjetiva.....	38
1.5 Multidimensionalidade da Qualidade de Vida.....	42
Capítulo 2. – Estrutura Social	44
2.1 Estrutura Social.....	44
2.2 Estratificação Social	45

2.3 Classes Sociais	47
2.4 Desigualdades sociais	48
2.4.1 Pobreza	50
2.4.2 Exclusão Social	51
2.4.3 Desemprego.....	53
2.4.4 Envelhecimento.....	54
Capítulo 3. – Crise	56
3.1 Crasch da bolsa de valores de Nova Iorque 1929	56
3.2 Crise Económica e Financeira 2007 /2008	58
3.3 Crise Económica e Financeira de 2008 na Europa e em Portugal	60
2 ° Parte/ APLICAÇÕES PRÁTICAS.....	66
Enquadramento	67
Capítulo 4 – Representação Cartográfica dos Fenómenos Sociais na Área Metropolitana do Porto.....	68
4.1- Metodologia Cartográfica.....	68
4.2 Representação Cartográfica dos Fenómenos Sociais na Área Metropolitana do Porto.....	73
4.2.1- Enquadramento Territorial.....	73
4.2.2- Estrutura Etária da AMP	75
4.2.3- Nível de Escolaridade, Ensino Inferior ao Básico e Ensino Superior na AMP	87
4.2.3- Desemprego na AMP.....	99
Capítulo 5- Análise Subjetiva da Satisfação com a Vida em diferentes domínios e os Impactos da Crise na Qualidade de Vida no Grande Porto.....	107
5.1- Enquadramento do território no Grande Porto	108

5.2- Método de Análise.....	108
5.2.1- Caracterização individual do inquirido.....	108
5.2.2- Satisfação dos Inquiridos em vários domínios (saúde, habitação, relações, emprego, salário), relativamente ao seu Concelho de Residência e os Impactos da Crise na Qualidade de Vida.....	115
Conclusão	136
O Caminho Feito.....	136
Referências bibliográficas	142
Anexos.....	145
Anexo 1- Peso da População Idosa em 2011, na AMP	145
Anexo 2- Percentagem da População Idosa em 2011 na AMP	146
Anexo 3- Peso da População Jovem Residente na AMP em 2011,	147
Anexo 4- Percentagem de População Jovem no AMP, em 2011	148
Anexo 5- <i>Cluster</i> Percentagem da Estrutura Etária da população residente na AMP	149
Anexo 6- Peso da População com um Nível de Instrução Inferior ao Básico na AMP, em 2011.....	150
Anexo 7- Percentagem da População com um Nível de Instrução Inferior ao Básico na AMP, em 2011	151
Anexo 8- <i>Cluster</i> Percentagem e Peso da População com um Nível de Instrução Inferior ao Básico na AMP, em 2011	152
Anexo 9- Peso da População com Ensino Superior ao Básico na AMP, em 2011...	153
Anexo 10- Percentagem da População Residente, com Ensino Superior, em 2011 na AMP.....	154
Anexo 11- <i>Cluster</i> Peso e Percentagem da População Residente, com Ensino Superior, em 2011 na AMP	155

Anexo 12- <i>Cluster</i> Percentagem da repartição diferentes níveis de Escolaridade na AMP, em 2011	156
Anexo 13- Peso da População Residente Desempregada na AMP em 2011.....	157
Anexo 14- Percentagem de População Residente Desempregada, na AMP em 2011	158
Anexo 15- <i>Cluster</i> do Peso e Percentagem do Desemprego em 2011 na AMP	159
Anexo 16- <i>Cluster</i> da Percentagem de Desempregados em 2011 na AMP.....	160
Anexo 17- Percentagem do tempo que um individuo demora a chegar ao trabalho	161
Anexo 18- Percentagem de qual a repartição mais húmida da casa dos inquiridos .	161
Anexo 19- Caracterização da Habitação do Indivíduos em percentagem	161

Agradecimentos

Chegado a esta etapa final do percurso académico e como ninguém é capaz de escrever uma tese sozinho. Estas páginas escritas por mim dificilmente existiriam senão tivesse tido o vosso apoio, aos quais seguidamente vou oferecer algumas palavras de agradecimento pelo contributo que tiveram durante esta jornada e espero não me esquecer de ninguém se isso acontecer é apenas por ser um espaço muito escasso.

Começo por agradecer a minha família que sempre me apoiou principalmente nesta reta final sem dúvida a mais difícil na qual andei perdida e algumas vezes tive vontade de desistir e tive sempre uma palavra de carinho, conforto e força por isso quero deixar aqui uma muito obrigada a minha mãe ao meu pai e ao meu irmão por todos os esforços e aos meus avôs.

De seguida quero agradecer á Prof^a. Doutora Fátima Matos Ribeiro, a minha orientadora, por todas as observações, pelos ensinamentos e experiências que me proporcionou e pela bibliografia que me aconselhou.

À Prof^a. Doutora Teresa Sá Marques, minha coorientadora, agradece-lhe pelo tempo que me dispensou comigo e pela ajuda na recolha de alguma bibliografia e de algumas experiências.

Ao Diogo Ribeiro, pois ajudou-me a resolver algumas dúvidas/problemas que me foram surgindo durante o tratamento dos dados.

Um muito obrigado a Prof^a Eugenia Paula Almeida, pelo tempo que me despendeu e por toda a disponibilidade que me ofereceu neste longo caminho.

Quero agradecer a Diana Silva pelas infinitas horas que passamos juntas a trabalhar para a tese tanto na nossa sala da residência como no laboratório de cartografia e por ouvir os meus desabafos sempre e pelos incentivos.

Um muito obrigado a estas meninas Telma Fernandes, Catarina Fernandes, Rosário Machado, Catarina Neto e a Joana Magalhães que também me foram ouvindo apoiando pois estávamos todas nesta dura tarefa de escrever a tese. Filipe Ribeiro e Barbara Alves apesar de vocês ainda não estarem nesta dura tarefa obrigada.

Á Adelina Marina por todo o apoio e conselhos que me deu ao longo desta jornada

que foram muito importantes.

Joana Costa e Sandra Valente como é óbvio um muito obrigada por tudo durante estes anos todos.

Um muito obrigado a todas as meninas com quem partilhei bloco C amarelo, pois foi durante estes cinco anos a minha segunda casa e a minha segunda família.

Agradecer também todos e a todas que me foram dando uma palavra de incentivo, uma dica, um sorriso, uma dor de cabeça, um abraço, os que foram pacientes, os que me contaram um piada, que me fizeram acreditar que conseguia...

Agradecer a todos que de certa maneira fizeram parte da minha vida e que partilharam diferentes momentos comigo durante este meu percurso académico. Muito obrigado a todos sem vocês com certeza que não era a mesma coisa e no fim destes últimos 5 anos sou sem dúvida muito feliz por tudo que vivi aqui na Invita por isso um muito obrigado e estão no meu coração.

Resumo

O trabalho que a agora se apresenta tem por objeto de estudo os impactos da crise na Qualidade de Vida da sociedade atual, com o intuito de perceber a representação e as dimensões que a referida crise teve no quotidiano dos Portugueses, especificamente na Área Metropolitana do Porto.

Trata-se, então, de perceber como é que a população lidou com a conjuntura socioeconómica que se tem vindo a arrastar e as estratégias que utilizou para ultrapassar certas situações e minimizar o peso de outras. Analisa-se ainda, o impacto psicológico que esta fragilidade económica teve, sobretudo naqueles que vivenciam/ vivenciaram com maior intensidade um período, obviamente, ingrato para a população.

Partindo dos dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos ao Censo de 2011, através de uma metodologia que teve por base a elaboração cartográfica, fez-se a análise dos dados, colocando-se o enfoque na população supostamente a mais vulnerável a esta conjuntura, nomeadamente, os desempregados, os idosos, os cidadãos com nível de instrução baixo e jovens. Porém, detivemo-nos, também, nos jovens que, apesar do seu elevado grau de instrução, manifestam sérias dificuldades económicas, muitos deles sendo obrigados a abandonar o seu percurso académico ou mesmo o país, por não terem forma de serem sustentados, ou mesmo em busca de novas oportunidades de o fazer. Esta análise permitiu-nos cimentar a ideia de que vivemos numa sociedade altamente desequilibrada quando se trata do fator económico. Neste campo, a equidade é cada vez menor, inversamente ao nível cultural da população que se tem tornado mais homogéneo.

Com efeito, constatamos que, no dealbar do século XXI, não é suficiente ter um suporte cultural e académico para alcançar um nível de vida satisfatório. Não raras vezes, as habilitações académicas têm surgido como uma barreira para alcançar certos empregos, na medida em que a mesma atividade pode ser realizada por uma pessoa com menos habilitações e, por consequência, constitui uma mão-de-obra mais barata.

Este trabalho desenvolveu-se a partir de um estudo sobre Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, sendo todas as conclusões emanadas a partir das respostas dos inquiridos do Grande Porto, que nos permitiu verificar que de uma maneira geral os indivíduos avaliam positivamente a sua satisfação com a vida e satisfação com a oferta urbana. Porém quando tratamos questões económicas o nível de satisfação diminui.

Palavras-chave: Crise, Qualidade de Vida, População, Desigualdades

Abstract

The subjects of the present dissertation are the impacts of the crisis in the life quality of the present society, intending to understand the representations and the dimensions of the crisis in the daily life of the Portuguese, specifically in the Área Metropolitana do Porto.

The intention is to understand how the population dealt with the social economic status that is still present nowadays and what strategies were used to overcome some cases and mitigate others. It will be analysed also the psychological impact of the economic crisis, especially in those who suffer/suffered the most in this ungrateful time.

With the data of the Instituto Nacional de Estatística (INE), referring to the 2011 census, using a methodology based on cartography, the data analysis were made, putting the focus on the most vulnerable part of population in this conjuncture, such as the unemployed, the elderly, the citizens with low levels of education and the youth.

However, we also choose to analyse the case of the youth with high education levels, but in spite of that, show serious economical difficulties, which caused school dropouts and emigration, since they weren't capable of sustaining themselves and sought new opportunities to do it. This analysis allowed us to observe that this is a society with large economical disequilibrium.

On this subject, the fairness is progressively decreasing, and at the same time, the cultural level is getting more homogeneous. In fact, it is evident that in the beginning of the 21st century, it's not enough to have a strong academic and cultural support to accomplish a satisfactory living standard. Often, the academic qualifications are considered obstacles to achieve certain jobs, since the same job can be done by a person with lower qualifications, which constitutes cheaper labour.

This dissertation was developed, using the “Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação” study, and the conclusions were reached using the answers of the inquiries in the Grande Porto, which allowed us to observe that in a general way, the individuals evaluated in a positive way the life satisfaction and the urban supply. However, in the economic sense, the level of satisfaction is considerable lower.

Keywords: Crisis, Life Quality, Population, Inequalities.

Índice de Figuras

Figura 1- Estrutura da Dissertação	25
Figura 2- A Complexidade de Abrangência do conceito Qualidade de Vida	30
Figura 3- Perspectivas analíticas do conceito de Qualidade de Vida.....	37
Figura 4- Medidas e métodos para a avaliação da qualidade de vida.	39
Figura 5- Estratificação Social	45
Figura 6- Fatores de exclusão social	53
Figura 7- Ciclo vicioso.....	61
Figura 8- Zoom Percentagem da População Idosa residente no Concelho de Espinho.....	78
Figura 9 - Zoom do <i>Cluster</i> do Peso e Percentagem	82
Figura 10- Zoom do <i>Cluster</i> do Peso e Percentagem	82
Figura 11- Zoom do <i>Cluster</i> da Percentagem relativa à	86
Figura 12- Zoom do <i>Cluster</i> da Percentagem relativa à	86
Figura 13- Zoom dos Concelhos (Paredes, Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra) que apresentam um nível elevado de instrução inferior ao básico na AMP, e 2011.....	91
Figura 14- <i>Cluster</i> da repartição dos diferentes Níveis de Escolaridade no Concelho de São João da Madeira.....	97
Figura 15- Peso do Desemprego no concelho da Póvoa de Varzim	101
Figura 16- Zoom do <i>Cluster</i> da Percentagem de Desemprego no Concelho de Arouca e Vale de Cambra	105
Figura 17- Percentagem do nível de escolaridade dos inquiridos, no Grande Porto.....	110
Figura 18- Percentagem de inquiridos relativamente a sua condição perante o trabalho, no Grande Porto	111
Figura 19- Percentagem de inquiridos por Concelho de residência, no Grande Porto.....	112
Figura 20- Percentagem de inquiridos que trabalham fora do Concelho de residência, no Grande Porto	113
Figura 21- Percentagem do meio de transporte mais utilizado pelos inquiridos nas suas deslocações para o trabalho, Grande Porto	114

Figura 22- Percentagem do meio de transporte mais utilizado pelos inquiridos nas suas deslocações para o local de estudo, Grande Porto.....	115
Figura 23- Percentagem de aparelhos para aquecimento/arrefecimento da habitação dos inquiridos, Grande Porto	117
Figura 24- A média dos níveis de satisfação relativos a habitação e ao espaço envolvente à residência dos inquiridos, Grande Porto.....	119
Figura 25- Média do grau de satisfação dos indivíduos relativamente a oferta de habitação e oferta de emprego, residente no Grande Porto,	120
Figura 26- Média da satisfação dos inquiridos perante os níveis de limpeza, recolha de resíduos, espaços verdes e limpeza pública, no Grande Porto,	122
Figura 27- Média do grau de satisfação dos inquiridos relativamente a oferta dos espaços públicos e conservação de ruas, passeios, e edifícios, no Grande Porto,	123
Figura 28- Média do grau de satisfação dos inquiridos relativamente de serviço no Grande Porto,	124
Figura 29- Média do grau de satisfação dos inquiridos relativamente os facilidades de deslocação consoante meio de transporte utilizado no Grande Porto,	125
Figura 30- Média do grau de satisfação dos inquiridos no que diz respeito a suas reações com os outros, no Grande Porto,	126
Figura 31- Média do nível de satisfação dos inquiridos com o trabalho e com o salário, no Grande Porto,	128
Figura 32- Média da avaliação da Qualidade de Vida atual e há 5 anos atrás, Grande Porto. 129	
Figura 33- Percentagem da comparação da situação financeira dos inquiridos com a situação da maioria dos Portugueses, Grande Porto	130
Figura 34- Percentagem do agregado familiar dos inquiridos na que diz respeito a sua forma de sustento, Grande Porto	131
Figura 35- Percentagem dos indivíduos que deixaram poder adquirir determinados bens no ,Grande Porto 2014/2015).....	132
Figura 36- Percentagem do agregado familiar dos inquiridos que atrasaram os seus pagamentos, porque não tinham dinheiro nos últimos 12 meses	134
Figura 37- Percentagem da situação financeira do agregado familiar do inquirido há 12 meses atrás Grande Porto.....	135

Índice de Quadros

Quadro 1- <i>Output</i> Resultante síntese entre a percentagem e o peso dos Idosos IV, na AMP	80
Quadro 2 - <i>Output</i> Resultante síntese entre a percentagem e o peso dos Jovens IV, na AMP ..	84
Quadro 3- <i>Output</i> Resultante síntese entre a percentagem dos Jovens dos Adultos e dos Idosos VI, na AMP	85
Quadro 4- <i>Output</i> Resultante síntese entre a percentagem e o peso da população residente com Ensino Inferior ao Básico IV, na AMP	92
Quadro 5- <i>Output</i> Resultante síntese entre a percentagem e o peso do Ensino Superior III, na AMP	96
Quadro 6- <i>Output</i> Resultante síntese entre a percentagem do Ensino Inferior ao Básico, Ensino Básico e Secundário Completo, Ensino Superior.....	98
Quadro 7- <i>Output</i> Resultante síntese entre percentagem desempregada e o peso de desempregados V, na AMP.....	103
Quadro 8- <i>Output</i> Resultante síntese entre a percentagem de desemprego, percentagem de emprego, percentagem a procura do primeiro emprego e percentagem a procura de um novo emprego V, na AMP	105

Índice de Mapas

Mapa 1- Enquadramento Territorial da AMP,2015.....	74
Mapa 2- Peso da População Idosa em 2011, no Porto.....	76
Mapa 3- Percentagem da População Idosa Residente no Concelho do Porto em 2011.....	77
Mapa 4- <i>Cluster</i> do Peso e da Percentagem da População Residente Idoso em 2011 na AMP.....	79
Mapa 5- Peso da População Jovem Residente no Porto em 2011.....	80
Mapa 6- Percentagem de População Jovem no Porto, em 2011.....	81
Mapa 7- <i>Cluster</i> do Peso e da Percentagem de Jovens na AMP, em 2011.....	83
Mapa 8- Percentagem da Estrutura Etária da população residente no Porto.....	85
Mapa 9- Peso da População com um Nível de Instrução Inferior ao Básico no Concelho do Porto, em 2011.....	88
Mapa 10- Percentagem da População Residente com o Nível de Instrução Inferior ao Básico em 2011, no Concelho do Porto.....	90
Mapa 11- <i>Cluster</i> do Peso e da Percentagem da População Residente com Ensino inferior ao Básico, no Porto em 2011.....	92
Mapa 12- Pesos da População Residente com Ensino Superior no Concelho do Porto em 2011.....	93
Mapa 13- Percentagem da População Residente, com Ensino Superior, em 2011 no Concelho do Porto.....	94
Mapa 14- <i>Cluster</i> do Peso e da Percentagem da População Residente com Ensino Superior na AMP em 2011.....	96
Mapa 15- <i>Cluster</i> Percentagem da repartição diferentes níveis de Escolaridade no Concelho do Porto, em 2011.....	98
Mapa 16- Peso da População Residente Desempregada no Concelho do Porto em 2011.....	100
Mapa 17- Percentagem de População Residente Desempregada, no Concelho do Porto em 2011.....	102
Mapa 18- <i>Cluster</i> do Peso e Percentagem do Desemprego em 2011.....	103
Mapa 19- <i>Cluster</i> da Percentagem de Desempregados em 2011 na AMP.....	104
Mapa 20- Enquadramento do Grande Porto.....	107

Lista de abreviaturas e siglas

AMP- Área Metropolitana do Porto

BGRI- Base Geográfica de Referenciação de Informação

CEGOT- Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

E.U.A- Estados Unidos da América

Eurofound - Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

FLUP- Faculdade de Letras da Universidade do Porto

INE- Instituto Nacional de Estatística

OCDE -Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

SIG- Sistemas de Informação Geográfica

SPSS- Statistical Package for Social Sciences

U.E – União Europeia

Introdução

1.1 Justificação do Tema

A escolha do presente tema de investigação, “impactos da crise na qualidade de vida” nasceu a partir de um conjunto de situações, relativas à presente crise que atingiu o Mundo e que se fez e faz sentir em Portugal desde 2008. Problema este, que acabou por afetar todas as classes sociais de diferentes formas, principalmente, os indivíduos mais vulneráveis. A questão da crise é abordada diariamente sobretudo no que diz respeito aos seus impactos negativos no quotidiano dos indivíduos, e consequentemente na sua qualidade de vida daí a importância em tratar os temas crise e Qualidade de Vida. Este conceito também é muito importante e tem sido abordado na atualidade e em distintas áreas, saúde, política de ordenamento do território, habitação, economia, entre outros, como veremos ao longo deste trabalho.

O problema da crise financeira que teve início nos E.U.A, conhecida como crise *subprime* que acabou por atingir a Europa e mais especificamente o nosso país em 2008. Esta crise acabou por provocar enormes problemas aos indivíduos, problemas esses, que acabaram de certa maneira por influenciar as suas vidas e as suas condições de vida. Alguns dos problemas que podemos apontar desde o aparecimento desta crise corresponde ao elevado aumento do desemprego que se fez sentir no nosso país e que afetou as várias faixas etárias de muitas famílias, por exemplo, no caso dos jovens, um grande número deles após terminarem os seus estudos, muitos com o ensino obrigatório ou até níveis mais elevados, não conseguem, mesmo assim, arranjar emprego nas suas áreas e por vezes nem nos trabalhos onde exigem menos qualificações. Muitos dos jovens, vem-se obrigado, por isso, a emigrar, à procura de uma vida melhor pois sentem-se desmotivados e sem expectativas de um futuro, no seu país.

Sabemos também que, com o aumento do desemprego e com o agravar da crise económica, as desigualdades sociais no nosso país aumentaram o que fez, com que a pobreza e a exclusão social crescessem e que muitos indivíduos ficassem em elevado risco de pobreza. Todos estes problemas acabaram por gerar um mau estar e uma falta de confiança dos Portugueses relativamente ao futuro. Esse mau estar e falta de confiança, ainda, foi maior desde que o nosso país, no dia 17 de Abril de 2011, recorreu à ajuda financeira da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, pois foram implementados pacotes de austeridade que provocaram pesados cortes em Portugal, isso teve reflexos no quotidiano dos indivíduos e nas suas vidas. Situação que levou à diminuição do grau de satisfação global com a vida.

Quando falamos de desemprego, dos níveis de educação, por exemplo, notamos que

existem muitos contrastes no nosso país, bastante evidentes de facto, mas quando aplicamos a áreas distintas do mesmo centro urbano conseguimos verificar que, também, existem alguns contrastes evidentes. Na presente dissertação vamos representar cartograficamente os dados fornecidos pelo, INE, relativos ao **desemprego, à estrutura etária e nível de escolaridade**, e verificar quais os contrastes existentes na Área Metropolitana do Porto (AMP), relativamente a cada uma destas variáveis, com a finalidade de destacar onde acontecem as maiores assimetrias. Vamos, também, tentar especificar o concelho do Porto com objetivo de verificarmos os contrastes que existem neste centro urbano.

Apesar de o fator económico gerar um certo desconforto, quando tratamos a qualidade de vida, são inegáveis as melhorias que foram registadas ao longo dos tempos em relação a vários aspetos da vida diária, verificamos que, aconteceu uma melhoria no conforto das habitações, na oferta de serviços especializados, como serviços na área da educação, saúde, equipamentos desportivos e de lazer, assim como, no acesso aos bens não essenciais e na vida cultural que, também, acabou por se tornar mais diversificada e atraente. No desenvolver deste trabalho, decidimos avaliar o grau de satisfação dos indivíduos relativamente a vários domínios, e perceber se eles se apresentam ou não satisfeitos através da interpretação do inquérito desenvolvido, por um grupo, de investigadores do centro de investigação CEGOT, a respeito dos Hábitos de Consumo e de Lazer e Níveis de Satisfação, de uma amostra da população da AMP.

O presente trabalho irá debruçar-se sobre, as questões da qualidade de vida, pois como sabemos, qualquer ser humano se preocupa com o seu bem-estar e procura uma vida com qualidade. Vamos ainda apresentar uma pequena revisão dos vários conceitos e teorias relacionadas com a Qualidade de Vida, dando mais evidência a algumas correntes de pensamento.

Apesar de ser um tema complexo, e estudado pelas mais variadas ciências não apresenta uma definição absoluta. Este termo é lhe implícito aspetos objetivos e subjetivos, a cada um deles, estão ligados vários domínios como o é caso da saúde, da habitação, da segurança, do emprego, entre outros, a partir do qual cada individuo faz a sua avaliação. Vamos, também, nos debruçar sobre as questões da crise, comparar a crise de 1929, com a crise atual, as razões do seu aparecimento e avaliar quais os impactos que esta crise tem na Europa e em Portugal a todos os níveis. Vamos abordar, ainda, temas relativos à estrutura da sociedade, principalmente analisar conceitos de estrutura, estratificação e classes sociais, assim como, os vários problemas das sociedades, o desemprego, a pobreza, as desigualdades, a exclusão social e o envelhecimento. Pois como sabemos são os indivíduos, principalmente os mais vulneráveis, que mais sofrem com a crise.

1.2 Objetivos do trabalho

O tema qualidade de vida tem vindo a ganhar expressão, tanto a nível nacional, como a nível internacional, pois cada vez mais existe a necessidade de entender o seu significado e ao mesmo tempo, compreender de que maneira a crise influencia a qualidade de vida dos indivíduos.

Desta forma podemos afirmar que a presente dissertação tem como objetivos avaliar quais os impactos que a crise gerou na Qualidade de Vida dos indivíduos, ou seja, se o seu grau de satisfação com determinados domínios (educação, habitação, saúde, comércio, relações sociais, entre outros), aumentou ou diminuiu tendo em conta a situação financeira que vivem atualmente.

Outro dos objetivos, diz respeito à compreensão da seguinte questão, os indivíduos em Portugal apresentam elevadíssimas queixas no que diz respeito, aos aspetos económicos e muitos deles acabaram mesmo por passar dificuldades económicas, ainda maiores, com o instalar da crise no nosso país, quando os questionamos sobre como avaliam a sua economia notamos que, de maneira geral, não se apresentam lá muito satisfeitos, mas contudo, acabam sempre por avaliar as sua qualidade de vida como sendo positiva, por outro lado, procuraremos, ao mesmo tempo, perceber se a qualidade de vida deles aumentou ou diminuiu nos últimos anos.

Um outro objetivo desta dissertação diz respeito, à desigual repartição de problemas sociais que compõem a nossa sociedade atual, pois sabemos que, são aqueles que se encontram mais vulneráveis, como os desempregados, os idosos, os indivíduos com baixo nível de qualificações, e os jovens, que têm um maior risco de pobreza, de exclusão, de desigualdade, assim, um dos objetivos é verificar como na AMP, se distribuem os mais vulneráveis a estas situações através de representação dos dados selecionados.

1.3 Metodologia e limitações

Como todos sabemos quando realizamos um processo de investigação científica temos de ter em conta determinados pressupostos metodológicos ao longo do desenrolar da investigação. Porém, não podemos deixar de salientar que de uma maneira geral os trabalhos de investigação acabam por ser marcados por um conjunto de condicionantes como, por exemplo, o fator tempo que acaba, por limitar de certa maneira as pesquisas que estamos a desenvolver, outro tipo de condicionantes, com que normalmente nos deparamos, tem a ver com a falta de informação e o

difícil acesso a certas técnicas e materiais, outro dos problemas que está relacionado com o fator tempo, diz respeito ao número de horas, dias, meses que dedicamos a certas experiências no tratamento e representação dos dados e no final vimos que não deram o resultado esperado e temos de seguir por outro caminho, realizando escolhas que nos permitam concretizar os objetivos propostos, mas que nos ajudaram a enriquecer o nosso processo de aprendizagem.

No desenrolar da presente dissertação, podemos dizer que a primeira parte está assente nos termos conceptuais, isto é, começamos por efetuar uma razoável investigação bibliográfica, ou seja, baseada numa revisão da literatura, com a finalidade de conseguirmos clarificar da melhor maneira, as temáticas em causa. Não podemos, ainda, deixar de mencionar que sempre que possível fizemos uma ponte entre estudos nacionais e internacionais assim como analisámos publicações mais antigas e mais recentes, bem como, a delimitação do problema a investigar, ao mesmo tempo procuramos dar uma resposta às muitas questões que nos foram aparecendo ao longo do desenvolvimento desta dissertação.

Podemos dizer que a primeira parte desta dissertação funciona como um momento de reflexão para conseguirmos desenvolver a segunda parte da mesma.

No desenvolvimento do plano empírico, buscamos diversificar as metodologias aplicadas consoante os objetivos aos quais nos propusemos. Esta pesquisa assentará, inicialmente, numa análise e normalização dos dados, fornecidos pelo INE à subseção, relativos ao Censo da População de 2011. A partir destes dados, trataremos as questões do desemprego, da estrutura etária e do nível de instrução. Para tratar estes dados, recorreremos, ao uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), esta ferramenta foi importante para o desenvolvimento da cartografia.

Recorreremos aos métodos de estática multivariada, este método será de enorme importância metodológica no que diz respeito, ao presente estudo, efetuar-se-á uma análise de *cluster*, isto é, com a finalidade de encontrarmos “grupos” nos dados. A “análise de *Clusters*”¹ é o processo de agrupar um conjunto de objetos físicos ou abstratos em classes de objetos similares. Um *cluster* é uma coleção de objetos que são similares uns aos outros (de acordo com algum critério de similaridade pré-fixado) e dissimilares a objetos pertencentes a outros clusters”.

Na presente investigação, procederemos à análise de *cluster* não hierárquicos e hierárquico com o objetivo de conseguirmos um número de classes correto, quanto ao método

¹ Em: <http://www.deamo.prof.ufu.br/arquivos/Aula13.pdf>

hierárquico (dendrograma) não nos foi permitido usar porque, como os dados estavam a ser analisados à subsecção, temos muitas linhas de dados o que faz com que, ocorra um erro de leitura durante o processo, pois não existe, por parte do programa informático utilizado, capacidade de memória suficiente. Assim, recorreremos à análise de *cluster* (não hierárquicos) através do método *k-means*, ou seja, fixa-se à partida o número de classes que pretendemos construir e que conterão todos os indivíduos, esta análise é desenvolvida a partir da distância euclidiana entre os valores. Mais concretamente, dentro de cada grupo procura-se minimizar a distância entre os elementos e maximizar a distância inter-grupos.

Acabaremos por explorar o método R-quadrado com a finalidade de, definir de forma correta o número de pontos a usar, ou seja, o R-quadrado é uma medida que traduz a magnitude da diferença entre cada um dos grupos (*cluster*) em cada passo do algoritmo. O R-quadrado é uma medida de percentagem da variabilidade total que é retida em cada uma das soluções dos *clusters*. Quando o resultado é um único *cluster*, podemos dizer que, a variabilidade entre os *clusters* é zero e quando observamos que o resultado é um número de *clusters* igual ao número de casos em análise quer dizer que, a variabilidade entre os *clusters* é igual a variabilidade total.

Todas estas técnicas serão essenciais no que dizem respeito à construção da maioria dos indicadores que utilizamos e permitir-nos-á, posteriormente, desenvolver representações cartográficas. Até chegar às representações finais desenvolvemos um conjunto de experiências, no Laboratório de Cartografia da FLUP, tanto no que diz respeito ao número de classes, assim como, às cores que melhor ajudavam a sobressair o mapa, utilizando as cores indicadas ao tema. Como já referimos, estas experiências demoraram muito tempo até conseguirmos chegar à representação cartográfica final e muitas das experiências desenvolvidas foram postas de parte pois vimos que não apresentavam os resultados pretendidos.

Esta cartografia foi desenvolvida para os 17 concelhos da AMP, e trabalhada à subsecção, assim, neste trabalho, iremos apresenta mapas da AMP, e do concelho do Porto, assim como, *zooms* de outros concelhos sempre que achamos necessário

Por fim, iremos analisar e normalizar a base de dados provenientes do inquérito Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, os dados do inquérito correspondem aos seis concelhos do Grande Porto, pois ao contrário do que aconteceu com os dados anteriores que foram tratados em toda a AMP, para esta área não tínhamos uma amostra representativa de inquiridos, sobretudo para os concelhos que se encontram mais distantes, pelo que decidimos analisar o Grande Porto.

A metodologia de desenvolver um inquérito é importante pois, só assim, conseguimos

obter o sentimento dos indivíduos relativamente ao que está a ser perguntado. É importante referir que estes inquéritos foram direcionados para a população, visto que, aquilo que procuramos medir corresponde ao bem-estar subjetivo dos inquiridos relativamente à sua vida em geral ou em relação às várias realidades do contexto social, económico, entre outros, nos quais estão inseridos. É a partir deste género de avaliação, cuja informação diz respeito a medidas subjetivas que mais facilmente podemos analisar o sistema de valores e as preferências dos indivíduos.

No desenvolver da análise deste inquérito vamos perceber qual o nível de satisfação (em vários domínios) da população residente no Grande Porto durante o momento de crise económica e financeira que se fez e faz sentir no nosso país, ao mesmo tempo vamos tentar perceber quais os impactos que esta crise causou na Qualidade de Vida dos inquiridos.

Estes dados foram tratados estatisticamente através de ferramentas como SPSS e Excel, que nos permite analisar as variáveis descritivas (média, percentagem, entre outras) e cruzar variáveis, assim como, desenvolver um conjunto de gráficos que representam o resultado das mesmas.

1.4 Estrutura da Dissertação

A presente dissertação encontra-se organizada em duas partes distintas: a 1ª parte corresponde ao enquadramento teórico e conceptual, onde foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, que possibilita compreender o problema de pesquisa definido e conseguir interpretar da melhor maneira a informação. Tudo isto com objetivo de integrar as temáticas abordadas. Podemos dizer que a primeira parte funciona como momento de reflexão para o que se vai desenvolver na segunda parte (figura 1).

A 2ª parte diz respeito à apresentação dos casos de estudo, num primeiro momento, iremos aplicar uma representação cartográfica à Área Metropolitana do Porto (AMP), tratando os temas desemprego, escolaridade e estrutura social, seguindo um conjunto de processos metodológicos. Num segundo momento vamos tratar os dados do inquérito referido acima.

A 1ª parte foi dividida em 3 capítulos, no primeiro capítulo, abordamos o tema da Qualidade de Vida, ou seja, começamos por perceber como surgiu e em que situação foi abordada, depois perceber qual o seu significado, e que indicadores podem medir a qualidade de vida. Discutimos o facto de este conceito não ter uma definição consolidada, visto que muitos autores o tentam definir mas nenhum consegue chegar a uma definição universal. Iremos abordar alguns

dos autores de referência nesta temática, como por exemplo, Hancock, Nuvaluti, entre outros. Não deixando de referir a ideia de este conceito ter uma dimensão objetiva, subjetiva, material, imaterial, individual e coletiva e a sua multidimensionalidade.

No segundo capítulo, focámo-nos sobre o tema da estrutura social, dando principal atenção, à população que se encontra em situação de vulnerabilidade, que sofre de exclusão social e pobreza. Abordamos os problemas com que se deparam os desempregados, os idosos, os jovens, os que têm um nível de instrução mais baixa entre outros casos.

No terceiro, tratamos o tema da crise económica e financeira que teve início nos E.U.A e que rapidamente atingiu a Europa e o resto do Mundo. Esta crise acabou por ser comparada à Grande Depressão de 1929, pois foram as duas maiores crises capitalistas. Vamos também mostrar que esta crise acabou por ter enormes consequências e imprevistos, e que ainda se encontram presente em muitos países, como por exemplo, em Portugal, na Grécia, entre outros, referindo, ainda que, os impactos desta crise não foram iguais para todos os países na Europa.

A 2ª parte foi dividida em dois capítulos (4º e 5º), no quarto capítulo, estruturamos um sistema metodológico com a finalidade de desenvolver uma representação cartografia da AMP, que diz respeito ao desemprego, aos níveis de instrução da população e sua estrutura etária, com o objetivo de visualizarmos as principais diferenças socioeconómicas, através dos dados à subsecção do Censo de 2011.

No quinto capítulo, analisamos o inquérito, que foi aplicado à população residente do Grande Porto.

Por fim, apresentamos as principais conclusões e considerações finais, retiradas a partir da elaboração da presente dissertação.

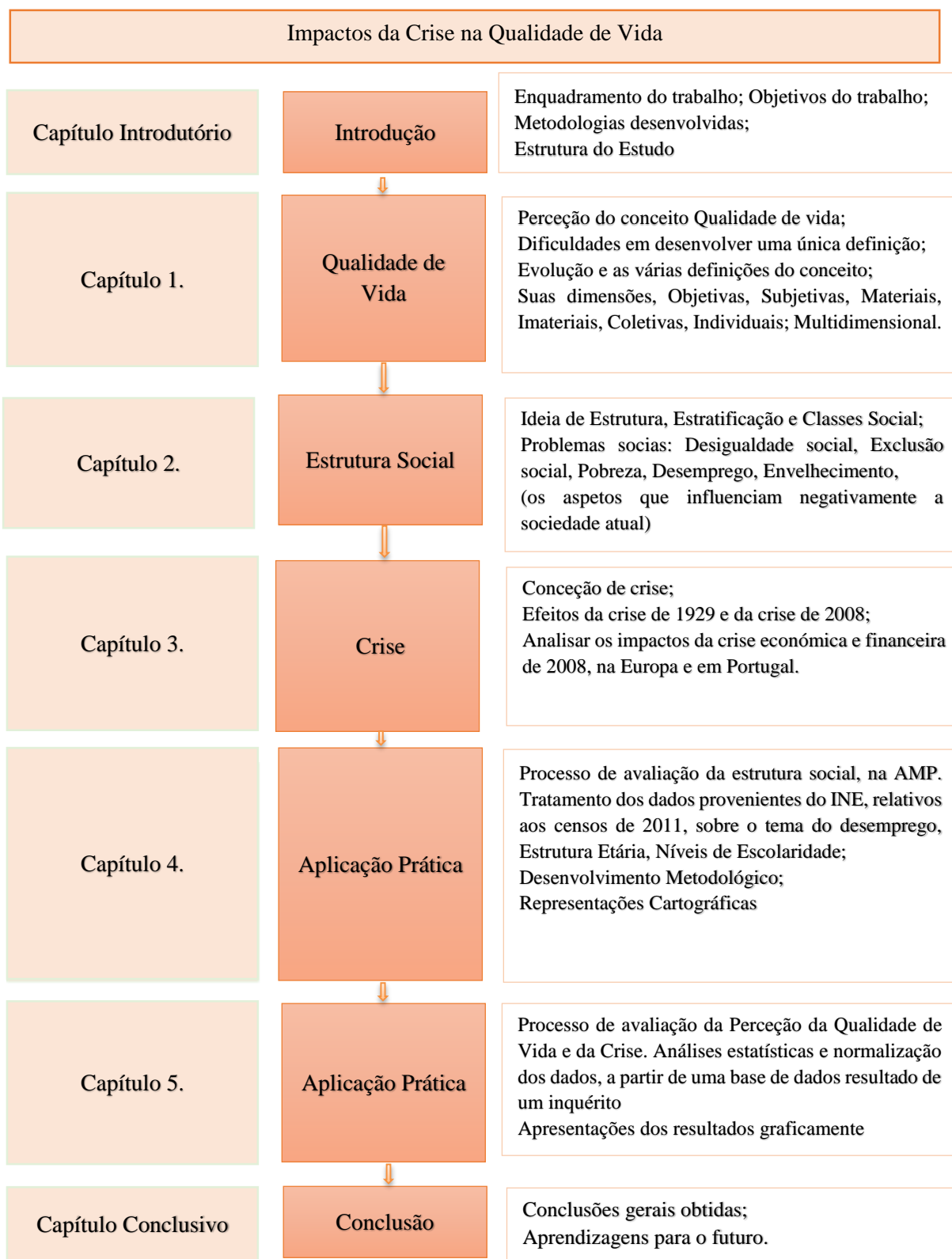


Figura 1- Estrutura da Dissertação

1ª PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO/CONCEPTUAL

Capítulo 1 – Qualidade de Vida

“Qualidade de Vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural” (citado por Minayo et al 2000:8).

Na atualidade, a expressão “Qualidade de Vida” é frequentemente usada quer a nível de uma linguagem comum quer a nível de um discurso mais teórico. Por essa razão, tornou-se elementar em todas as Políticas de Ordenamento do Território, acabando por ser essencial em todas as análises políticas e sociais. Com efeito, esta temática tem vindo a ganhar expressão nos últimos anos, visto que é muito usada no nosso quotidiano e está ligada a áreas muito diversificadas.

No que diz respeito à noção Qualidade de Vida, é notória a existência de vários conceitos e concetualizações, pois não existe uma definição única, nem perto disso, como é visível na literatura, e por vezes alguns conceitos tornam-se contraditórios e outros acabam mesmo por se tornarem desviantes, o que gera a necessidade de introduzir algumas delimitações com o objetivo de auxiliar a sua operacionalização durante as investigações. A falta de um contexto teórico faz com que nós, muitas vezes, associemos a noção de Qualidade de Vida ao conceito de felicidade², bem-estar, saúde, satisfação face à vida³.

Habitualmente, quando questionamos alguém sobre o que julga ser ou o que entende por Qualidade de Vida, regularmente as respostas obtidas são diferentes, pois os indivíduos descrevem-na consoante o que eles percebem, e têm em conta alguns fatores que variam entre

²Os indivíduos avaliam a vida como um todo depois de passarem por vários momentos e terem em conta alguns aspetos, por exemplo, o seu sucesso. A felicidade é um estado de espírito, que pode conter quer emoções positivas, quer emoções negativas ou mesmo a ausência de emoções, por exemplo, uma pessoa pode encontrar-se muito satisfeita com a sua vida e encontrar-se triste naquele momento. A felicidade é influenciada pela predisposição e pela personalidade. Acrescente-se que a felicidade não deve ser associada ao verbo SER, mas sim ao verbo Estar, pois não somos continuamente felizes, temos, sim, mais ou menos, momentos de felicidade.

³ As pessoas avaliam a sua vida como um todo. As experiências de vida de um indivíduo, em particular, as experiências mais negativas, como por exemplo, o desemprego, as doenças, os problemas familiares, entre outros, acabam por, de certo modo, ter um impacto significativo na satisfação face à vida do indivíduo. É ainda verificável que, segundo o EQLS (2011), a maioria das pessoas que vive na U.E, em média, classifica a sua satisfação com a vida em 7,1, isto, numa escala de satisfação que vai de 1 até 10. Ainda segundo este inquérito a maioria dos países classifica o nível de felicidade mais alto que o nível de satisfação com a vida.

eles e ao longo do tempo e das situações de vida em que se encontram, por isso, é expectável mais inúmeras definições deste conceito, vários autores acabam mesmo por mencionar que a Qualidade de Vida tem tantas definições quantas as que são dadas pelas pessoas que são questionadas o que torna, por vezes, este conceito bastante ambíguo e subjetivo.

Para Campbell ⁴ et al (1976) “Qualidade de Vida é uma vaga e etérea entidade, algo sobre a qual muita gente fala, mas que ninguém sabe claramente o que é” (Seidl et Zannon, 2004:281). É observável que, volvidos cerca de 40 anos depois do autor ter proferido esta frase, ainda hoje podemos dizer que é aplicável, isto é, encontra-se absolutamente atualizada, em consonância com as nossas vivências e a conjuntura atual. Devemos ainda considerar que, quando tratamos a noção de Qualidade de Vida para as populações, temos de continuar a analisar o seu dia-a-dia, visto que a noção que, outrora, as pessoas tinham sobre este conceito não é a mesma que vigora nos dias de hoje, nem será, certamente, a mesma para as gerações vindouras, sendo que as necessidades de cada pessoa e da população evoluem ao longo dos tempos, daí a enorme importância em volta deste assunto, pois é um tema dinâmico, inovador e sempre atual.

Desta forma, a noção de Qualidade de Vida é considerada como multidimensional, complexa e dinâmica, visto que engloba diferentes significados e alterações conforme a área na qual é aplicada, ou seja, por exemplo, economia, sociologia, medicina, psicologia, geografia, entre outras, sem deixar de ter em conta o fator tempo e lugar. Torna-se, por isso, difícil chegar a um entendimento epistemológico, como se pode comprovar segundo a classificação de Rogerson (1995), que fez com que este conceito ganhasse uma multiplicidade de significados: felicidade, satisfação com a sua vida, as condições de saúde da população, as condições de vida das pessoas, o bem-estar individual ou em grupo, entre outros. Para este autor, a Qualidade de Vida pode ser definida como a “perceção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Campos et Neto, 2008:243).

Contudo não se consegue chegar a uma definição universal e consensual de Qualidade de Vida, cada autor tem em conta fatores diferentes, o que redundará em definições, obviamente, diferentes, como é possível ver na figura 2.

⁴ Campbell, Converse e Rodgers, realizaram um estudo sobre a qualidade de vida Americana, intitulado como *The Quality of American Life*, que ficou conhecido por ser um dos primeiros grandes estudos feitos neste campo, onde eles, perceberam, que as relações entre as condições objetivas e os estados psicológicos eram muito imperfeitos, desta forma, defendiam que para se conhecer a experiência de qualidade de vida, era imprescindível recorrer ao próprio indivíduo com a finalidade de este descrever a forma como sente a sua vida.

Pelas múltiplas pesquisas executadas até hoje, é notório que para um indivíduo a Qualidade de Vida não é só composta pelas condições de vida, pelos comportamentos e pelas preferências, também tem de se ter em conta a qualidade do meio ambiental, das instituições públicas e as relações em comunidade. Medir e controlar a Qualidade de Vida pode ser relevante, principalmente quando nos encontramos num período de mudança social, económica, ou mesmo quando nos debatemos com o aumento das desigualdades sociais, questões que marcam a nossa atualidade.

Como é perceptível, neste momento estamos perante uma crise económica e financeira que acabou por se tornar também social. Assim, a temática relacionada com a Qualidade de Vida é abordada praticamente todos os dias, existindo uma imensidão de comentários e perguntas em torno deste conceito, quer por parte de investigadores, que pretendem perceber, por exemplo, de que forma o aumento de uma crise económica degrada a Qualidade de Vida dos indivíduos, como pela comunicação social, que faz, muitas vezes, referência a esta temática. Na atualidade, os cidadãos preocupam-se cada vez mais com a Qualidade de Vida que uma determinada cidade lhes pode proporcionar; escolhem-na segundo os atributos que essa cidade concentra, nomeadamente, o bom ambiente, o emprego, a educação, a saúde, a habitação, entre outros.

Etimologicamente, o vocábulo “qualidade” provem do latim de “qualis” que expressa a ideia de apreciar as qualidades, o modo característico de alguma coisa, quer seja apreciado por si mesmo, ou quer esteja ligado a um grupo, podendo ter tanto características positivas como negativas. Geralmente, quando pronunciamos o termo Qualidade de Vida, as pessoas associam a algo positivo

De facto, o conceito Qualidade de Vida é composto por algumas fraturas, sendo a principal, a sua ambiguidade, a duplicidade com que surgiu. Tanto na sua fase inicial da investigação como nos nossos dias não existe um consenso que vá além de uma construção multidimensional. A existência de variadíssimas formas de tratar este tema e a existência de inúmeras metodologias e ferramentas para a sua determinação empírica fazem com que, nem sempre, os resultados sejam interpretados da forma mais correta, visto que, muitos deles, se tornam difíceis de interpretar e não podemos deixar de salientar que a Qualidade de Vida é um conceito que, de forma tendenciosa, acaba muitas vezes por ser usado como sendo sinónimo de bem-estar.

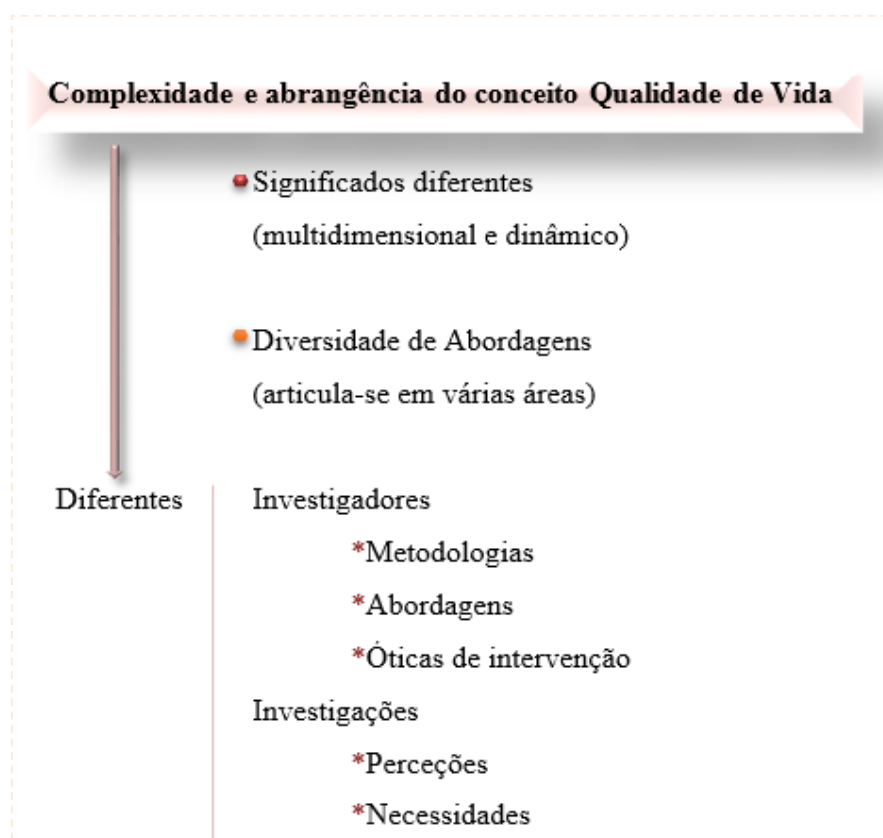


Figura 2-A Complexidade de Abrangência do conceito Qualidade de Vida
(Fonte: Pinto et al, 2008:3)

1.1. Como surgiu a temática Qualidade de Vida e a evolução ao longo das décadas

É difícil de especificar com exatidão quando se começou a refletir sobre o que poderia ser a Qualidade de Vida e quais os fatores que podiam proporcionar essa forma de estar na vida. Alguns autores, como Diener e Suh (1997) e Sirgy (2006) são da opinião que o tema Qualidade de Vida já era usado no tempo dos antigos filósofos gregos o que acaba por mostrar que já nesta altura era um assunto que suscitava superlativo interesse. No que diz respeito às ciências sociais, as investigações em volta deste conceito aconteceram mais tarde.

Segundo o que vários autores referem, o conceito Qualidade de Vida foi empregue pela primeira vez em 1964, por um presidente dos Estados Unidos da América, Lyndon Johnson, citando a seguinte frase “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos.” (Fleck, Leal, Louzada, et al. 1999:20) eles só podem ser medidos através da Qualidade de Vida

que proporcionam às pessoas.

Lyndon usou esta expressão pois prevalecia até então uma corrente economicista onde o crescimento económico das sociedades era medido através da evolução do PIB ou crescimento *per capita*. Apesar do aumento do crescimento económico, que veio sendo registado até então, acompanhado por um desenvolvimento, *de per si* não significava que existisse uma melhoria nas condições de vida das populações, era necessário contemplar algo mais, visto que para a avaliação da Qualidade de Vida é necessário ter muita atenção. Nesta altura alguns autores começaram por se preocuparem com alguns aspetos do bem-estar dos humanos.

Ainda durante os anos 60, a Qualidade de Vida ganhou expressão e surgiu ligado a um sistema de indicadores sociais, como se referiu anteriormente. Até então, os países eram comparados com base no seu desenvolvimento económico. Para podermos comparar a Qualidade de Vida de uma população entre países, é necessário muito mais que indicadores meramente económicos, esta teoria de avaliação mais económica no final dos anos 60 começou a ser desvalorizada (Martins, 2012).

Desta forma, surgiu a necessidade de introduzir os indicadores sociais, que, segundo Setién (1993), tinham como objetivo “medir a mudança social, o desenvolvimento verificado, tendo em conta os diversos elementos sociais, políticos, psicológicos, culturais, que tinham sido deixados de lado pela análise económica, mostrando as diversas componentes da vida e pretendendo analisar se esses elementos iriam melhorando ou piorando” (citado por Verona, 2006:22-23).

Conhecido por “Movimento dos Indicadores Sociais”, surgiu nos E.U.A e velozmente se propagaram na Europa durante os anos 70, este movimento despontou com o aumento dos problemas sociais e com a finalidade de os poder avaliar. Existia uma necessidade de articular uma metodologia que avaliasse mais do que aspetos económicos, que tivesse em conta o desenvolvimento e a evolução do bem-estar e da Qualidade de Vida das populações, ao mesmo tempo apoiando a implementação e avaliação de políticas públicas. “A maior inovação dos indicadores sociais não foi buscar uma descrição mais precisa das condições sociais, mas avaliar a Qualidade de Vida das sociedades” (Francelino, 2012:47). Vários organismos internacionais

tiveram um papel decisivo e ativo na dinâmica deste movimento, por exemplo, OCDE⁵, OMS,⁶Banco Mundial⁷, ONU⁸.

Na década de 80, o conceito Qualidade de Vida continuava a evoluir, era cada vez mais um conceito abrangente onde se interligavam diferentes problemáticas e abordagens. A investigação à volta dos indicadores sociais perdeu alguma importância, acabando por serem relegados para segundo plano, o que redundou num agravamento das condições económicas. Nesta década, um dos obstáculos encontrados foi o campo de pesquisa que foi considerado pouco coeso, pois recorria-se a múltiplos instrumentos.

Ainda nos anos 80, e 90 principalmente, o conceito Qualidade de Vida ganha uma dimensão subjetiva, isto é, o seu maior objetivo era conseguir um maior conhecimento sobre o que os indivíduos sentiam no que dizia respeito ao seu quotidiano, não tendo só em conta as características do contexto económico, social e ambiental em que se encontravam, mas, sobretudo, ter em consideração os seus valores, as suas aspirações, as suas preferências. Michalos, em 1985, introduziu a “Teoria das Discrepâncias Múltiplas”, relacionada com a intensidade da satisfação das pessoas relativamente às suas vidas. Apresente-se, a título de exemplo, um conjunto de pessoas que podem usufruir de contextos praticamente iguais e apresentarem graus de satisfação diferentes. Isto depende muito do que as pessoas têm e gostariam de ter na realidade, ou seja, depende muito das aspirações, perspetivas que cada indivíduo tem para a sua vida, bem como da fase da vida em que se encontram e da situação específica, que, sem dúvida, acabam por ser condicionadores. Por exemplo, podemos apreciar variadíssimas situações deste género nos dias de hoje: existem indivíduos que têm estabilidade económica, têm conforto, têm trabalho entre muitas outras coisas, mas continuam a achar que ainda não têm Qualidade de Vida suficiente, pelo avaliam-na abaixo do que seria expectável segundo as condições que apresentam, e existem outros indivíduos que se lamentam diariamente relativamente aos vários problemas com que são confrontados, nomeadamente a atual conjuntura económica, mas continuam a dizer que têm Qualidade de Vida. “A teoria de discrepância múltipla da satisfação mantém que a satisfação é devida a uma comparação das ocorrências da vida com um certo número de normas, incluindo

⁵ Foi fundada em 1961, tem a sua sede em Paris no Palácio de La Muette, é composta por 34 países membros incluindo Portugal por exemplo.

⁶ Foi fundada no dia 7 de Abril de 1948, tem a sua sede em Genebra na Suíça, é uma instituição da Organização das Nações Unidas.

⁷ Criado em 1944 é uma instituição financeira internacional, sede encontra-se na cidade de Washington, nos Estados Unidos.

⁸ Foi fundada no dia 24 de Outubro de 1945, após a segunda Guerra Mundial, na cidade de São Francisco.

comparações sociais, comparações com o seu passado e com as suas necessidades” (Almeida, 2005:14).

A partir dos anos 90, os estudos sobre a Qualidade de Vida estão relacionados sobretudo com a forma como caracterizamos os “ espaços (sic) ou os grupos mais excluídos. As preocupações sobre a Qualidade de Vida refletem (sic) alguma inquietude da sociedade contemporânea” (Marques, 2002:454-461).

1.2 As diferentes teorias e a definição do conceito Qualidade de Vida

A Qualidade de Vida é um conceito bastante difundido, e ao longo das décadas foi ganhando significativa importância, quer nas ciências sociais, quer nas ciências políticas, mas no que diz respeito a um conceito científico, ainda se procura uma definição que está longe de ser encontrada. Vários investigadores, durante as últimas décadas, tentam encontrar uma definição científica mas é aqui que existe o problema, visto que subsiste uma enorme dificuldade em a definir cientificamente, ainda hoje, não existe uma definição única que gere consenso e seja universal, o que é confirmado, por exemplo, na literatura que aborda este tema, pois vários autores se debruçam sobre este assunto, sem, no entanto, conseguirem chegar a uma definição única, consensual, e não parece que esta definição tão procurada se alcance tão cedo. Uma das razões para isto acontecer tem a ver com o facto de ser, um conceito bastante abrangente que assume significados distintos entre os indivíduos em lugares e em momentos diferentes. “ Ao mesmo tempo é um conceito que afeta o quotidiano das populações e os seus diferentes ciclos de vida” (Marques, 2002: 470). Temos também que ter em conta que o que é Qualidade de Vida para uns indivíduos é indesejável para outros. Aqui o ónus recai, sem dúvida, na subjetividade e na relatividade.

Porém, na literatura, mau grado o que foi referido anteriormente, acaba por existir um certo acordo em relação ao facto de que há um vasto conjunto de teorias relativas à Qualidade de Vida, que, no entanto, não deixam de gerar um excesso de conceitos e metodologias.

Segundo Galloppin (1982), “la calidad de vida es experimentada por personas individuales e incluye dos conjuntos básicos de factores: la salud o las condiciones objetivas em las que vive la persona y la percepción, satisfacción o evaluación subjetiva de la gente acerca de su situación” (Verona, Galina et Troppmair, 2002: 95).

O modelo do ecossistema humano desenvolvido por Hancock em 1993 surgiu ligado à promoção da saúde, visto que a questão saúde ganhou enorme importância no conceito Qualidade de Vida nos últimos anos. Segundo este mesmo autor, a Qualidade de Vida está relacionada com a interação entre três sistemas: o económico, o ambiental e as comunidades, isto é, na sua teoria, estes sistemas, estão, ligados a um modelo de gestão de saúde ambiental, que aborda as relações entre a saúde, não olvidando os fatores sociais, o meio ambiente e a economia.

Neste modelo, a economia não tinha de ser apenas ambientalmente sustentável, deveria também ser socialmente sustentável. Desta forma, este conceito foi formado pelo princípio da equidade onde a saúde humana não estava sujeita só à produção e distribuição equitativa da riqueza, mas tinha de se ter em conta um meio ambiente viável. Para Hancock a viabilidade é “um conceito antropogénico ligado não apenas à sustentabilidade da vida em geral, mas à criação de condições que possam suportar vida, em particular, que proporcionem uma boa Qualidade de Vida” (citado por Brilhante, 1999:19-20).

Partilhamos a opinião de Hancock (2000) em relação ao modo como conceptualiza a Qualidade de Vida, ou seja, numa dimensão qualitativa/ subjetiva e quantitativa/objetiva que se podem desenvolver tanto a nível individual como a nível coletivo.

Por existir uma grande variedade de temas refletidos sobre a Qualidade de Vida, defendemos a ideia sustentada por Nuvolati⁹ (1998, citado por Santos e Martins, 2002), ou seja, este conceito tem a capacidade de integrar aspetos de natureza bastante diversificada, para isso, propôs-se a cruzar a dicotomia dos aspetos individuais/aspetos coletivos com a dicotomia dos aspetos materiais/aspetos imateriais, donde emanará a análise da Qualidade de Vida assente em cinco grandes domínios, a saber:

- **materiais coletivos** - “em termos de disponibilidade de serviços e de bens, compreendendo, portanto, os aspetos relativos, por exemplo, à saúde, à assistência social, à instrução obrigatória, ao comércio existente nas cidades.”
- **materiais individuais** - está ligado ao contexto “pessoal e familiar dos indivíduos: a questão do rendimento e da riqueza de cada um; a questão da

⁹ Este autor em 2002 afirma que a cidade é o local perfeito para realizar pesquisas em torno do conceito qualidade de vida, pois é uma área territorial onde os conflitos e as contradições estão quase sempre latentes. As desigualdades manifestadas no espaço urbano agudizam o acesso desigual aos bens e serviços urbanos comprometendo ainda o bem-estar da população (social, ambiental e económico), portanto, a qualidade de vida.

- mobilidade sobre o território, ou seja, aspetos que, mantendo o seu carácter material, dizem mais respeito aos indivíduos isoladamente.”
- **imateriais coletivos** que estão relacionados com “ por exemplo, serviços de recreação, serviços de ocupação dos tempos livres, desporto.”
 - **imateriais individuais** - no qual estão implícitas todas as questões direcionadas com “as relações privadas interpessoais, as relações com a família, as relações com os amigos, a participação dos cidadãos, o acesso à informação.”
 - **conhecimento geral** - tem a ver com as “particularidades da paisagem e do clima e as características do património histórico e arquitetónico do espaço objeto de análise” (citado por Santos e Martins, 2002: 5).

Contudo não podemos deixar de mencionar duas questões primordiais a ter em conta quando analisamos a Qualidade de Vida e quando definimos um conjunto de indicadores relativos à mesma. A primeira está inteiramente ligada ao facto de as necessidades dos indivíduos se encontrarem profundamente alistadas ao contexto cultural, social e político no qual estão inseridos. Por esta razão, existe uma variação acentuada destas necessidades com o decorrer do tempo; as necessidades atuais dos portugueses não são as mesmas que tinham há uns 20 anos atrás. Um exemplo disso são os problemas que resultam desta crise que assolou o nosso país desde 2008 e ainda persiste, e também as variáveis espaciais. A segunda está direcionada para a forma como caracterizamos o espaço no que diz respeito aos bens e serviços que o compõe. Para além disto, a Qualidade de Vida também é medida em função da acessibilidade e facilidade de utilização. Este último aspeto coloca em questão o nível de satisfação da população que utiliza estes bens e serviços, e por isso torna-se central para um estudo mais subjetivo sobre a matéria.

Para Bossard (1999) a expressão de Boa Qualidade de Vida, “envolve visões conceptuais que, frequentemente, variam de pessoa para pessoa, de lugar para lugar e ao longo do tempo, atestando a subjetividade do conceito, mas especificando que essa subjetividade é dependente de fatores espaciais e temporais que alteram a perceção” (citado por Santos, R., 2011:11).

O inquérito Europeu sobre a Qualidade de Vida (*The European Quality of Life Survey*)¹⁰ de 2011 pretende oferecer uma boa imagem sobre as condições sociais e as condições de vida dos

¹⁰ Este inquérito foi realizado três vezes: em 2003, 2004 e 2011, sendo este o terceiro inquérito realizado pela fundação *Eurofound* aos 27 Estados-Membros, com a duração média de 38 minutos. 1.000 Inquéritos foram realizados em cada Estado-Membro, mas em alguns países, como é o caso da Alemanha, foram realizados cerca de 3.000 inquéritos.

países europeus. Uma constatação é que desde o último inquérito até ao presente ocorreram variadíssimas mudanças tanto a nível económico como a nível do perfil social.

Segundo a abordagem do *Eurofound*¹¹ “recognises that ‘quality of life’ is a broader concept than ‘living conditions’ and refers to the overall well-being of individuals in a society. Quality of life is a concept that identifies a number of dimensions of human existence as essential for a rounded human life; this is inevitably culturally relative or normative, reflecting in this case the broad values and policy goals of the EU. While living conditions are important, a central element in improving quality of life is enabling people to achieve their desired goals. The opportunities open to people as well as the choices they make are critical; these take place in specific policy and institutional settings, and in the context of an economy, community and society. The lives of individuals are intertwined with others, so relationships with people in their household, local community and beyond, as well as with institutions and services, are fundamental influences on quality of life”(Anderson; Dubois et al, 2012: 10).

Nos dias de hoje, e com tantas pesquisas em volta deste tema, verifica-se que o conceito de Qualidade de Vida não é sustentado apenas pelas condições de vida, comportamentos, preferências, mas também tem em conta a qualidade do meio ambiente, das condições das instituições e as relações na comunidade.

1.3 A dimensão objetiva e subjetiva, material e imaterial, individual e coletiva da Qualidade de Vida.

Na apreciação do conceito Qualidade de Vida é perceptível que lhe está implícito um conjunto de vários aspetos que se interligam. Partilhamos a opinião de Sétien (1993), pois é possível avaliar a existência de três dimensões de análise no que diz respeito á Qualidade de Vida.

A primeira dimensão tem a ver com a distinção entre aspetos materiais e imateriais. Os aspetos materiais estão direcionados, fundamentalmente, para as necessidades básicas do ser humano, como habitação, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, sistema de saúde, entre outros. Como podemos verificar, são, principalmente, aspetos de natureza física e de

¹¹ Esta Fundação concretiza projetos de investigação e de desenvolvimento, com o objetivo de fornecer dados e análises de forma a informar e apoiar a formulação de políticas da U.E sobre as condições de vida e de trabalho. A *Eurofound* possui uma rede de peritos por toda a Europa, que realizam estudos em seu nome, incluindo análises sobre a situação atual de cada país, a elaboração de estudos de casos e relatórios nacionais, assim como a realização de inquéritos.

infraestruturas.

Segundo, Sétien (1993), “historicamente e, para as sociedades que se encontravam menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou, pelo menos, tinham uma foco muito grande” (citado por Verona, 2006:23).

Os aspetos imateriais estão direcionados para as questões do ambiente, do património cultural e do bem-estar, relacionados, portanto, com a segurança.

A segunda dimensão faz a distinção entre aspetos individuais e coletivos. Os aspetos de cariz individuais referem-se às condições económicas, aos relacionamentos familiares, ao círculo de amigos, entre outros, ou seja, relações pessoais, como o próprio nome indica. São aspetos de carácter individual. As componentes coletivas estão ligadas aos serviços públicos.

A terceira dimensão faz a distinção entre aspetos objetivos e subjetivos. Relativamente aos aspetos objetivos seriam facilmente compreendidos a partir da definição de indicadores de natureza quantitativa. Já os subjetivos estão relacionados com uma visão subjetiva que os indivíduos têm relativamente à Qualidade de Vida que varia de pessoa para pessoa ou de um estrato social para outro estrato social. Este aspeto é imprescindível, sendo que os indicadores que dizem respeito à Qualidade de Vida concentram diversas versões, consoante a estrutura socioeconómica da qual faz parte o indivíduo, e, desta maneira, o mesmo indicador pode acabar por ser compreendido de maneira diferente. Na figura 3 podemos verificar as três dimensões de análise sobre a Qualidade de Vida.

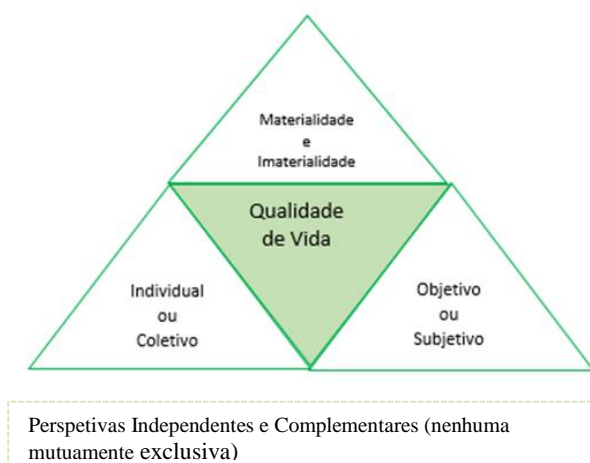


Figura 3- Perspetivas analíticas do conceito de Qualidade de Vida (Fonte:Santos,2012:15)

De acordo com Verona (2006: 24) “estes três aspetos de análise não são, obviamente, mutuamente exclusivos, mas ao contrário, interligam-se em grande medida”. Como podemos verificar no nosso quotidiano, nem todos os indivíduos requerem as mesmas necessidades básicas. Se estivermos um pouco atentos ao que nos rodeia, é possível verificar que, para a sociedade em geral, o interesse coletivo é subvalorizado, visto que as pessoas colocam em primeiro lugar os interesses individuais, as suas necessidades e os seus problemas, o que acaba por refletir uma sociedade contemporânea individualista, não cooperativa e sem noção da importância da partilha e do trabalho conjunto que, sem dúvida, levará ao bem individual e coletivo. Este individualismo acaba por dificultar a operacionalização do conceito Qualidade de Vida, além de ir contra o conceito puro de sociedade.

1.4 Dimensão Objetiva e Subjetiva

Na opinião de Barbosa, “não é possível existir um conceito único e definitivo sobre Qualidade de Vida, mas pode-se estabelecer elementos para pensar nessa noção enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e subjetivas, a partir da percepção que os sujeitos constroem em seu meio” (citado por Almeida, Gutierrez e Marques 2008: 20).

A subjetividade deste conceito está direcionada para a percepção que os indivíduos constroem no seu meio. Na verdade, é um imperativo que se avalie a Qualidade de Vida de uma forma subjetiva, isto é, o que cada indivíduo sente relativamente à Qualidade de Vida nas suas vivências diárias. Desta maneira, acaba por traduzir o grau de satisfação ou felicidade perante as suas experiências e assim podemos dizer que o ponto central está relacionado com a maneira como as pessoas avaliam as suas vidas. Para alguns autores, a base teórica da Qualidade de Vida Subjetiva, inicialmente, começou por ser formulada nos modelos de satisfação e de bem-estar.

Uma das razões apontadas para a introdução da Qualidade de Vida Subjetiva deve-se ao facto de não se poder avaliar a satisfação humana sem perguntarmos aos indivíduos o que eles próprios sentem, pensam. Porém, tal é possível através do recurso a indicadores subjetivos. Segundo Veenhoven (2002), “os indicadores subjetivos são necessários para a elaboração de um conjunto de metas políticas, baseado no que os indivíduos necessitam e querem e nas avaliações que elas fazem do êxito obtido pela execução dessas metas” (citado por Pizzol 2003:26).

A dimensão Subjetiva, normalmente, recorre da aplicação de um inquérito por questionário com a finalidade de captar a percepção da população residente relativamente à Qualidade de Vida a diversos níveis. A subjetividade na Qualidade de Vida brota porque existe a necessidade de,

segundo Leva (2005), “conhecer e avaliar diretamente a percepção e as características do sujeito em relação ao nível de vida, baseando-se na existência de uma relação imperfeita entre as condições objetivas de vida e a percepção que tem o indivíduo” (Citado por Pizzol 2013: 25-26).

A objetividade da Qualidade de Vida está alistada a fatores reais da realidade social construídos através de estatísticas públicas, normalmente, usadas para séries temporais e âmbitos geográficos variados. A natureza objetiva da Qualidade de Vida representa as características de boas condições de vida para as populações (Martins 2012).

A dimensão objetiva é geralmente composta por um painel de indicadores sociais que podem ser verificados e testados; é utilizada para medir aspetos concretos ligados geralmente às condições económica (habitação, rendimentos, emprego, desemprego, entre outros), sociais (educação, saúde, segurança, entre outros) e ambientais (espaços verdes, água, resíduos, entre outros) de um determinado espaço, assente numa base de dados de natureza estatística, (Martins, 2012) como podemos observar na figura 4.

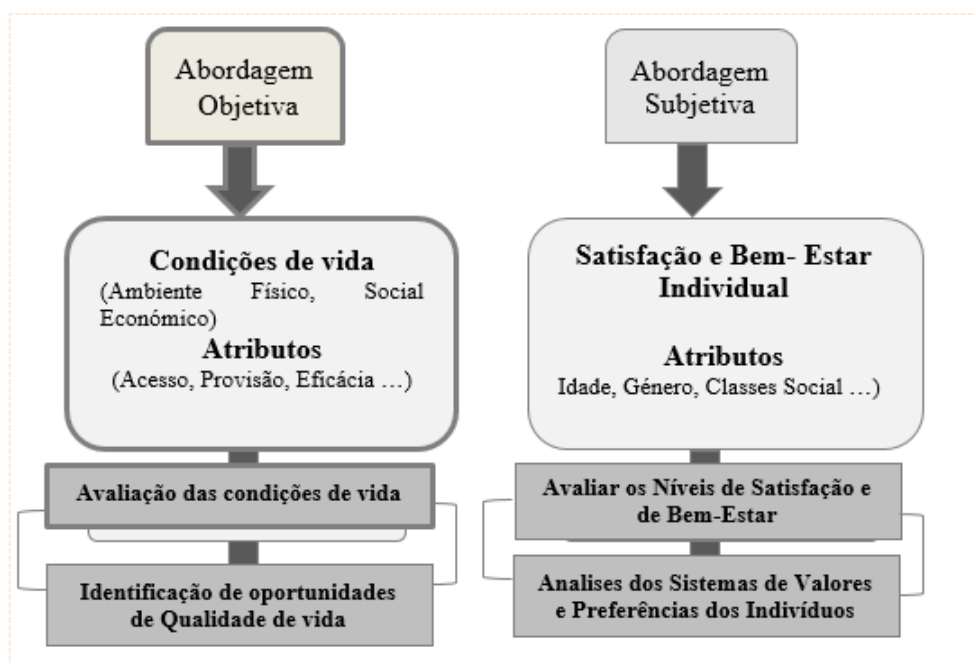


Figura 4- Medidas e métodos para a avaliação da qualidade de vida.
(Fonte: Martins 2012:5)

Discorrem a Qualidade de Vida como uma “ representação social criada a partir de parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal) e também objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento económico e social de determinada sociedade” (Minayo et al, 2000: 7).

Tanto a abordagem subjetiva como objetiva concentram pontos fortes, ainda que também apresentem algumas críticas ou pontos menos positivos. Segundo Martins (2011:24) “as condições objetivas não determinam diretamente o bem-estar subjetivo”.

Os indicadores subjetivos também são alvos de críticas por parte de alguns autores, como já mencionámos anteriormente, e para Veenhoven (2002), um dos problemas deste tipo de indicadores é que acabam por se tornar um pouco imprevisíveis, nunca sabemos qual vai ser a apreciação que um indivíduo vai fazer perante uma determinada situação, muitos deles podem ter condições de vida objetivas muito semelhantes, mas por sofrerem interferências como os seus valores, as suas experiências, as suas aspirações/ expectativas, a sua personalidade, entre outros, acabam mesmo por influenciar a forma de ver certas situações o que os torna por isso imprevisíveis. Apresente-se, a título de exemplo, dois indivíduos que podem viver no mesmo condomínio, ter acesso a mais ou menos às mesmas coisas. Um deles pode avaliar a sua Qualidade de Vida como excelente, enquanto o outro pode avaliar a sua Qualidade de Vida como razoável. Também acontece que muitos indivíduos, neste momento de crise económica, que passam muitas dificuldades diariamente, alguns defendem que, apesar disso, têm Qualidade de Vida, enquanto outros defendem que a sua Qualidade de Vida tem vindo a decrescer nos últimos anos, dado ao enorme esforço que têm de fazer para se sustentarem.

Outros dos problemas apontados aos indicadores subjetivos por Veenhoven (2002) é que são compostos por medidas instáveis, ou seja, quando um indivíduo faz uma apreciação concreta sobre alguma situação, muitas das vezes essa apreciação é influenciada pelo estado de espírito do indivíduo no momento que pode afetar a felicidade ou a satisfação.

Segundo Zapf (1984, citado por Martins 2012: 22) a “dissonância “ acontece quando os sujeitos, apesar de possuírem boas condições de vida no plano objetivo, como exemplificámos anteriormente, e mesmo assim continuam insatisfeitos. A outra situação que podemos evidenciar está inteiramente relacionada com a divergência que existe entre os resultados de uma dimensão objetiva e subjetiva à qual Zapf chama de “adaptação” está direcionado para quando os indivíduos se apresentam muito satisfeitos com as suas vidas, mas ao mesmo tempo, e de um ponto de vista mais objetivo, eles apresentam-se insatisfeitos, o que nos poderia levar a refletir sobre a diferença entre insatisfação e ambição desmesurada. Neste contexto, estes insatisfeitos, que aspiram sempre mais, nunca atingem um estado de felicidade e ataraxia. São vítimas de si próprios.

Segundo Sétien, (1993), os indicadores sociais têm, “o objetivo de medir a mudança social, o desenvolvimento verificado, tendo em conta os diversos elementos sociais, políticos, psicológicos, culturais, que tinham sido deixados de lado pela análise económica, mostrando as

diversas componentes da vida e pretendendo analisar se esses elementos vão melhorando ou piorando” (citado por Santos et al 2002:3).

Os indicadores sociais apresentam ideias regulamentares da sociedade e não propriamente composições que contribuam para um estado de felicidade individual. Por conseguirem afinar medidas alistadas a imensos domínios da vida das populações, propiciam, assim, como afirma Martins (2012:23-24), “perspetivas da realidade que inevitavelmente escapam, quer a indicadores de natureza subjetiva, quer às tradicionais medidas de natureza económica”. Os indicadores sociais também são compostos por um conjunto de limitações, uma delas é não conseguirem dar resposta a todas as questões que são feitas no sentido de avaliar a Qualidade de Vida, pois, apesar de fornecerem muita informação acerca de vários domínios, não fornecem informação sobre o lado mais sentimental das populações, daí ter surgido um interesse por uma abordagem mais subjetiva. Outro problema dos indicadores sociais está relacionado com a dificuldade de identificar, de uma forma clara, princípios desejáveis para os indicadores.

Relativamente aos indicadores de bem-estar subjetivos, o seu ponto forte é, sem dúvida, reproduzirem os sentimentos dos indivíduos sobre as condições e experiências de vida, visto que através de uma dimensão somente objetiva não pode ser conseguido diretamente. Conseguem ter uma maior capacidade de adaptação comparada com os indicadores sociais quando se deparam com problemas metodológicos na sua construção, pois muitas vezes são os próprios investigadores que aplicam as medidas subjetivas, ou seja, acabam por serem eles a introduzir certos ajustamentos. O mesmo não acontece com os indicadores sociais, pois na maioria dos casos já estão estipulados pela instituição que vai tratar a informação.

O que tem vindo a ganhar robustez é que só se ganha em combinar a abordagem objetiva com a abordagem subjetiva. Segundo Fernández e Bellesteros (1998), “tanto a dimensão objetiva como a dimensão subjetiva oferecem valor a este conceito, que se tornou com o passar dos anos muito difundido, a vida repousa sob as condições objetivas e a existência humana traz atenção e reflexão, ou seja, a subjetividade para a interpretação dessas condições” (citado por Pizzol (2013:29).

Communis (2005) defende que, de maneira geral, tantos os indicadores objetivos como subjetivos exibem uma correlação fraca entre eles, o que nos leva a entender que, segundo Communis, “ambos contribuem de forma independente para estimar o constructo de Qualidade de Vida” (citada por Mendes 2014: 2).

Daqui se pode inferir que a abordagem objetiva e subjetiva são indicadores muito importantes e completamente válidos em qualquer definição da Qualidade de Vida, assim como a sua multidimensionalidade.

1.5 Multidimensionalidade da Qualidade de Vida

Segundo Fernández e Ballesteros (1998:57), uma característica principal do termo Qualidade de Vida diz respeito a sua “multidimensionalidade, assim como a própria vida, a Qualidade de Vida também tem vários ingredientes” (citado por Pereira, 2012:46).

Este termo é reconhecido como sendo multidimensional, pois o termo é utilizado na atualidade em várias pesquisas e projetos, onde se estabelece um conjunto de perspectivas, referentes a áreas específicas do conhecimento que estamos a tratar e tentamos sempre encontrar a melhor maneira de utilizar este conceito.

Conforme está presente na literatura, alguns autores defendem que uma avaliação multidimensional da Qualidade de Vida é essencial, muito pela sua variedade de fatores que a compõem, visto que a temática Qualidade de Vida depende de uma multiplicidade de fatores que fazem parte da vida humana (culturais, económicos, sociais, políticos, ambientais). Por esta razão, muitos autores consideram este conceito como sendo multidimensional, existindo uma concordância, apesar do caráter global e aceitável, que seja desconstruído, em múltiplas dimensões com a finalidade de se conseguir uma avaliação empírica.

No dealbar do século XXI, existem muitos estudos e pesquisas que passaram a problematizar este conceito e a sua reflexão em várias áreas de estudos. Segundo Bowling (1995), após ter realizado uma revisão dos vários conceitos empregues na literatura, a Qualidade de Vida é um conceito vago e multidimensional ao referir que “incorpora teoricamente todos os aspetos da vida humana” (citado por Félix, Santos e Silva 1995: 4).

A sua multidimensionalidade também está relacionada com a evolução do termo ao longo dos tempos: outrora estava muito ligado aos rendimentos e ao acesso a bens e serviços; na atualidade tem em conta o ponto de vista dos indivíduos associados, a sua satisfação pessoal, que está relacionada com a perceção que cada indivíduo tem sobre a sua própria vida, ligada dimensão mais subjetiva da temática, no momento e no lugar em que se encontra. Este conceito, dada a sua multidimensionalidade segundo Martins (2011:241) ” não pode ser restringido a um só caso, por exemplo os rendimentos”, mas ter em atenção vários factos como educação, saúde, desporto,

emprego, habitação, idade, lazer entre outros. É muito difícil juntar todas estas dimensões para estimar a Qualidade de Vida de um indivíduo; temos, porém, de ter ainda em conta o valor e a importância que cada indivíduo coloca nos vários factos, o que assegura a particularidade do sujeito.

Capítulo 2. – Estrutura Social

2.1 Estrutura Social

A estrutura social é um conceito usado variadíssimas vezes em diferentes sentidos e por motivos distintos, está relacionada com a forma como a sociedade se organiza, isto é, através de um conjunto de relações complexas e constantes que se interligam, como as relações estabelecidas entre os indivíduos por meio dos papéis sociais que estes assumem, ou seja, as posições sociais. É ainda de referir que a estrutura social é composta por várias posições sociais, a saber: inserção numa sociedade, as posições sociais determinadas basicamente pela posição dos indivíduos no desempenho de atividades produtivas, as quais acabam por definir o futuro dos indivíduos por vários extratos. Mas se tivermos o objetivo de construir alguma coisa de modo a tentar quebrar este ciclo que parece que se retroalimenta, temos o dever de difundir a ideia de Rawls, segundo a qual a “justiça nas instituições primando pela partilha dos benefícios sociais nos mais diversos aspetos (económico, político, social, cultural e ambiental)” (Monteiro et al, 2012:5). Ainda para estes autores “a justiça é a virtude primeira de todas as Instituições sociais” (Monteiro et al, 2012:4), pois para eles todos os indivíduos devem usufruir das mesmas oportunidades, ou seja, defendem uma justiça social. Este conceito acaba por ser bastante retratado nos dias de hoje, pois cada vez mais nos deparamos com o aumento das injustiças sociais entre as várias posições sociais. Além disso, confunde-se muito a noção de igualdade e justiça. É possível verificar que, a justiça social muitas vezes é condicionada consoante o contexto social que estamos a tratar. Quando estamos a tratar as estruturas sociais, que é o que acaba por definir uma sociedade, não podemos dizer que é a mesma coisa que estudar as relações sociais.

Uma característica que podemos indicar sobre a estrutura social é a sua estratificação, isto é, a maneira como os indivíduos ou grupos são classificados em camadas ou estratos sociais, assentes em relações de produção. As classes sociais distinguem-se, nomeadamente, a partir da posse ou do meio de produção, seguindo a perspetiva Marxista, a produção é a raiz, a base de toda a estrutura social.

Já segundo a teoria de Max Weber¹² (1982) existem três dimensões: a económica, a social e a política. A dimensão económica está assente na riqueza, nas posses e nos rendimentos; a social apoia-se na honra e no prestígio; e, por fim, a política assenta no poder.

¹² Weber 1864 -1920 foi um intelectual, jurista e economista alemão considerado um dos fundadores da Sociologia, proveniente de uma família de comerciantes de linho de industriais têxteis da Alemanha Ocidental, com cinco anos foi viver para Berlim.

Segundo Costa Pinto (1970), defende que a “Estrutura social se refere ao conjunto das relações dos homens entre si e com as coisas materiais que os cercam” (citado por Silva, 1981:38).

Os fenómenos sociais que constatamos em qualquer sociedade humana segundo Brown “ não são o resultado imediato da natureza dos seres humanos individuais, mas são o resultado da estrutura social pela qual eles estão unidos” (Brown 1940: 3).

2.2 Estratificação Social

Ratifica-se universalmente que todas as sociedades humanas se encontrem estratificadas de uma ou outra maneira, ou seja, todos os indivíduos ou grupos estão dispostos hierarquicamente numa escala, isto é, esta disposição acontece pela posição dos indivíduos, das atividades que eles ocupam e dos papéis que representam na estrutura social, por exemplo os mais favorecidos encontram-se no topo da pirâmide e os menos favorecidos encontram-se na base, como podemos verificar na figura 5.

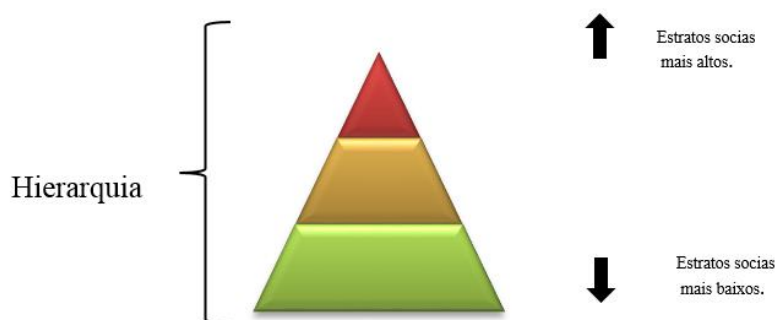


Figura 5-Estartificação Social ¹³

Variadíssimos autores referem nas suas obras que a existência de uma estratificação social acaba por descrever/representar as desigualdades que estão presentes na sociedade.

¹³ **Fonte:** <http://livrespensadoreseoradores.blogspot.pt/2013/11/estratificacao-social-no-sec-xxi.html>

Segundo Max Weber (1982) ¹⁴ a estratificação social é composta por três dimensões¹⁵: a de ordem económica, de ordem social e de ordem política. Dentro da ordem económica estão representadas as classes, a ordem social diz respeito ao *status* às castas e estamento. O sistema de castas apareceu na sociedade indiana e diz respeito à maneira como a sociedade foi estratificada a milhares de anos. Na atualidade, ainda, podemos verificar que uma grande parte desta população se encontra distribuída num sistema rígido e muito fechado de estratificação social, onde esta estratificação acaba por ser feita através de castas. As castas dizem respeito a grupos sociais fechados, dos quais os integrantes se devem comportar segundo as normas que estão preestabelecidas a partir de uma origem religiosa. Um indivíduo nascido numa determinada casta deve permanecer nela por toda a sua vida, acabando por se poder afirmar que a sua posição social é definida ao nascer. Para além de todos os direitos e deveres que lhes estão implícitos, as pessoas de castas chamadas de inferiores não podem ascender socialmente mediante as qualidades pessoais, realizações pessoais ou méritos.

O estamento constitui uma forma de estratificação social com camadas mais fechadas do que as classes sociais e mais abertas do que as castas. Historicamente, os estamentos caracterizam a sociedade feudal da Europa na Idade Média. Neste tipo de sociedade a mobilidade social é difícil, mas não é impossível. Por fim, a ordem política que representa o partido.

Cada uma destas dimensões concentra uma estratificação muito própria. Na dimensão económica a estratificação é concedida segundo os rendimentos bens e serviços que o indivíduo tem. A dimensão social está direcionada para o prestígio¹⁶ ou a honra do indivíduo. Por fim, a dimensão política tem a ver com o *empowerment*, ou seja, o poder que um indivíduo evidencia. Ainda segundo o ponto de vista de Weber, não podemos afirmar que, em cada sociedade, fosse viável existir apenas um estrato, mas vários sobrepostos.

¹⁴ Estas ideias foram concebidas com base na leitura Weber, Max (1982), Ensaio de Sociologia, 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, S.A.

(http://www.ldaceliaoliveira.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/1380/184/arquivos/File/materiais/2014/sociologia/Ensaio_de_Sociologia_-_Max_Weber.pdf)

¹⁵ A priori é difícil dizer (e Weber não o diz) como essas três esferas se conectam entre si. Porém, sabe-se que há interferência entre elas.”

¹⁶ Pode dizer-se que o prestígio forma um elemento influente do *status*. Segundo Marshall o *status* social refere-se “a uma localização ou posição na sociedade, e pode ser falso descrevê-lo em termos de relação entre dois indivíduos. Pois status social descansa num julgamento coletivo ou, melhor ainda, num consenso de opinião no grupo. Ninguém pode por si mesmo conferir *status* social a alguém, e se a posição de um indivíduo fosse avaliada de maneira diferente por cada um daqueles com quem o referido indivíduo interage, então não haveria absolutamente nenhum *status* social. Em outras palavras, o *status* social é a posição em função dos valores sociais correntes na sociedade. Tem, pode-se dizer, um carácter convencional” (citado por Kikuchi, 2012:125).

Segundo Miranda e Nunes, referem que o *status* social de um indivíduo “será o ponto em que ele se localiza numa escala de posições socialmente hierarquizadas referente à sociedade global” (Miranda e Nunes: 337).

Segundo Davis e Moore (1945) “as estratificações são universais e representam a distribuição desigual de direitos e obrigações numa sociedade”, ou seja numa sociedade, usa-se a recompensa como forma de estímulos, num primeiro momento, acompanhado por uma distribuição diferenciada consoante as posições, ou seja, podemos entender que o prestígio de uma determinada posição está relacionado ao valor e aceitação da sociedade como um todo, (Baigorri et al, 2004:36).

2.3 Classes Sociais

Conforme declaram vários autores, não existem sociedades sem classes ou que não estejam estratificadas. Para Marx ¹⁷ o conceito de classe social faz parte da estrutura social. Ainda segundo as suas teorias, as classes sociais transformam-se consoante o tempo, visto que elas se formam, desenvolvem e se modificam ao mesmo tempo em que a sociedade vai sofrendo mudanças.

Na maioria das obras de Marx, encontramos referência à estratificação e, principalmente, às classes sociais, apesar de este autor nunca ter desenvolvido uma análise sistemática relativa ao conceito de classes sociais. Conforme versam vários autores, apesar de Karl Marx¹⁸ não ter dado uma resposta à sua questão, “o que é uma classe?” Só muito tardiamente foi possível desenvolver essa resposta, pois o que este autor deixou escrito relativamente às classes permitiu clarificar e reconstruir a sua teoria sobre as classes sociais.

Segundo a teoria Marxista, numa sociedade onde existisse uma predominância do capitalismo, as relações de produção obrigatoriamente acabavam por provocar desigualdades sociais, sendo que essas desigualdades eram a base da formação das classes sociais.

Marx defendia que existiam duas classes sociais principais, que eram compostas por aqueles que tinham em seu poder os meios de produção, sendo a burguesia a classe dominante, e por aqueles que não possuíam nada, o proletariado, a classe dominada. Segundo a ideia de Max, o qual defendia que a divisão de uma sociedade em várias classes podia ser elucidada através da “forma como os indivíduos se inserem no conjunto de relações, tanto no plano econômico como no sociopolítico” (citado por Alves:2012).

Weber afirma que “a classe social baseia-se na ordem económica e não é muito mais que um

¹⁷ 1818 - 1883, um dos “pais fundadores” da Sociologia ao destacar nas suas teorias que as relações sociais decorrem dos modos de produção.

aspecto da estrutura social” (Baigorri,2004:8). Ainda, seguindo o pensamento deste autor temos de ter em conta que as classes sociais não podem ser vistas e pensadas como algo que está isolado da sociedade.

Assim sendo, as classes sociais são, antes de tudo, posições estruturais que o sistema estabelece a determinados indivíduos.

2.4 Desigualdades sociais

O tema das desigualdades é por natureza um tema multidimensional, visto que, não inclui unicamente um sector da sociedade mas vários (saúde, educação, economia, entre outros), nem um único recurso, a título de exemplo riqueza, nem a uma só variável (rendimentos, idades, escolaridade). Também é ponto assente que se não forem tomadas medidas políticas eficazes, os processos criadores de desigualdades acabarão por persistir ao longo do tempo e acabarão por atingir um maior número de pessoas.

A desigualdade é um princípio inerente a qualquer forma de estruturação social, “torna-se legítimo esperar diferentes capacidades de articulação e de acumulação de recursos (materiais e imateriais) por parte dos atores pertencentes a uma sociedade” (Rodrigues et al, 1999:64). Quando nos encontramos perante uma agudização das desigualdades, o resultado dessa agudização pode acabar por gerar exclusão de um indivíduo ou de um grupo. Outro ponto a ter em atenção é que, dentro das ciências sociais, existem múltiplas formas de pensar a desigualdade social, de modo que cada disciplina tem a sua própria interpretação.

Hoje em dia, o tema desigualdades sociais, que é expresso diariamente, está bastante direccionado para as constantes transformações que as sociedades vivem, principalmente, no que toca a transformações económicas, sociais e da decadência das condições de vida, do aumento do desemprego, da falta de apoio público, entre outros problemas.

Na atualidade existe um crescente aumento das desigualdades sociais que são cada vez mais acentuadas e perceptíveis, por isso, é um tema que surge em vários meios de comunicação social. Estas desigualdades são ainda, mais evidentes por estarmos a viver uma crise económica. Por mais semelhante que seja uma determinada sociedade ou grupo, de maneira geral as relações que se estabelecem entre os indivíduos acabam por apresentar uma discordância e de imediato concebe-se as relações de poder que refletem, de certa maneira, um determinado nível ou um certo padrão de desigualdades. Desta forma, pode dizer-se que o termo desigualdade é um

princípio intrínseco a qualquer estruturação social, a prova disso são as versões clássicas de Karl Marx e Max Weber, onde ambos acabam por relacionar o problema das desigualdades com as teorias das classes sociais, a estrutura social e a mudança social.

Desta forma, também é corrente que os grupos sociais que se encontram mais desfavorecidos são os que se encontram mais afetados tanto no que diz respeito a uma falta de igualdade de oportunidades como, pelo desigual acesso aos bens e serviços. Por isso, podemos dizer que os grupos sociais que se encontram mais desfavorecidos são aqueles que acabam por sofrer uma maior vulnerabilidade social.

As desigualdades sociais resultam, principalmente, de um acesso desigual no que diz respeito a bens, serviços ou oportunidades. Podemos encontrar essa explicação nos próprios mecanismos da sociedade. Na atualidade verifica-se que, existem grandes diferenças, por exemplo, entre os mais ricos e os mais pobres e essas diferenças têm crescido, mas também visualizamos desigualdades entre os jovens e os idosos, os empregados e os desempregados. Pode afirmar-se que, a desigualdade social existe quando nos deparamos que nem todos os indivíduos de uma sociedade têm ao seu alcance os mesmos recursos.

Podemos ainda, acrescentar que o termo desigualdade acaba por ser inevitável, todos sabemos que sempre existiram alguns graus de diferenciação social, pois sempre haverá aqueles que se identificam com um determinado nível da hierarquia social, no qual terão mais afinidade com aqueles que ocupam determinada posição, e conseqüentemente formar-se-ão camadas sociais hierarquizadas.

O problema das desigualdades económicas foi reconhecido, nos últimos tempos, como um dos problemas estruturais, o qual as sociedades contemporâneas foram obrigadas a combater. O rendimento é um dos indicadores usados para analisar esta tendência. Como sabemos Portugal é um país muito desigual e de baixos rendimentos, o rendimento é um conceito estatístico composto por vários tipos de rendimentos, um que se destaca como um dos tipos de rendimentos mais importantes é o salário. No nosso país podemos dizer que o nível de instrução da população trabalhadora, acaba por funcionar como variável no que diz respeito as desigualdades dos salários. Quando comparamos o nosso país com muitos países da União Europeia verificamos a existência de desigualdades económicas, mas também muitas desigualdades no que diz respeito às habilitações dos indivíduos (apesar de ter ocorrido um aumento dos níveis de escolaridade no nosso país). A atual crise que se fez sentir e muito no nosso país desde de 2008, gerou efeitos devastadores, e que fez com que o desemprego acaba-se por se tornar numa variável estrutural, para além de já representar por si só um pesado problema social, acabou por influenciar algumas

dimensões sociais e económicas, principalmente, no que diz respeito às questões de pobreza e de desigualdade. O desemprego desencadeou reduções nos ordenados disponíveis dos indivíduos e do seu agregado familiar.

Por fim, é importante referir que é notório nas sociedades de hoje que cada vez mais existem desigualdades que acabam por gerar vários problemas, o que se torna num ciclo vicioso, já que esses problemas sejam de ordem, financeira, psicológica, moral, entre outros, poderão enfatizar as desigualdades.

2.4.1 Pobreza

A pobreza é a manifestação mais visível das desigualdades sociais ao longo da história da humanidade. O fenómeno social pobreza é complexo e tem várias causas que interagem entre si. Seguindo a ideia de Pereirinha (1992), “o conceito pobreza analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo ou família dispõe para satisfazer necessidades consideradas mínimas acentua o aspeto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade)” (Citado por Rodrigues et al, 1999:66).

Para Meneses (2008), a “pobreza não é só falta de recursos: é falta de poder, de capacidades e de oportunidades para alcançar níveis mínimos de bem-estar e dignidade” (Citado por Mano, 2012:4).

Assim como está presente na ideia de Labbens (1969) que defende que “Um homem pobre não é um homem rico com menos dinheiro; ele é outro homem. As diferenças entre um e outro não se relacionam apenas com o rendimento, também dizem respeito à educação, relações sociais, em suma, a todos os domínios da vida social: ser rico e ser pobre são dois estilos de vida” (citado por Batista, 2010:40).

Existem determinados grupos de risco que se encontram mais vulneráveis à pobreza, por exemplo, os desempregados de longa duração estão associados a uma forma de pobreza, os idosos (sobretudo os que vivem sós), os jovens no início da sua carreira, entre outros.

Segundo o que diz Capucha (1998), para conseguirmos perceber melhor os conceitos de pobreza e exclusão social é muito importante distingui-los porque eles não representam a mesma coisa, apesar de muitas vezes serem confundidos. No entanto, “pode existir exclusão social sem existir pobreza, mas o oposto não se verifica. Na nossa sociedade temos alguns exemplos relativos a esta afirmação, um dos exemplos está relacionado com os idosos que muitas vezes são excluídos só por serem idosos; outro exemplo é um indivíduo excluído de participar nas atividades da

comunidade e não ser pobre. Quando falamos em pobreza referimo-nos à falta de recursos económicos e às condições materiais devidas. Por outro lado, a exclusão acontece porque a sociedade não oferece a todos os seus membros as mesmas oportunidades” (Agustinha;2013:3).

Em suma, não temos uma sociedade justa, embora muito se proclame sobre a igualdade, que, como referimos, não é igual a justiça.

2.4.2 Exclusão Social

”A exclusão ¹⁹ é um processo acumulativo e pluridimensional que afasta e inferioriza, com ruturas sucessivas pessoas, grupos, comunidades e territórios dos centros do poder, dos recursos e dos valores dominantes”(citado por Pereira;1:13).

O fenómeno de exclusão social foi alvo de muita atenção de vários investigadores, por exemplo Sen, (2000); Proença, (2005); Kowarick (2003), entre outros, que afirmam que, a exclusão social é um conceito recente e teve o seu berço na Europa, mas encontra-se presente em todo o Mundo, independentemente de qual seja, o seu nível de desenvolvimento não podemos, deixar de referir que, é um termo pertinente na sociedade atual. Também, vários autores são unânimes em relação a esta ideia, e embora a exclusão social tenha sempre existido, a publicação do livro de René Lenoir ²⁰, tornou-se um marco na origem deste conceito.

Como o próprio nome indica, exclusão significa estar posto à margem de alguma coisa. Quando é aplicado o termo exclusão social diz respeito ao impedimento de participar nas vivências da sociedade, aqui entendida como um conjunto de sistemas sociais da qual faz parte o indivíduo. Segundo Fernandes (1995), quando estamos numa situação de exclusão verifica-se uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, que acabam por conduzir “ para fora ou para a periferia da sociedade todos aqueles que não participam dos valores e das representações sociais dominantes” (citado por Rodrigues et al, 1999:65).

A condição de exclusão faz alusão a um processo de perda de integração ou participação na sociedade, que tanto pode ocorrer num só domínio ou em vários domínios, isto é, de modo geral assiste-se a uma situação de não inserção, de não integração ou de não inclusão de indivíduos ou grupos sociais no que diz respeito ao usufruto de certos direitos.

Segundo o que afirma Robert Castel (1995), “a exclusão social significa

¹⁹ Esta definição encontra-se presente no Programa Nacional de Luta contra a Pobreza a Exclusão Social em 2003.

²⁰ Livro Les exclus em 1974.

fundamentalmente desintegração social a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e político. Reflete-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na não participação na vida comunitária, e implica o que Robert Castel chama de “desfiliação” em relação à sociedade: o não reconhecimento do lugar na sociedade” (citado por Pereira 2012:2-13). A fragilidade social é resultado das transformações sociais nas quais estão inseridos, por exemplo, os desempregados, idosos, pobres, entre outros que muitas vezes acabam por necessitar de acompanhamento dos serviços sociais.

Segundo Rosanavallon (1995), “os excluídos não constituem uma ordem, uma classe, ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, de tecido social” (citado por Rodrigues et al 1999: 66). Na verdade, podemos dizer que a exclusão social retrata uma das formas de desigualdade das sociedades atuais, apesar de cada vez mais existirem vários tipos de campanhas de sensibilizações com o objetivo de pormos um ponto final, acabamos por nos aperceber que estamos perante um problema cujo fim não se consegue vislumbrar. A exclusão social é um fenómeno que afeta cada vez mais indivíduos, principalmente indivíduos originários de um leque cada vez mais alargado de grupos sociais.

Segundo Sheppard (2006), “a exclusão social significa grupos socialmente excluídos. Portanto, são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e carências múltiplas associadas e que são privados de seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais estão danificados ou quebrados” (citado por Lima, 2011:210).

Ainda de acordo com o pensamento de Nolan et Whelan (2010) o termo de exclusão social “pode envolver não só pobreza como baixos rendimentos mas também desvantagens educacionais, falta de acesso a serviços de saúde, habitação inadequada e exclusão no mercado de trabalho”, (Agustinha; 2013:1) como esquematizado na figura 6.



Figura 6- Fatores de exclusão social

Concordamos com Rodrigues (1999) relativamente à exclusão do mercado de trabalho que acaba por gerar pobreza, pois esta impede o acesso a bens e serviços que são considerados socialmente pertinentes (saúde, habitação, lazer, entre outros). Um excluído acaba por ser aquele que não consegue formar uma identidade social quer no trabalho, na família ou mesmo na comunidade. A exclusão social acaba por reproduzir uma fratura nos laços entre o indivíduo e a sociedade.

Não podemos deixar de ter em conta que a pobreza e a exclusão social estão relacionadas, como referem alguns autores, ou seja, a pobreza constitui uma dimensão ou uma forma de exclusão social, mas não se deve confundir uma com a outra. Também, como está relatado por alguns autores, certos casos de vulnerabilidade social acabam por levar à exclusão. Exemplos de alguns fatores que geram exclusão são, o desemprego, a pobreza, a injustiça social, a desigualdade educacional, entre outros.

2.4.3 Desemprego

A crise no trabalho é algo com que nos deparamos cada vez mais na atualidade e está profundamente ligada com a pobreza e com a exclusão social. O desemprego²¹ é um dos maiores

²¹A última sondagem indica para Portugal uma taxa de desemprego de 10,6% (Agosto de 2010). Portugal regista a quarta taxa mais alta de desemprego da Zona Euro (INE, 2010).

problemas com que nos debatemos em Portugal e no resto do mundo. Este tema ainda tem uma dimensão superlativa nos dias de hoje devido à crise económica e financeira com que nos deparamos, o que nos permite ver que cada vez existem mais pessoas a queixarem-se da falta de emprego, que acarreta outros problemas, como por exemplo, muitos indivíduos têm de fazer cortes radicais em quase tudo, na sua alimentação, nos seus cuidados de saúde, entre outros aspetos essenciais. Mas a situação de desemprego fica ainda mais gravosa, existem vários exemplos deste tipo de casos em Portugal, quando os membros da mesma família ficam desempregados e não conseguem levar nenhuma forma de sustento para o seu lar, o que coloca várias famílias mais suscetíveis de serem vítimas da pobreza ou de exclusão social, visto que, as pessoas que perdem o seu trabalho já têm alguma idade, o que acaba por complicar ainda mais, a possibilidade de encontrar um novo emprego. Contudo, é necessário referir que o desemprego não conduz necessariamente à pobreza e à exclusão social.

Não podemos deixar de referir que, cada vez mais, nos deparamos com o aumento do desemprego entre os jovens, que acabaram de terminar os seus estudos, muitos deles com formação superior, e não conseguem arranjar o seu primeiro emprego, o que faz com que procurem a emigração como uma solução para os seus problemas, este fenómeno atualmente está bem presente em Portugal.

O desemprego, principalmente o de longa duração, segundo a ideia de Silva, citado por Lima (2011:231), “provoca danos psicossociais, tais como a perda de competências e de autoestima”.

Este tipo de desemprego afeta cada vez mais o nosso país. Desta forma é notório que o desemprego gera um nível de satisfação muito baixo na vida dos indivíduos o que vai acabar por influenciar a Qualidade de Vida dos cidadãos.

2.4.4 Envelhecimento

O envelhecimento da população é um dos grandes problemas com que nos deparamos no século XXI. A população encontra-se cada vez mais envelhecida, ou seja, uma crescente diminuição do peso das gerações mais jovens a favor, do aumento do peso das gerações mais velhas. Este fenómeno é o resultado do chamado duplo envelhecimento da população, ou seja, um aumento da esperança média de vida e uma diminuição da natalidade. Segundo vários autores, esta situação necessita de medidas mitigadoras específicas.

O envelhecimento pode acarretar, muitas vezes, situações de vulnerabilidade, por exemplo, os idosos após anos a trabalhar e a realizar os respetivos descontos para a segurança social, acabam por receber pensões, por vezes muito baixas, que não chegam para as suas despesas, pois muitos deles precisam de alguns cuidados médicos e gastam a maior parte da sua reforma com estes, outros idosos, acabam por não ter dinheiro para manter a boa qualidade das suas habitações e com o tempo elas acabam por se degradar ou muitos deles acabam mesmo por nem receberem pensões, estas situações descritas têm reflexos na sua Qualidade de Vida, colocando-os numa posição social bastante vulnerável. Na maioria das vezes também são vistos por alguns cidadãos como um peso na sociedade, principalmente nas sociedades desenvolvidas.

O aumento da população idosa provoca várias situações de fragilidade social nas sociedades contemporâneas. Entre os maiores problemas com que este grupo etário se depara destacam-se: o aumento da solidão; a maior dependência, que tanto pode ser física, mental como económica; a discriminação, pois são tratados como os “velhos” e o abandono pelos familiares. Este paradigma do abandono está cada vez mais presente nas sociedades desenvolvidas, um exemplo disso é, as notícias que vemos nos meios de comunicação social acerca de mais um idoso que foi encontrado morto na sua residência dias depois porque são os vizinhos que notam a sua falta, apesar de termos consciência que nos dias de hoje as relações de vizinhança são bem diferentes do que eram antigamente, principalmente, nas grandes cidades, onde os vizinhos mal se conhecem uns aos outros. Implícito a toda a realidade que nos envolve, prevalece a opinião de que os idosos originam um grupo vulnerável, que, de maneira geral, está ligado a situações de exclusão social e pobreza.

Por estas e outras razões, é visível a necessidade de se desenvolver medidas de inclusão social para a população mais envelhecida, pois sabemos que muitas das iniciativas de inserção social incrementadas pelos atores sociais aumentam a Qualidade de Vida dos idosos. Alguns exemplos destas iniciativas incluem atividades, como, práticas de desporto, universidade sénior, de forma a estimular o interesse deles pela atividade física e cultural.

Capítulo 3. – Crise

“Não existem crises em geral e uma crise histórica é sempre concreta, tem um tempo e um lugar próprios. Cada crise tem a sua história própria, no sentido em que se manifesta numa sequência particular e irrepetível de acontecimentos, mas também no sentido em que põe em marcha uma sequência de relações causais igualmente únicas e irrepetíveis.” (Bastien, 1989:17 citado por Cidade, 2013:3)

3.1 *Crash* da bolsa de valores de Nova Iorque 1929²²

Durante a história do capitalismo pode dizer-se que existem fortes marcos históricos: as duas crises económicas e financeiras, ou seja, a crise de 1929, conhecida também como Grande Depressão, e a crise de 2008. Quando nos referimos ao ano de 1929, é importante salientar que, este ano foi considerado como um marco de uma das maiores crises capitalistas. No decorrer deste ano, os E.U.A deparam-se com uma crise económica que acabou por ter repercussões em todo mundo.

No final da primeira Guerra Mundial (1914-1918), os E.U.A tornaram-se na maior potência económica do mundo, visto que alguns países europeus ainda estavam a recuperar a sua economia que se encontrava bastante fragilizada no pós-guerra. Com isto os americanos iam ganhando cada vez mais lucro com a exportação que faziam. Durante a década de 20, nos Estados Unidos da América viviam-se períodos de grande prosperidade económica muito pelo aumento do crescimento industrial e um grande aumento da produção; também nesta altura foram aplicados novos métodos de produção que acabaram por tornar a sua agricultura a mais mecanizada do mundo, o que lhes permitiu que os níveis de produção se tornassem elevadíssimos. Com toda esta prosperidade económica nos E.U.A vivia-se um forte clima de euforia e de consumo exagerado por vezes. No final dos anos 20, a produção americana atinge um aumento do crescimento mas também nesta altura a Europa começa a recuperar e com isso surge uma drástica diminuição das importações dos produtos provenientes dos E.U.A. Por esta razão, começam a acumular cada vez

²² Este ponto foi baseado em, Britannica Concise Encyclopaedia - *Stock Market Crash of 1929*, disponível em : <http://www.britannica.com/event/stock-market-crash-of-1929>, acedido em Agosto de 2015 e *A Crise de 1929*, disponível em http://www.historiamais.com/crise_de_1929.htm, visitado em Agosto de 2015.

mais produtos, o que acabou por gerar uma crise de superprodução (de produtos agrícolas e industriais), visto que produziam mais do que conseguiam consumir, quando isto acontece, a oferta é maior que a procura, os preços tendem a cair e diminui a compra e venda de ações. Nesta altura, começaram a surgir situações de desemprego, pois a queda de produção levou ao despedimento de vários funcionários, e acabou por atingir todos os setores e o período de prosperidade começa a chegar ao fim, a retração da economia fez com que as ações da bolsa de valores caíssem levando-a ao colapso.

Nos dias anteriores à desastrosa quinta-feira negra de 24 de outubro de 1929, os negócios encontravam-se fracos e em queda, durante a manhã desse mesmo dia, efetuou-se uma corrida aos bancos no que dizia respeito a venda de ações. Desta maneira, os preços caíram vertiginosamente na Bolsa de Nova Iorque o que acabou por gerar uma grande confusão, tumulto e clima de desconfiança, por esta razão uma enorme multidão de indivíduos juntou-se, já no final da manhã, em volta do recinto da Bolsa de Wall Street e Broad Street.

Nesta altura a maior parte dos investidores encontravam as suas economias aplicadas em ações, a única solução que tinham naquele momento era vendê-las, mesmo a qualquer preço, com a finalidade de recuperarem uma parte dos seus investimentos. Tudo isto fez com que o pânico se instalasse em torno dos investidores em todo o país e um grande número deles ainda não sabia ao certo o que estava a acontecer. Contudo, naquele momento muitos títulos acabaram por mudar de mãos.

No final da manhã realizou-se uma reunião entre grandes banqueiros da qual surgiram algumas medidas que apresentaram resultados positivos e o mercado voltou a subir durante a tarde. No entanto havia um problema com que se deparavam: a maioria dos investidores já tinha vendido a um preço muito baixo a maioria das suas ações e por essa mesma razão a subida dos mercados já não lhe interessava a esta altura.

Os dois dias seguintes foram aparentemente calmos, mas na segunda-feira a situação modificou-se e o sentimento de baixa retornou. No dia 29 de Outubro de 1929 (terça-feira negra), a fatalidade na Bolsa de Nova Iorque terminou em banca rota (*crash*). Nesta altura quem aproveitou e comprou as ações nos dias anteriores tentou de tudo para as vender as ações, a maior parte destes compradores encontrava-se em completo desespero; muitos deles encontravam-se tão desesperados que acabaram por se suicidarem.

A crise, rapidamente se propagou pelos mercados mundiais com enormes e variadíssimas consequências. Esta grande depressão estendeu-se durante a década de 30 e gerou uma retração da produção, consumo e emprego.

3.2 Crise Económica e Financeira 2007 /2008²³

Refira-se que na atualidade o tema da crise toma lugar em qualquer discussão, tendo em conta a consciência prática da situação do país.

Com efeito, uma crise financeira desenvolve-se durante um longo período de tempo e são vários fatores que a podem potencializar até que um determinado evento acaba por desencadear uma rutura de elevadas proporções, como é o caso da crise que se vive atualmente cuja origem assenta, principalmente, na progressiva desregulamentação do mercado.

A crise financeira e económica, dada a sua dimensão, continua a ser um assunto de relevo no debate internacional, pois vários autores alegam²⁴ que esta crise é considerada como a maior da história do capitalismo, refletindo-se nas políticas interna e externa de cada Estado. A crise que vivemos atualmente começou a sentir-se por volta de Agosto de 2007²⁵ e início de 2008 nos Estados Unidos da América. Nessa altura já era visível um enorme incumprimento das dívidas bancárias, esta crise financeira acabou por se estender a nível mundial em 2008 em pouco meses, ficando conhecida como crise *sub-prime*, a maior crise desde o *crash* da bolsa de Nova Iorque em 1929. Apesar de estas duas crises serem comparadas, temos de ter em conta o facto de elas se desenvolverem num contexto distinto.

A presente crise que se iniciou nos E.U.A. teve origem num setor de compra e venda de títulos hipotecários de imóveis de residências norte-americanos, conhecida também por *sub-prime*, ou seja, um crédito hipotecário de alto rendimento que implicava um alto risco, porque eram concedidos a clientes sem comprovação de rendimentos, os chamados clientes *ninja* (*no income, no job, no assets*), acabou por se tornar numa pesada crise financeira de grande impacto nos E.U.A., tendo ocorrido devido aos elevados níveis de incumprimento nos pagamentos das

²³ Este ponto foi baseado em Méndez, Ricardo, Abad, Luis D., Echaves, Carlos (2015), Atlas de La Crisis Impactos socioeconómicos y territorios vulnerables en Espanha. Valencia: Tirant Humanidades (capítulo I) e em Associação Keynesiana Brasileira (2008), Dossiê da crise (Coletânea de artigos de vários economistas keynesianos brasileiros), (<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>).

²⁴ Além dos referidos na nota anterior, refira-se, também, o trabalho de Soros, George (2009), The Crach of 2008 and it Means. The New Paradigm for Financial Markets. New York: Public Affairs. Soros é fundador e *chair* da *Soros Fund Management* e da *Open Society Foundations*.

²⁵ Podemos fazer recuar um pouco as origens da atual crise ao início dos anos 2000, ou seja, quando a “bolha das tecnológicas” rebentou, o que fez com que a Reserva Federal dos Estados Unidos tivesse de baixar as taxas de juro de referência, com o objetivo de evitar um desastre económico. As baixas taxas de juro seguradas levaram a um crescimento de empréstimos imobiliários, o que motivou que milhares de pessoas comprassem imóveis, assim como muitos refinanciarem-se através de hipotecas de imóveis próprios.

prestações bancárias. Em Setembro de 2007 quando o *Lehman Brothers*²⁶, o quarto maior banco de investimento dos E.U.A, caiu em falência isto foi considerado um dos pontos fortes desta crise, mas antes de este banco cair em falência já haviam sido dados sinais de vários problemas, como por exemplo, tal como propagou Sendanyoye, que em Fevereiro de 2007, um grande banco europeu deu o primeiro alerta, alcançando perdas de cerca 10 biliões de dólares, devido a uma aquisição feita em 2002 a um credor de *sub-prime*. Outro sinal de atenção ocorreu em Agosto de 2007, através de outro grande banco europeu que congelou saques em três dos seus fundos de investimento, aqui começou por se instaurar o pânico nos investidores atentos ao mercado imobiliário americano, pois previam que muitos dados pudessem estar a ser ocultados. Com isto, começou a pairar um sentimento de desconfiança e perplexidade, principalmente entre as instituições financeiras mais importantes. Desta forma, muitos dos mercados começaram a cair, visto que muitos agentes começaram a perceber que até mesmo as maiores instituições podem declarar falência, o que levou a uma enorme queda dos mercados acionistas em todo o mundo, pois os *spreads* dos empréstimos eram cada vez mais elevados e tornou-se cada mais difícil conseguir crédito no mercado interbancário. O banco *Lehman* acabou por cair em 2008, pois não recebeu auxílio do *Federal Reserve* (FED-Banco Central Americano) ao contrário do que aconteceu com outras instituições que declaravam falência, como é o caso, por exemplo, do banco *Bear Sterns*, *Fannie Mac*, entre outros que foram salvos pelo governo Americano. Partilhamos a opinião de Pereira (2010) ao considerarmos que foi um erro não terem salvado o Banco de Investimento *Lehman Brothers*, pois era um banco muito influente e de grandes dimensões, como já mencionámos anteriormente, esta decisão errada pesou muito na deterioração do quadro financeiro mundial.

Pereira (2010) defende ainda que a crise “foi causada pela falha na regulação dos mercados financeiros e pela especulação exagerada em relação à falha de regulação. Daí emergiu no mercado uma crise de confiança dos investidores. Os depósitos e títulos bancários ficaram mais difíceis, os bancos deixaram de se conseguir financiar e tiveram de reduzir a concessão de crédito” (Citado por Costa (2014:1).

Devido à economia americana possuir ligações com o resto do mundo, a escala desta crise acabou por ganhar uma extensão mundial, ou seja, esta crise de confiança não provocou só desânimo nos principais grupos financeiros dos E.U.A, como também acabou por ter repercussões bastante graves na maior parte dos países, em especial, na Europa.

²⁶ Decretou falência no dia 15 de Setembro de 2008.

Segundo (Askenazy, 2011) “la actual crisis es mucho más que una crisis económica. Es también una crisis social, que se destaca sobre el fondo de una crisis ecológica y geopolítica que, sin duda, viene a confirmar una ruptura histórica” (Ricardo Méndez, 2013:5).

3.3 Crise Económica e Financeira de 2008 na Europa e em Portugal

É incontestável que esta crise internacional acabou por devastar a Europa rapidamente, como é possível de verificar entre os vários agentes económicos, pois não há concordância quanto à data em que esta enorme recessão teve início na Europa, mas o Conselho Europeu acaba por assinalar como o início oficial 28 de Março pelo facto de utilizar, nesta data e pela primeira vez, o vocábulo crise no desenrolamento dos seus relatórios.

Esta crise trouxe consequências enormes e imprevistas, numa altura peculiarmente negativa quer a nível económico, quer a nível político. Na verdade, a União Europeia não estava preparada para lidar com esta situação, acabando por comprometer a credibilidade da moeda única europeia, as inquietações financeiras e a crise do euro que se faziam sentir na Europa divulgaram as lacunas que existiam na integração europeia e trouxeram alertas para a necessidade de agirem em conjunto, mas existia um menor desapego alemão numa integração europeia.

É uma realidade que pelo facto de terem existido algumas hesitações em certas intervenções, por exemplo, a aparência de uma certa incerteza na tomada de decisões e dificuldade em chegar a certos acordos com os principais governos e instituições europeias desde 2008, levou a um aumento de incertezas que acabaram por proporcionar um agravamento da crise e que tornou consensual a ideia de que a União Europeia estava bastante mal preparada para fazer frente a certas exceções, como por exemplo, a situação atual de crise.

No final de 2008, a crise financeira começou a abranger a economia real, neste ano ainda não se sabia muito bem o tamanho da crise e muito menos as consequências que dela iriam resultar nos anos que se seguiriam, até hoje, pelo menos. As bolsas de valores de todos os países encontravam-se em queda. Para além disto, a confiança dos investidores era cada vez menor, o acesso a depósitos e a títulos bancários era cada vez mais difícil. Quando retratamos o caso de financiamento bancário, na maior parte dos casos, era cada vez mais difícil ter acesso a esse financiamento. Conforme podemos retirar de algumas leituras, os agregados familiares foram os que mais sofreram com este problema, visto que, “sofreram vigorosos cortes no valor dos seus rendimentos, houve uma diminuição no seu património e consideráveis quedas dos valores dos ativos (ações e imobiliário, em particular). Desta forma, estes acontecimentos fizeram emergir no

mercado uma crise de confiança, um incremento da poupança, uma diminuição do consumo privado, nomeadamente, a procura de bens duradouros (por exemplo, automóveis) e o investimento imobiliário (particularmente, o destinado à habitação) registou uma forte queda” (citado por Costa, 2014:8).

Foi visível que esta crise financeira deu origem a um ciclo vicioso com que as economias foram obrigadas a deparar-se, como podemos observar na figura 7.

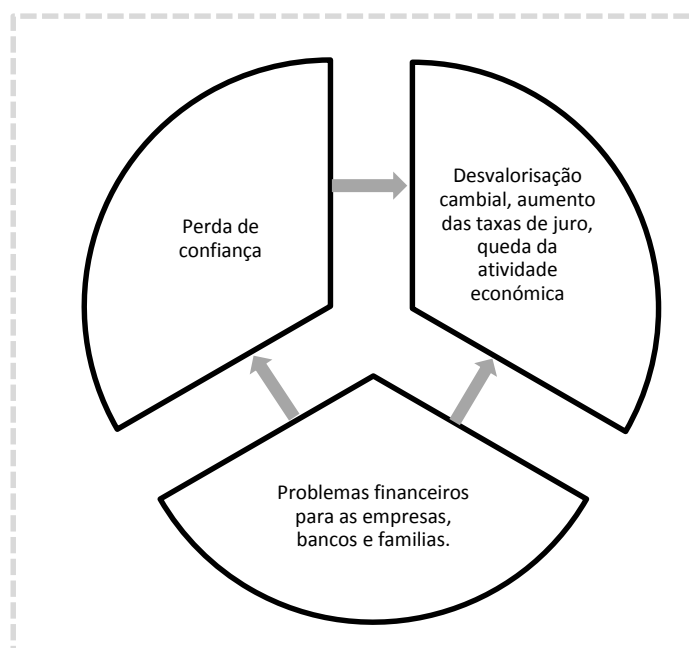


Figura 7 Ciclo vicioso
(Fonte: Costa 2014:8)

Segundo o que apontam vários autores, toda a crise financeira traça o fim de um ciclo de crescimento económico e endividamento. Ainda segundo a afirmação de Carvalho (2011) “a vida enquanto processo é um suceder de crise, pois neste processo estamos sempre diante de novos desafios, de novas situações, de novos problemas” (Citado por Costa, 2014: nº 10).

No entanto, é visível que esta crise não afetou todos os países da mesma maneira, o impacto desta crise foi muito maior nos países periféricos (Grécia, Espanha, Portugal, Itália, Irlanda) e no Reino Unido, onde é possível verificar que nestes países foi registado um elevado aumento do desemprego e diminuição do PIB, comparando-os com os países do centro Europeu, como a Holanda, Finlândia, e a Alemanha, principalmente, pois estes acabaram por acumular excedentes nas suas balanças correntes.

O pano de fundo de uma crise varia conforme o país e os seus impactos acabam por gerar evoluções diferentes, mas também, temos de apontar que acabam por existir semelhanças e diferenças entre eles. É visível que, relativamente aos impactos da crise de maneira geral são os países que se encontram mais vulneráveis, que mais sofrem com eles.

Esta crise acabou por gerar certas consequências, como por exemplo, a necessidade de recorrer a um auxílio financeiro de instituições internacionais, ao mesmo tempo acompanhada por um conjunto de ajustamentos que acabaram por gerar vários impactos negativos nas atividades económicas e no bem-estar social. Segundo os dados da OCDE, entre 2008 e 2010 “o desemprego na Europa cresceu em 5.6 milhões de pessoas e nos Estados Unidos em 6.6 milhões” (Boggio, 2012:16).

Fazendo uma observação relativa ao ano de 2009, vemos que o resto do mundo começa a despontar da crise, ao contrário do que acontece na Europa, pois ela entra numa fase diferente, conhecida como a crise das dívidas soberanas, que começou na U.E, mais em particular na Grécia, onde a situação se apresentava de facto bastante grave, no que diz respeito à situação económica. Ainda hoje, podemos ver o estado de gravidade e os problemas com que os gregos se debatem diariamente, acabando por se refletir na Europa.

A Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal começaram a sofrer fortes perdas muito pela falta de confiança dos mercados e acabam por ter muitas dificuldades na maneira de financiar as suas dívidas, com custos insustentáveis. A situação ficou pior quando países como a Grécia, Irlanda e Portugal pediram ajuda à *Troika*²⁷.

Quando abordamos o tema da *Troika* não podemos deixar de referir que no dia 7 de abril de 2011, Portugal tornou-se o terceiro Estado-membro da zona euro a recorrer a ajuda financeira internacional da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, uma decisão que marcou e marca o dia-a-dia dos portugueses. Quase um ano depois de a U.E ter autorizado o primeiro pacote de ajuda financeira à Grécia, e aproximadamente 5 meses depois de a Irlanda também ter pedido ajuda financeira, Portugal não conseguiu resistir à pressão que os mercados efetuavam sobre si e sobre condições de financiamento da sua economia, resultado de muitos anos de opções de política económica desadequadas, de um debilidade económico crescente e de um endividamento externo e público veloz, ao que se acabou por juntar um enquadramento internacional adverso motivado pela crise de 2008. Ainda durante o ano anterior, as autoridades portuguesas tentaram ao máximo resistir a este desfecho, mas a conjugação de uma crise da dívida soberana na zona euro

²⁷Corresponde a um comité que é composto por três constituintes que são a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

e da crescente pressão dos mercados sobre as economias que se encontram mais vulneráveis, ou seja, aqueles países que, de maneira geral, apresentam um maior déficit e dívidas públicas. Mas não podemos deixar de referir que esta “crise não é só económica, mas também estrutural e política, para além de estar estreitamente relacionada com a forma como o euro foi construído” (Lourtie,2011:62).

Estes países foram expostos a um conjunto de medidas de austeridade, e todos acabamos por ouvir falar delas e acabamos por estar minimamente dentro do assunto, como por exemplo, o aumento dos impostos, uma diminuição dos salários e uma flexibilização do emprego. Estas medidas e outras foram implementadas nestes países e em outros da União Europeia.

Esta crise, também afeta Portugal, podemos dizer que se começou a fazer sentir no início de 2008 e que acabou por levar a um agravamento da situação do estado social e das condições de vida da população portuguesa. A situação económica e financeira de certas empresas, em diferentes setores de atividade que compõe a nossa economia, também se agrava. Mas não podemos deixar de referir que as causas da crise no nosso país são bastante “complexas e longínquas” (Mamede, 2013:3). Alguns destes fatores acabaram por provocar um aumento do desemprego no nosso país, o que proporcionou ao mesmo tempo um aumento de incumprimentos bancários, visto que o desemprego leva a uma redução do rendimento disponível das famílias e, por consequência, faz com que estes tenham uma maior dificuldade no cumprimento das suas prestações bancárias. Por outro lado, devido também à fragilidade pela qual algumas empresas passaram, muito pelo facto da redução do consumo por parte de muitos consumidores tanto nacionais como internacionais, acabaram praticamente por serem “obrigadas” a reduzir a sua produção e o seu investimento privado, já para não falar que muitas delas acabaram por entrar em falência. Muitas famílias portuguesas, com receio do seu eventual desemprego, começaram a reduzir o seu consumo, como forma de restringir os seus gastos. Tudo isto fez com que muitas empresas tivessem grandes dificuldades no cumprimento das suas obrigações bancárias. Ainda relativamente ao caso português, segundo Caldas (2013) a crise financeira começou por se fazer sentir “em Portugal no início de 2008, como já foi referido, com um forte aperto do crédito, com a redução da capacidade de acesso dos bancos aos mercados de capitais e com a quebra do Banco Português de Negócios (BPN), seguida de nacionalização em Novembro de 2008, e do Banco Privado Português (BPP), seguido de falência em 2010”(citado por Costa, 2014: 9). Depois destes casos no dia 3 de Agosto de 2014, o BES desabou à vista de todos, ainda hoje, mais de um ano após a sua queda, é algo que gera muita discussão como é possível constatar nas notícias dos jornais, no elevado número de manifestações por partes dos indivíduos que tinham as suas

poupanças nesse banco e querem-nas recuperar. Atualmente, o Novo Banco, aparece como medida para a resolução do BES através de uma injeção de capital. Quando fazemos referência a estes problemas e à posição do Banco de Portugal podemos observar que existem um vasto conjunto de opiniões, como por exemplo, a do Jornal *Público*²⁸, que defende que existiram falhas do Banco de Portugal nas quedas do BPN, BPP e BES ao referir que “a fiscalização do BdP revelou-se insuficiente para prever os problemas do BPN e BPP e impedir os dois colapsos. Mais tarde, o BES faliu na praça pública. Nos dois momentos, o supervisor não detetou as grandes irregularidades.”

Durante o decorrer desta crise, foram notórios diferentes efeitos sobre a população, principalmente, nos países com menores rendimentos, o que acabou por gerar mais desemprego. O número de população idosa, cada vez mais elevada, e em parte com baixos recursos financeiros e com tendência a aumentar na Europa, gera maiores dificuldades e problemas durante uma crise que acaba por proporcionar muitas consequências negativas na vida dos cidadãos, nomeadamente, nos que se encontram mais desamparados/vulneráveis. Por isto, é não só necessário/ é quase obrigatório reestruturar todos os países dos Estados-Membros.

Compreende-se, desta forma, que o padrão de vida de um europeu caiu expressivamente, muito embora as prioridades e necessidades variem segundo cada país. Não podemos deixar de ter em conta que, a União Europeia é uma união económica e política, na qual as suas ações acabam por ter encadeamentos sociais. Mesmo assim, ela acaba por não poder tomar nenhuma decisão no que respeita ao domínio social, visto que cada Estado Membro decide de forma individual as políticas sociais que pretende gerir internamente.

A crise económica e financeira levou à deterioração das condições de vida e de trabalho com impactos negativos no dia-a-dia dos cidadãos, principalmente, os que perderam os seus empregos, uma das consequências da crise que atualmente vivenciamos é o acentuado sentimento de pessimismo dos portugueses relativamente ao seu futuro, este sentimento de pessimismo tem vindo a crescer.

Esta crise coloca na Europa um cenário de risco social cada vez mais elevado, pois os sistemas sociais são pressionados e os indivíduos e as suas famílias ficam numa situação de elevada tensão. Como sabemos, a Europa tem várias estratégias em mente para melhorar o seu desempenho, uma delas é a Europa 2020, que tem com princípio colocar as pessoas em primeiro lugar. Para isso, entre outros objetivos, esta estratégia pretende criar mais empregos, melhorar a Qualidade de Vida, pois, como vários autores afirmam, o impacto da crise a longo prazo e no

²⁸As falhas do Banco de Portugal nas quedas do BPN, BPP e BES 12-04-2015.

imediatos já custou à Europa grandes perdas na Qualidade de Vida. Pretende ainda, alcançar várias metas que vão para além de simples medidas convencionais de desempenho económico, pois pretendem reduzir a pobreza e a exclusão social e promover uma boa educação e emprego.

O inquérito europeu sobre a Qualidade de Vida iniciado em 2011 detetou alguns problemas, como por exemplo, o acesso aos serviços de saúde. Durante muito tempo, muitos indivíduos estiveram e estão desempregados, o que gerou um aumento da exclusão social e ao mesmo tempo acaba por afetar a sua Qualidade de Vida subjetiva. Com esta crise as pessoas andam menos felizes e menos otimistas em relação à sua vida, mas é um fator que não é logo visível. É contra este cenário que, muitas instituições europeias andam a tentar desenvolver novas políticas e estratégias pois visam melhorar a Qualidade de Vida das populações, principalmente, dos indivíduos que se encontram mais afetados.

Ainda, segundo este inquérito europeu “Rising unemployment has perhaps become the most visible element of the economic and labour market crisis” (Anderson, R. et al.2012).

É verificável, ainda, segundo este inquérito europeu que, com a contração económica que aconteceu, gerou-se um aumento da taxa de desemprego, principalmente entre jovens e em alguns estados membros esta taxa obteve uma maior incidência, como o caso dos países Bálticos, da Irlanda e do Sul da Europa. Também se verificou que o número de desempregados de longa duração na U.E aumentou.

É observável que, esta crise financeira e económica se fez sentir em todo mundo, não deixando de salientar que, o impacto não foi o mesmo em todas as sociedades, pois aquelas que se encontravam mais vulneráveis tiveram mais dificuldades em fazer frente à crise e nos dias de hoje, ainda estão longe de ultrapassar todos problemas que surgiram aliados à crise. Todos estes problemas os “obrigaram”, principalmente os mais vulneráveis, a suportar um conjunto de várias medidas e sacrifícios que acabou, também, por influenciar a Qualidade de Vida de vários indivíduos.

2 ° Parte/ APLICAÇÕES PRÁTICAS

Enquadramento

A aplicação prática patente nos capítulos 4 e 5 diz respeito, à concretização de conceitos e metodologias que foram introduzidas na parte teórica, ou seja, vai-nos permitir oferecer uma série de respostas a um conjunto de questões que serviram de base de partida para a escolha do presente tema com o objetivo de observar a aplicabilidade do mesmo. Quando elaboramos um trabalho de investigação deste género não faz sentido não desenvolvermos uma parte prática.

A presente dissertação, no plano empírico está dividida em dois capítulos, como já foi referido, no capítulo 4, desenvolvemos uma estrutura metodológica para estudar e perceber a estrutura social, mais especificamente o nível de desemprego, a estrutura etária e os níveis de escolaridades da população da Área Metropolitana do Porto, com a finalidade de chegar aos objetivos pretendidos, esta investigação está assente principalmente na informação disponibilizada pelo INE a partir dos dados do Censo de 2011, à subseção. Seguidamente recorri aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), uma das ferramentas que usufruímos frequentemente, tanto para concretizar uma análise dos *clusters* seguindo-se um desenvolvimento cartográfico.

O capítulo 5, corresponde ao tratamento de uma base de dados, provenientes da informação recolhida pelos inquéritos, Hábitos e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação efetuados por um grupo de investigação do CEGOT da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, estes dados permitiram-nos a análise dos indivíduos inquiridos do Grande Porto, relativamente aos seus níveis de satisfação e aos impactos da crise atual.

No entanto, no capítulo 4 a pesquisa vai ser efetuada à Área Metropolitana do Porto, visto que, os dados nos foram fornecidos pelo INE e por essa razão podemos fazer uma análise comparativa maior entre os vários municípios que compõe esta área. Já no que diz respeito ao capítulo 5 a análise vai ser efetuada apenas ao Grande Porto, pela simples razão de só temos uma amostra significativa para os concelhos que fazem parte deste território.

Capítulo 4 – Representação Cartográfica dos Fenómenos Sociais na Área Metropolitana do Porto

4.1- Metodologia Cartográfica

No presente capítulo, começamos por efetuar uma análise dos dados, referidos atrás, o primeiro passo foi analisar e normalizar todos os dados.

Os dados analisados compreendem: a população empregada e desempregada; a população jovem; a população ativa; a população idosa; a população com o nível de instrução inferior ao básico; a população com o nível de instrução básico e secundário; a população com nível de instrução superior. Seguidamente, realizamos um conjunto de operações para obter as percentagens e os pesos dos dados à subsecção relativos aos dados mencionados.

Depois de realizar as operações referidas anteriormente, começamos por desenvolver um conjunto de *clusters*, visto que, esta técnica nos permite classificar um conjunto de variáveis em grupos homogêneos, tendo apenas em atenção quais as similaridades ou dissimilaridades que existem entre ambas, o que nos leva a apresentar uma análise de estatística multivariada.

O desenvolvimento deste capítulo acabou por se apresentar bastante moroso em alguns pontos, o primeiro ponto e no qual foi investido muito tempo, estava relacionado com um dos nossos objetivos, que era escolher o número ideal de *clusters* que representassem da melhor maneira cada um dos dados trabalhados, para chegar a bom porto foi necessário desenvolver um conjunto de metodologias, ao mesmo tempo que íamos trocando ideias e opiniões com os nossos colegas de mestrado e com os colaboradores e com os professores do Laboratório de Cartografia e SIG, onde passamos muito dos nossos dias a efetuar várias tentativas e análises muitas delas apresentaram resultados positivos e outras menos positivos, todo isto nos permitiu sem dúvida alguma aumentar as nossas competências.

Desta forma, começamos por recorrer ao auxílio da ferramenta SPSS, a partir daqui demos início a realização diversas tentativas. Através da ferramenta de *clusters*, não-hierárquico, designadamente o método *k-means*, é um método bastante utilizado pois é de fácil aplicação quando nos deparamos com um elevado número de observações. No uso deste método fizemos a conjugação de várias variáveis e ao mesmo tempo fomos aplicando diferentes classes para vermos

as que melhor resultavam, ou seja, analisamos todas as tabelas *Final Cluster Centers*, depois dessa análise fizemos-lhe uma correspondência de cores com a finalidade de atribuirmos a cada *cluster*, a cor mais correta, em função dos valores que a tabela apresentava mais a frente explicaremos melhor este critério de atribuição de cores.

Seguidamente, procedemos à implementação dos vários *clusters* desenvolvidos, através das tabelas em formato *dbf*, no ArcGis10.2.2, onde já tínhamos uma base montada anteriormente por nós, a partir da qual realizamos vários testes, principalmente na escolha do número de classes que cada cluster deveria apresentar, como estávamos a tratar os dados ao nível da subsecção²⁹, foi bastante difícil chegar logo ao número de classes corretas, ou seja, fomos por tentativas.

Voltando, ainda, à escolha do número ideal de *clusters* e para afirmarmos com certeza que decidimos o número de classes corretamente, aplicamos outros métodos de análise, recorremos ao método de análise por hierarquia, isto é, usamos o dendrograma, mas não nos foi possível usar este método porque, como estamos a trabalhar os dados à subsecção verificou-se um erro, continha demasiadas linhas de informação, isto é, tem mais de 1200 casos. Como não conseguimos realizar esta análise de *clusters* a partir do dendrograma recorremos ao método do R-quadrado.

Este método, consiste na distância entre *clusters*, o critério R-quadrado, pode ser usado com a finalidade de avaliar o número de *clusters* que devemos conservar, ou seja, se a distância entre dois *clusters* for pequena, estes devem ser agregados, já se o contrário se verificar, isto é, se a distância for grande os dois *clusters* devem manter-se separados. Isto pode ser confirmado através dos coeficientes do quadro de aglomeração, ou pelo declive da reta que une os dois *clusters* quando estes são representados em gráfico no eixo horizontal, relativamente às distâncias no eixo vertical.

O R-quadrado é uma medida da percentagem da variabilidade total que é retida em cada uma das soluções dos *clusters*. O objetivo é sem dúvida, alcançar uma percentagem elevada da variabilidade (> 80%) com um número reduzido de *clusters*. Estes cálculos podem ser realizados com o auxílio da ferramenta *Anova one-way* do SPSS. Pode dizer-se que o R-quadrado é uma medida que traduz a magnitude da diferença entre cada um dos *clusters* em cada passo do algoritmo, ou seja, R-quadrado é uma medida da percentagem da variabilidade total que é bloqueada em cada uma das soluções dos *clusters*.

Para desenvolver este método, foi necessário um conjunto de passos, primeiro usamos o

²⁹ “Subsecção Estatística: “Unidade territorial que identifica a mais pequena área de construção ou não, existente dentro da Secção Estatística (quarteirões, lugares ou parte de lugares, áreas residuais)”. Retirado do link http://www.esriportugal.pt/files/5912/9467/2586/EUE2010_INE_4Marco.pdf

método dos *clusters K-means*, através do qual voltamos a juntar as variáveis que pretendíamos tratar e para cada conjunto dessas variáveis atribuímos-lhes diferentes números de *clusters*, isto é, fizemos uma análise de 2 clusters até 9 clusters. Seguidamente, aplicamos o método *One-Way Anova*,³⁰ a partir deste método, efetuamos uma comparação de médias a cada *cluster*, onde precisamos de colocar um fator, ou seja, aplicamos o resultados dos *clusters K-means*, através do qual, fomos testando todas as classes que efetuamos, referentes às dependentes que estávamos a tratar, do qual iriam resultar os *outputs da Anova one-way*. Estes *outputs* foram colocados no Excel, onde já estava uma base montada com as fórmulas que nos iam permitir calcular o R-quadrado de todas as classes estudadas, com a finalidade de escolher a mais correta. Para isso, foi necessário efetuar uma análise sobre a tabela e o gráfico criado que nos permitiu, escolher o número de *clusters* mais corretos, esta análise foi feita da seguinte maneira: olhando para o gráfico selecionamos o número de *clusters* correspondente ao ponto em que a linha faz uma espécie de “cotovelo”, visto que, o objetivo deste método é encontrar um número mínimo de *clusters* que conservem uma percentagem significativa da variabilidade total, como já referimos acima, de maneira geral considera-se os 80%, tivemos esta percentagem em conta na nossa análise.

De seguida, e depois de escolhermos as classes corretas através do métodos R-quadrado e das várias conjugações feitas entre as variáveis, optámos pelos seguintes *clusters*, relativamente ao tema das idades, decidimos representar cartograficamente dois *clusters* simples:

- Peso e percentagem de idosos, juntamos as variáveis percentagem da população residente com mais de 65 anos (idosos) com o peso da população residente com mais de 65 anos (idosos), ao qual atribuímos 4 classes;
- Peso e percentagem de jovens, onde conjugamos a percentagem da população residente com menos de 24 anos (jovens), com o peso da população residente com menos de 24 anos (jovem), ao qual atribuímos 4 classes.

Elaboramos também um *cluster* complexo, percentagem da estrutura etária, formado pela, percentagem da população residente com mais de 65 anos (idosos), com a percentagem da população residente com menos de 24 anos (jovens) e a percentagem de população residente entre os 25 e 64 anos (adultos), ao qual atribuímos 6 classes.

Relativamente, ao desemprego desenvolvemos um *cluster* simples, peso e percentagem do desemprego, composto por, percentagem da população residente desempregada com o peso da população residente desempregada, ao qual atribuímos 4 classes. Elaboramos um *cluster*

³⁰ Análise de variância com um fator

complexo, percentagem de emprego/desemprego, que é formado por, percentagem de emprego da população residente, com a percentagem de desemprego da população residente, com a percentagem de desempregados à procura do primeiro emprego, com a percentagem de desempregados à procura de um novo emprego, ao qual atribuímos 4 classes.

No que corresponde ao tema do nível de escolaridade desenvolvemos dois *clusters* simples:

- Peso e a percentagem da população residente com o ensino inferior ao básico, que é formado pela, percentagem da população residente com o ensino inferior ao básico e com o peso da população residente com o ensino inferior ao básico, ao qual atribuímos 3 classes.
- Peso e a percentagem da população residente com o ensino superior, que é composto pela, percentagem da população residente com o ensino superior e com o peso da população residente com o ensino superior, ao qual foi atribuído 3 classes.

Ainda no que diz respeito a escolaridade desenvolvemos um *cluster* complexo, percentagem da escolaridade, composto pela, percentagem da população residente com o ensino inferior ao básico, com a percentagem da população residente com ensino básico e secundário completo e com a percentagem de população residente com ensino superior, a qual atribuímos 4 classes.

Todas as outras conjugações de variáveis e de classes, feitas, anteriormente, ao método R-quadrado, foram deixadas de lado e todas as classes foram atribuídas tendo por base os resultados do R-quadrado, seguidamente, estes dados foram explorados no ArcGis10.2.2. A nossa análise incidiu apenas na Área Metropolitana do Porto.

No Arcgis10.2.2, começamos por ligar, os dados resultantes do Censo 2011 que trabalhamos até então com a BGRI³¹. Porém continuamos, a verificar que, faltava algo, para a cartografia ficar mais visível, para além do que já tínhamos inserido, isto é, a CAOP, a partir da qual desenvolvemos, o limite da AMP, dos Municípios da AMP e de Portugal com os dados do INE, à subsecção. Posteriormente, acabamos por adicionar os equipamentos, de várias naturezas, ou seja, espaços verdes, equipamentos desportivos, de lazer, indústrias, de comércio, entre outros; o edificado da área de estudo (que aumentou em muito a qualidade do mapa), os cursos de água, a rede rodoviária, tudo isto, com o objetivo de uma representação cartográfica mais completa, percetível e sem dúvida com mais vida.

³¹ “Base hierarquizada assente num sistema de referência geográfica, cuja unidade mínima de representação é a Subsecção Estatística.”
Observado no link, http://www.esriportugal.pt/files/5912/9467/2586/EUE2010_INE_4Marco.pdf

Como realizamos estes mapas à subsecção, a leitura do mapa, por vezes, tornava-se difícil e pouco clara, as componentes referidas acima, ajudaram-nos a obter uma melhor leitura e visibilidade.

Todo este processo, acabou por ser um grande problema para nós, consumindo-nos muito tempo pelas várias tentativas que tivemos de efetuar para conseguir a maior visibilidade possível, tratamos cada da AMP, ou seja fazíamos um *zoom* para cada um consoante a temática a tratar, assim vimos que, a qualidade do mapa melhorava substancialmente, visto que a escala era menor e nos oferecia mais detalhe, quando analisávamos a AMP num todo, víamos que o mapa já não ficava tão perceptível, a escala era maior e o detalhe diminuía.

Outro dos problemas foi a aplicação das cores mais corretas, para cada tema tratado, consoante o número de classes que cada um desses temas dispunham, ou seja, as cores tinham de ficar visíveis, tinham de corresponder com a temática a trabalhar, visto que, a cartografia atribui cores consoante a temática que se está a desenvolver, cores essas que não podiam ser confundidas com os outros elementos, que tinham sido inseridos para melhorar a visibilidade do mapa. Todas estas experiências, acabaram por demorar meses, o que nos levou a perguntar a opinião a várias pessoas tanto do Laboratório de Cartografia e SIG, como de colegas que íamos encontrando na faculdade, para ver o que achavam sobre a visibilidade do mapa, concluímos assim, que não foi fácil chegar a um produto final.

Como sabemos, e segundo Fernandes (2008:38) “enquanto variável visual, a cor propriamente dita (ou tonalidade) tem a propriedade seletiva, sendo mesmo neste especto a melhor variável visual, principalmente na implantação em mancha...”, assim, na nossa atribuição de cores escolhemos os tons de azul para abordar variações negativas e os tons de vermelho para avaliar variações positivas, adicionamos o amarelo como cor intermédia. A atribuição, desta cor, era feita da seguinte forma, relativamente aos temas tratados calculamos a percentagem média de cada tema na AMP, ou seja, todos os valores melhores que a média atribuíamos-lhe tons de vermelho, todos os valores piores que a média atribuíamos-lhes tons de azul e o valor igual ou mais próximo da média ficava a amarelo. Terminados estes aspetos, partimos para a aplicação

dos elementos do mapa, ou seja, Título³², Orientação³³, Escala³⁴, Legenda³⁵ e Fontes³⁶.

Por fim, desenvolvemos uma análise individual do peso e da percentagem de cada um dos temas tratados (desemprego, jovens, idosos, ensino superior e ensino inferior ao básico), na representação cartográfica destes indicadores, tivemos em atenção os mesmos aspetos cartográficos descritos anteriormente.

Apesar de todo este trabalho e dos problemas com que nos deparamos, foi muito importante o desenvolvimento dele, pois conseguimos por em prática conhecimentos adquiridos durante a Licenciatura e o 1º ano de Mestrado, para além de ter adquirido novas competências, o que foi excelente.

Seguidamente, vamos apresentar a cartografia efetuada, com a metodologia descrita, vamos colocar principalmente *zooms* do Porto e esporadicamente de outros Municípios, os mapas totais da AMP foram colocados nos anexos, consoante as características analisadas. A razão de colocarmos estes mapas em anexo é simples como a sua escala é maior, o seu detalhe é menor o que não nos permite ver, com tanto detalhe determinadas características.

4.2 Representação Cartográfica dos Fenómenos Sociais na Área Metropolitana do Porto

4.2.1- Enquadramento Territorial

Primeiramente, a Área Metropolitana do Porto era formada por nove concelhos, sendo estes: Espinho, Maia, Gondomar, Porto, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila Nova de

³² “Corresponde ao primeiro momento de leitura do mapa, por principio deve conter a informação relativa “o que?, de que forma?, onde?, quando?” (Fernandes,2008:64-68)

³³ “Necessária para se posicionar o mapa, a orientação é explicitada por uma seta com a indicação de uma das direções da rosa-dos-ventos, normalmente a direção do Norte, devendo optar-se por soluções gráficas simples, com pouco “peso” visual.” (Fernandes,2008:64-68)

³⁴ “Deve ser de fácil leitura e tamanho adequado, possuindo pouca importância visual. Deve aparecer na base, em posição interior ou exterior à esquadria. (Fernandes,2008:64-68)

³⁵ ““Explicação”, dicionário ou chave descodificadora da simbologia utilizada no mapa, a legenda deve, por norma, conter todos os símbolos neles existentes, podendo considerar-se como implícita, em alguns casos, apenas a simbologia respeitante ao fundo do mapa (no caso dos limites administrativos, por exemplo, a informação já está incluída no título). Os símbolos devem ser apresentados na legenda com as mesmas características com que aparecem sobre o mapa.” (Fernandes,2008:64-68)

³⁶ “Deve constar sempre que um mapa é concebido para ser autónomo. Apenas nos mapas inseridos em estudos, atlas, etc, que referenciam noutro local as respetivas fontes, a fonte pode não constar como elemento do mapa.” (Fernandes,2008:64-68)

Gaia e Vila do Conde. A partir de Janeiro de 2005, juntaram-se mais cinco municípios a esta Área, como foi o caso de Arouca, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Trofa e Santo Tirso. Até aqui, a AMP era composta por 14 municípios. Porém, no ano de 2009, os concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, também, se integraram nesta Área Metropolitana do Porto. Por fim, algo ainda recente (final de 2013), o concelho de Paredes, também, começou a pertencer à AMP, esta, atualmente abrange uma área geográfica composta por 17 municípios.

A Área Metropolitana do Porto, localiza-se no Litoral Norte de Portugal, inserida no grupo estrutural da Região Norte. Os municípios que compõem a AMP estão repartidos por três NUTs III, Grande Porto, Entre Douro e Vouga e pela Tâmega (sendo que a do Tâmega aparece com a entrada de Paredes como membro da AMP, último concelho a fazer parte desta área), com uma área aproximada de 2041,31 km² cuja sede, localiza-se no Porto, que se encontra nas margens do Rio Douro. Uma parte da AMP é banhada, pelo Oceano Atlântico. No mapa 1, podemos verificar o enquadramento da Área Metropolitana do Porto.



Mapa 1-Enquadramento Territorial da AMP,2015

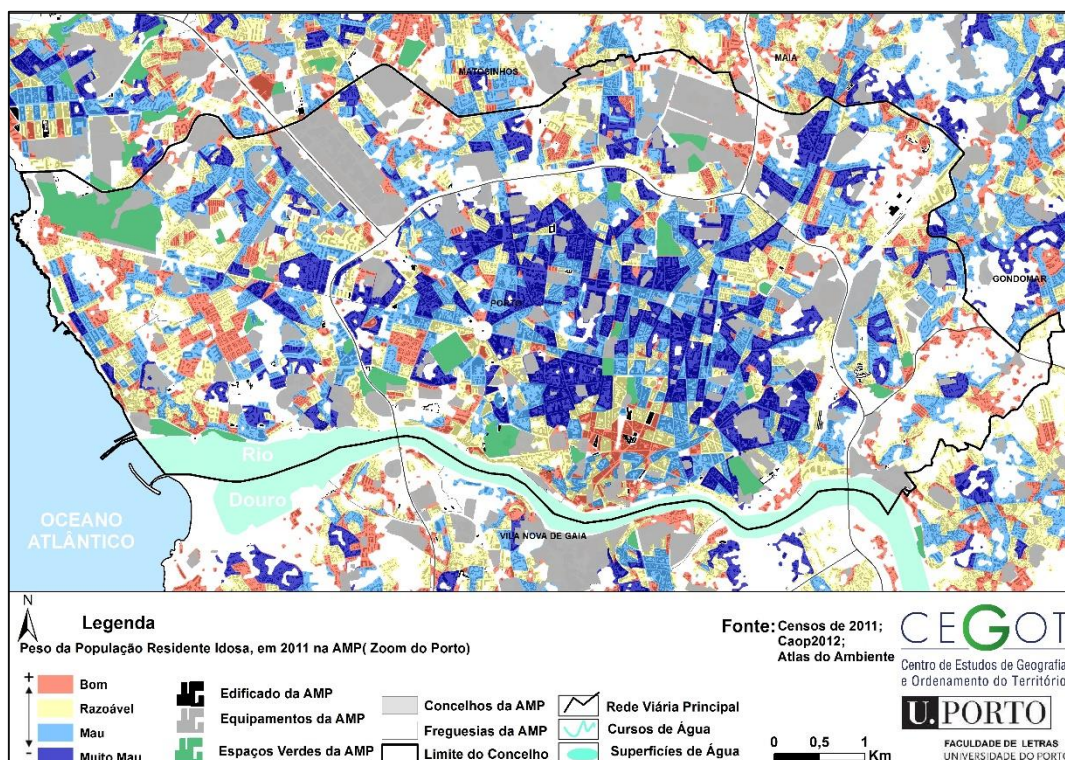
4.2.2 Estrutura Etária da AMP

Temos que começar por mencionar que segundo os dados do INE, relativos ao Censo de 2011, a estrutura etária da população em Portugal, acentuou os desequilíbrios já evidentes na década passada, isto é, foi observável que a base da pirâmide diminuiu, a qual diz respeito à população mais jovem e o topo da pirâmide alargou-se ou seja, deu-se um crescimento da população idosa. Com já mencionamos o envelhecimento da população é na atualidade um dos fenómenos demográficos que mais preocupa as sociedades modernas, particularmente, a europeias.

O agravamento do envelhecimento da população, tem vindo a ocorrer de forma generalizada em todo o território e deixou de ser um fenómeno localizado apenas no interior do país.

Inicialmente, vamos começar por analisar a população residente idosa e jovem da AMP, a nível da subseção, do Censo de 2011. Depois, aplicámos todo o processo metodológico descrito atrás, ou seja, uma análise inicial individual para o peso e para a percentagem de jovens e idosos na AMP, depois elaboramos *clusters* simples onde juntamos o peso e a percentagem para os jovens e para os idosos, por fim, desenvolvemos um *cluster* complexo das idades com a junção da percentagem de jovens, percentagem de adultos e percentagem de idosos.

Analisando o mapa da AMP, relativamente, ao peso da população residente idosa, visualizamos que o Porto se destaca dos outros municípios que compõem a AMP, principalmente, o seu centro, a partir do qual podemos destacar um conjunto de freguesias com elevado peso de idosos, como por exemplo, Miragaia, Bonfim, Santo Ildefonso, Massarelos Cedofeita, entre outras. Ao contrário do que o que acontece nas freguesias da Foz e de Nevogilde, entre outras, onde o peso dos idosos é bem menor, como podemos observar no mapa 2.



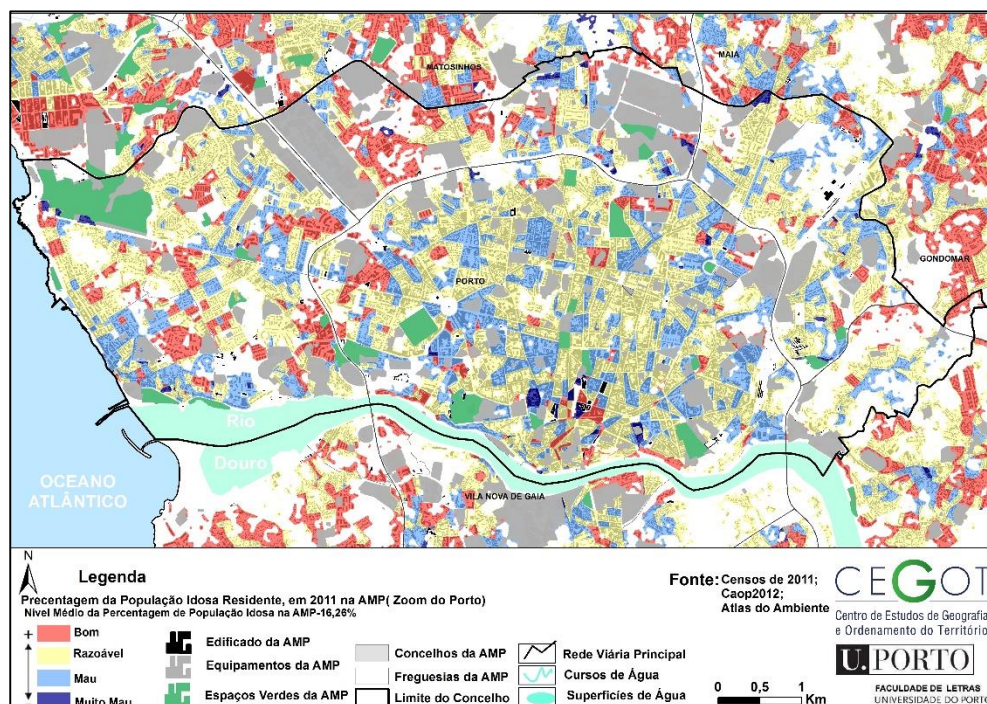
Mapa 2-Peso da População Idosa em 2011, no Porto.

Ainda no que diz respeito ao peso dos idosos na AMP, podemos verificar que este peso também se encontra bem visível em torno do Município do Porto, como podemos observar no anexo 1, apanha alguma freguesias de Vila Nova de Gaia, de Matosinhos e de Valongo por exemplo. Ainda tendo por base o mapa do anexo 1 podemos verificar que na AMP, existem algumas freguesias de outros concelhos, que se destacam como o caso da freguesia da Póvoa de Varzim e a freguesia de Vila do Conde e a freguesia de Matosinhos. À medida que nos afastamos do concelho do Porto notamos, que o peso de idosos também diminui, contudo, conseguimos ver que certos concelhos que estão afastados dos Porto, apresentam um denotado peso de idosos, como por exemplo o caso do concelho Espinho.

O Porto destaca-se com um elevado peso de idosos quando comparamos com os outros concelhos da AMP, visto que, apresenta um elevado número de população residente, comparativamente, aos outros, logo vai apresentar um peso mais saliente.

De seguida executamos uma análise sobre a percentagem da população residente idosa como podemos ver no anexo 2, verificamos, novamente que o Porto se destaca numa análise geral a AMP. Tendo em conta que a média de idosos da AMP corresponde a 16,26% e aos valores que apresentavam aproximadamente essa média, atribuímos aos valores médios cor amarela, aos que

estavam acima da média e como estamos a tratar o tema dos idosos atribuímos os azuis, aos valores acima da média e aos que estavam abaixo atribuímos os vermelhos como podemos verificar no mapa 3.



Mapa 3-Percentagem da População Idosa Residente no Concelho do Porto em 2011.

Tendo ainda, em atenção a análise dos pesos conseguimos verificar que a percentagem de idosos não se torna tão pesada. Analisando, mais concretamente o Porto conseguimos verificar que em algumas freguesias do centro histórico do Porto apresentam uma maior percentagem de idosos, como por exemplo, Miragaia, Santo Ildefonso, Cedofeita e Massarelos, o que nos leva, a perceber que esta parte do território, enfrenta um risco elevado de perda de qualidade de vida, sobretudo, pela falta de interação quotidiana com outros indivíduos e com as suas famílias, porque muitos deles vivem sozinhos. Podemos, ainda, verificar que se destacam menores percentagem de população idosa, por exemplo, na freguesia de Ramalde, Nevogilde e Aldoar, entre outras.

Voltando a analisar à escala da AMP, verificamos que mais uma vez, se destaca a freguesia da Póvoa de Varzim e a freguesia de Vila do Conde, assim como, o Concelho de Espinho figura 8.

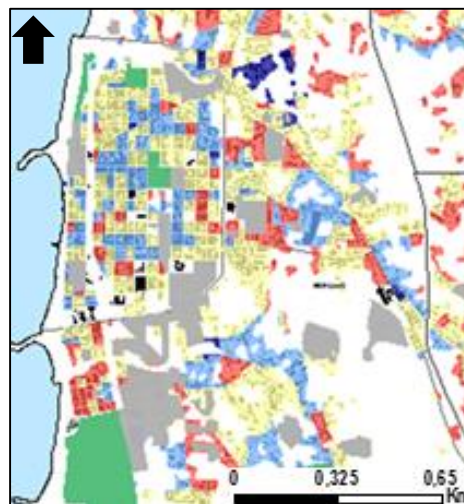
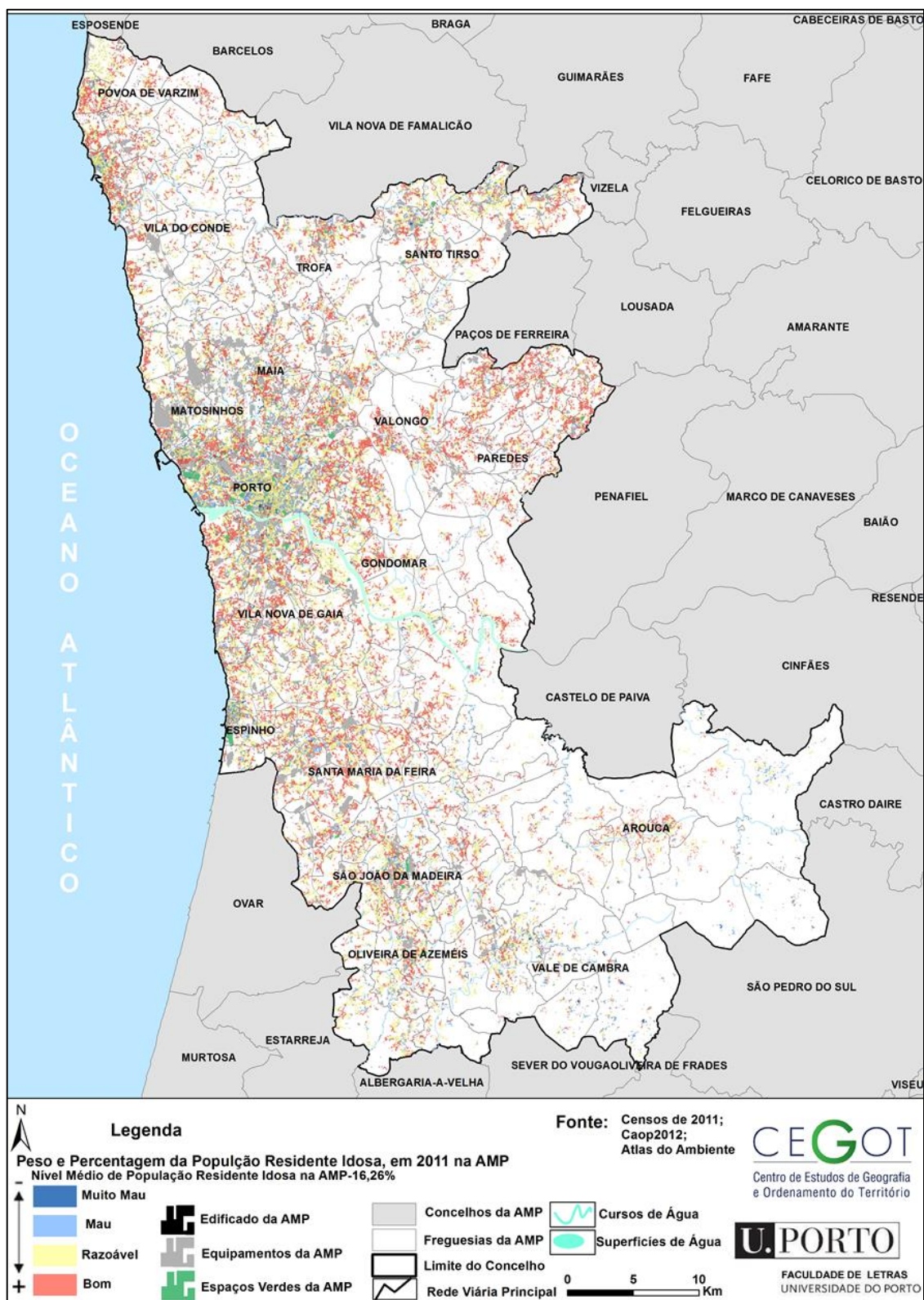


Figura 8- Zoom Percentagem da População Idosa residente no Concelho de Espinho.

Depois de uma análise individual do peso e da percentagem decidimos juntar o peso e a percentagem dos idosos, num *cluster*, e depois de aplicarmos o método do R-quadrado, decidimos atribuir 4 classes a este *cluster* a partir da leitura do gráfico. A atribuição de cores foi feita tendo por base a média (16,26%) da percentagem de população idosa da AMP.

Através de uma análise geral do mapa 4, resultado do *cluster* mencionado anteriormente, observamos que é o concelho do Porto se destaca, em relação à população idosa até aqui nada de novo, foi exatamente o mesmo que aconteceu, anteriormente, quando estudamos individualmente o peso e a percentagem. Observamos, também, outros concelhos que se destacaram na AMP relativamente ao *cluster* dos idosos, como por exemplo, o Concelho de Arouca, principalmente nas freguesias mais interiorizadas como é o caso das freguesias de Alvarenga, Janarde, Covelo de Paivó, Espiunca e Cabreiras. O concelho de Vale de Cambra com destaque para as freguesias de Arões, Junqueira, Capelos, Roge e São Pedro de Castelões. O concelho de São João da Madeira, o concelho de Espinho, com destaque para as freguesias de Anta e Espinho. No concelho de Vila Nova de Gaia, destacamos as freguesias de Mafamude e de Oliveira do Douro. No concelho da Trofa, principalmente, as freguesias de S. Tiago e S. Martinho de Bougado. No concelho de Santo Tirso podemos verificar as freguesias de Aves, Agrela e Santo Tirso. Por fim, destaca-se a freguesia da Póvoa de Varzim e a freguesia de Vila do Conde.



Mapa 4-Cluster do Peso e da Percentagem da População Residente Idoso em 2011 na AMP

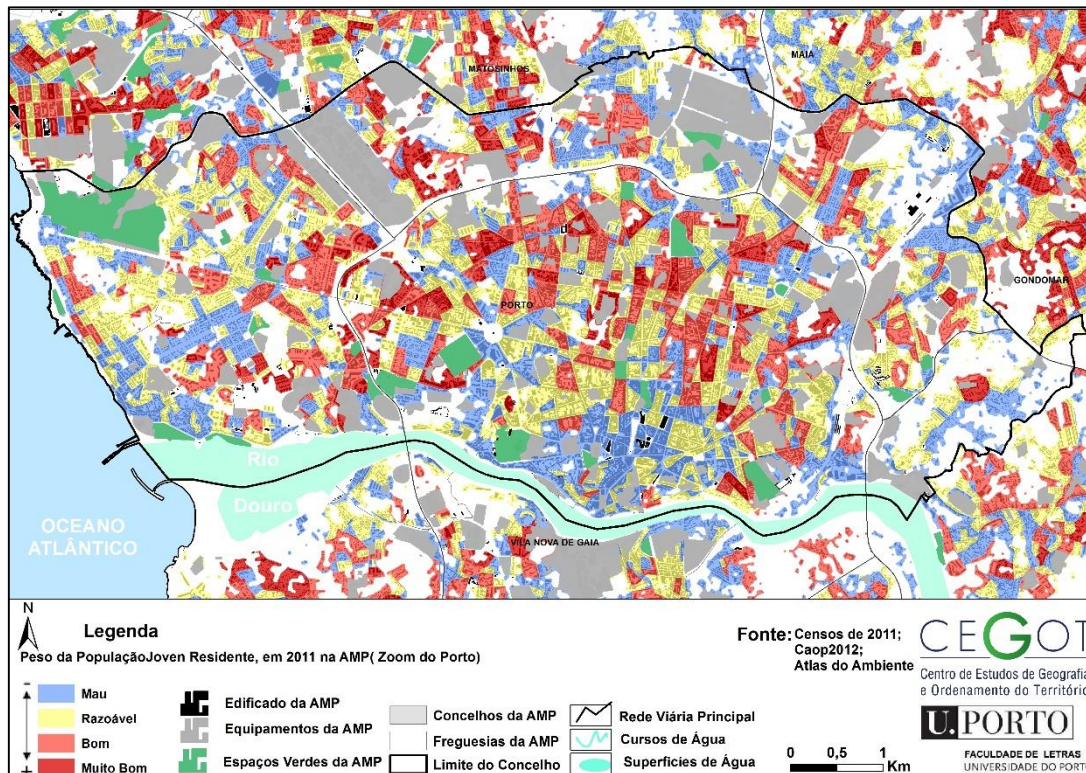
VARIÁVEIS	CLUSTER			
	1	2	3	4
Percentagem da População Residente com mais de 65 anos (idosos) na AMP	82,5	39,5	22,1	8,1
Peso da População Residente com mais de 65 anos (idosos) na AMP	,046	,059	,060	,029

Quadro 1- Output resultante síntese entre a percentagem e o peso dos Idosos, na AMP em 2011

Seguidamente vamos efetuar um análise sobre a população jovem residente na AMP, aplicando a metodologia anteriormente descrita.

Analisando o mapa relativo aos dados do peso da população jovem residente na AMP, como podemos ver no anexo 3, verificamos que o Porto se destaca quanto ao peso dos jovens, assim como, alguns dos concelhos que se encontram na sua envolvente, como o caso, de Vila Nova Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, salientando-se, ainda, algumas freguesias do Concelho de Santa Maria da Feira, Paredes, Santo Tirso e Trofa, o concelho de São João da Madeira, assim como, as freguesias de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim.

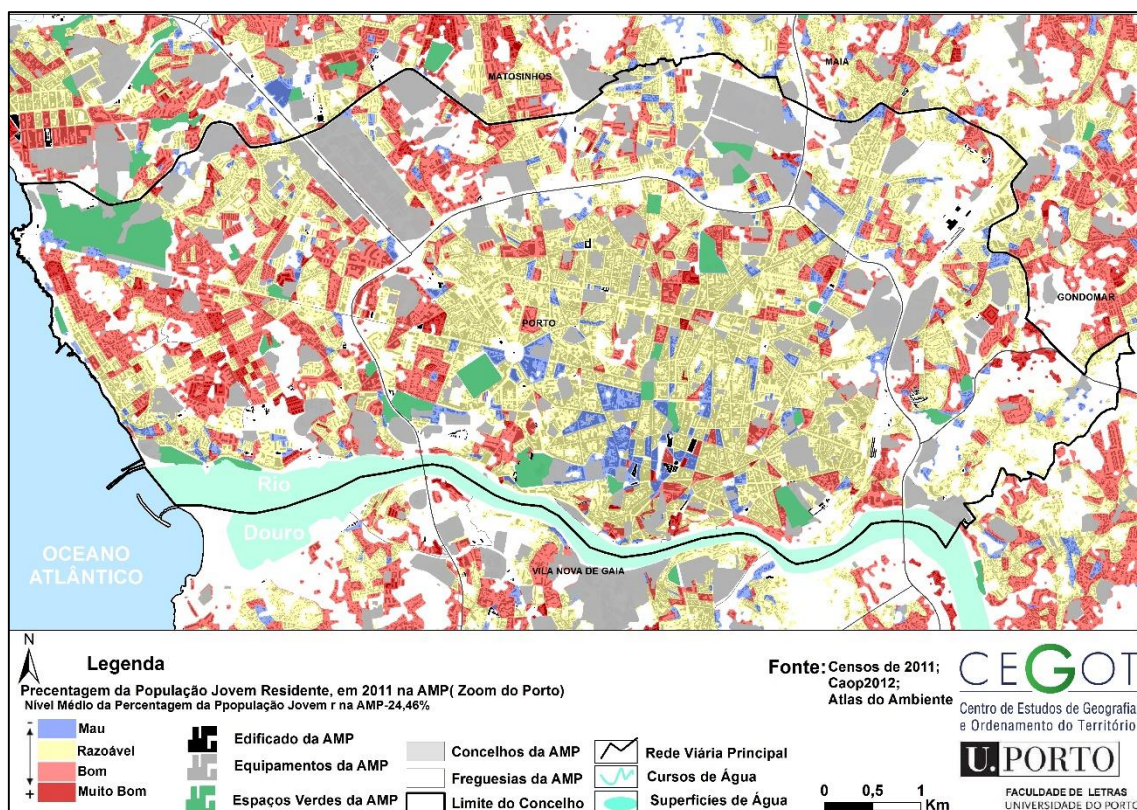
O mapa 5, que representa o concelho do Porto, permite-nos verificar que, as freguesias que apresentam um maior peso de jovens são Ramalde, Aldoar, Lordelo do Ouro e Paranhos. Relativamente ao centro histórico podemos dizer que as freguesias que mais se destacam são Cedofeita e Bonfim.



Mapa 5- Peso da População Jovem Residente no Porto em 2011

No que diz respeito à cartografia desenvolvida para a percentagem de população jovem na AMP, sabendo que a média da população jovem residente na AMP, corresponde a uma percentagem de 24,46%, partimos desta percentagem e distribuímos a população por classes, ou seja, as que estavam acima da média atribuímos vermelhos, as que estavam abaixo atribuímos azuis e as que estavam próximo dos valores médios atribuímos amarelo como é visível no mapa, (anexo 4).

Observamos que, o município do Porto se destaca da restante AMP, fazendo uma análise em particular deste concelho notamos que, na zona histórica desta cidade, e na sua envolvente, conseguimos verificar que existe uma percentagem mais baixa da população jovem, como podemos ver nos mapa 6, onde se destacam as freguesias de Vitória, Miragaia, Santo Ildefonso e Cedofeita com baixas percentagens de jovens e à medida que nos deslocamos do centro histórico em direção ao Oceano Atlântico, verificamos que, a situação se inverte, ou seja, observamos uma maior percentagem de jovens nas freguesias da Foz do Douro, Lordelo do Ouro, de Nevogilde, Aldoar e Ramalde.



Mapa 6-Percentagem de População Jovem no Porto, em 2011

Depois de analisarmos individualmente o peso e a percentagem de idosos decidimos fazer uma análise *cluster* entre peso e a percentagem de jovens na AMP, a partir da análise do R-quadrado, atribuímos 4 classes no qual, se destaca a cidade Invicta.

Fazendo um *zoom* a esta cidade, como podemos ver no mapa 7, verifica-se que esta se destaca do resto dos Municípios, podemos verificar, ainda que é o centro histórico do Porto que apresenta valores mais baixos de população residente jovem, sobretudo nas freguesias de Miragaia, Vitória, Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim, ao contrário do que acontece nas freguesias da Foz do Douro, Lordelo do Ouro, Aldoar, Nevogilde.

Tendo ainda em conta a análise da AMP, podemos destacar o concelho de Paredes e o concelho da Póvoa de Varzim, pois apresentam valores altos relativamente à população jovem, como podemos ver na figura 9 e figura 10.

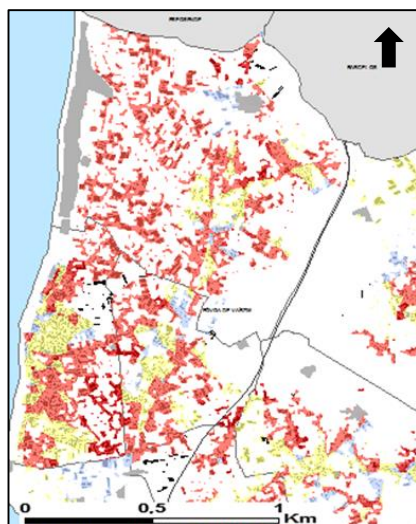


Figura 9 - Zoom do Cluster do Peso e Percentagem Jovens no concelho da Póvoa de Varzim em 2011

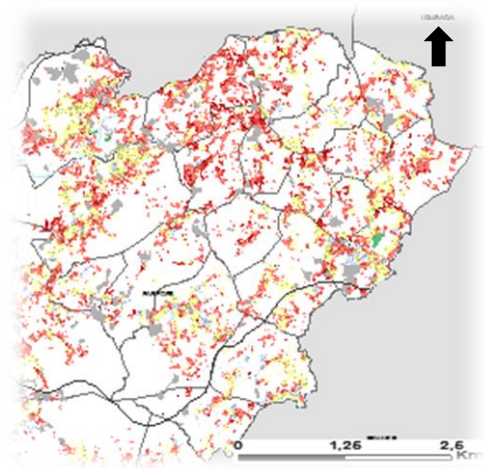
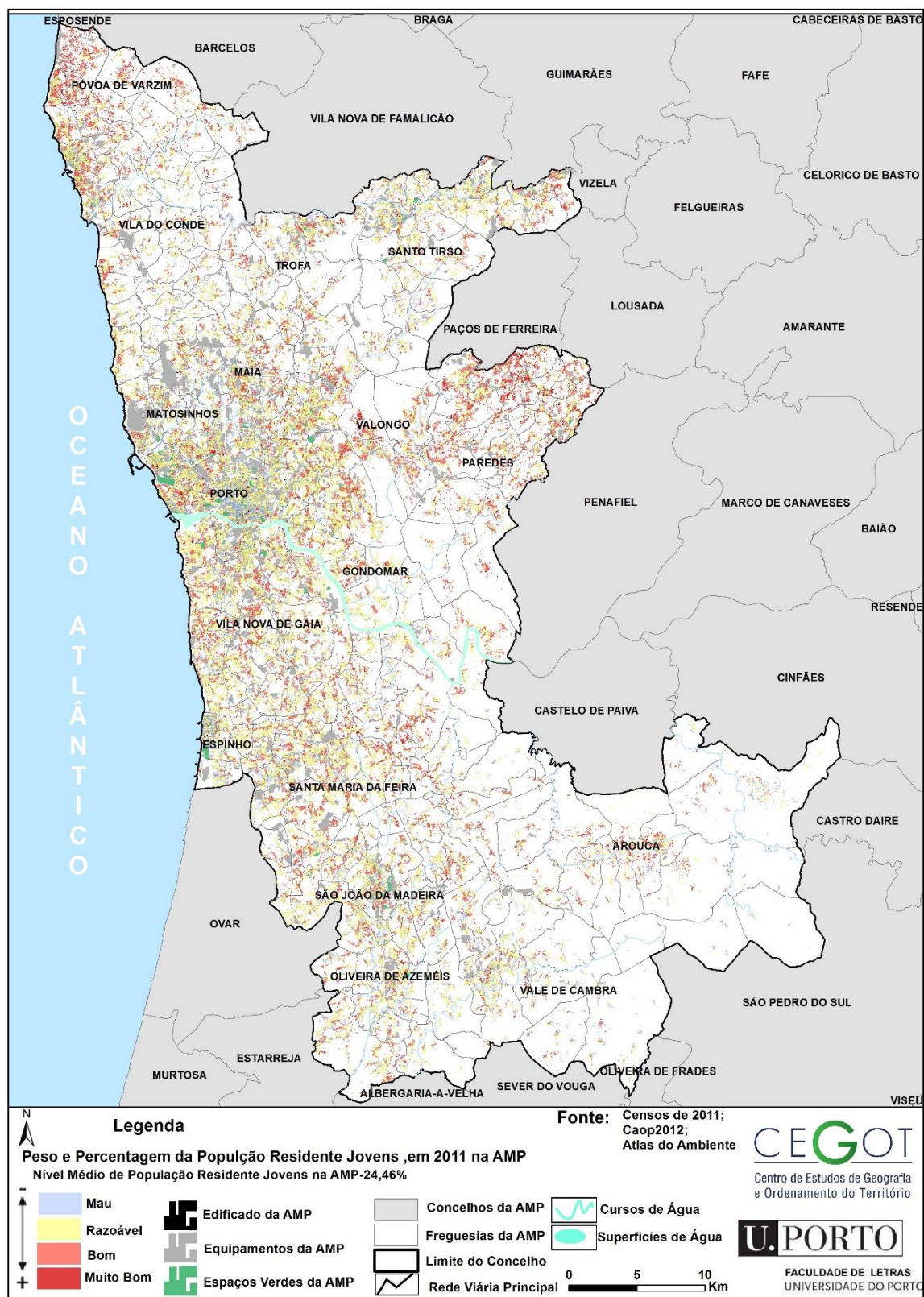


Figura 10- Zoom do Cluster do Peso e Percentagem Jovens no concelho da Paredes em 2011



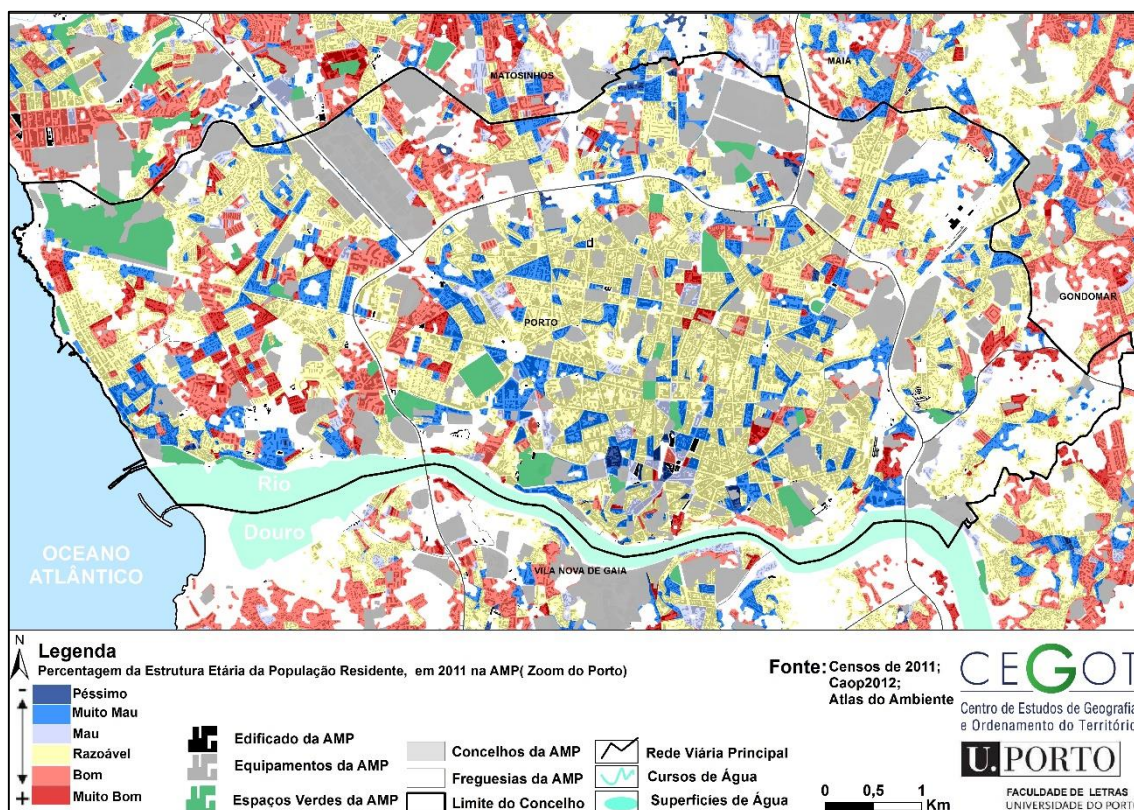
Mapa 7-Cluster do Peso e da Percentagem de Jovens na AMP, em 2011

VARIÁVEIS	CLUSTER			
	1	2	3	3
Percentagem da População Residente com menos de 24 anos (jovens), na AMP	10,8	23,5	32,8	45,1
Peso da População Residente com menos de 24 anos (jovem), na AMP	,0013	,0047	,0072	,0039

Quadro 2 -*Output* resultante síntese entre a percentagem e o peso dos Jovens, na AMP em 2011

Depois das análises efetuadas anteriormente, tanto ao nível da população idosa, como ao nível da população jovem, achamos importante analisar a estrutura etária da AMP, ou seja, para isso realizamos um *cluster* complexo onde adicionamos as seguinte variáveis, percentagens de jovens, com a percentagem de idosos e com a percentagem de adultos da AMP. Através da análise do R-quadrado escolhemos 6 classes para representar estes valores.

Olhado para o mapa da AMP, (anexo 5), conseguimos destacar alguns concelhos, como por exemplo, o concelho do Porto, pelo que, realizamos novamente um *zoom* a este concelho mapa 8. Neste mapa, verificamos que é no centro histórico do Porto que existe uma maior concentração de população idosa, destacando-se algumas freguesias, como por exemplo, Vitória, Miragaia, Bonfim, Santo Ildefonso e Cedofeita. Note-se que, estas freguesias para além, de se encontrarem a envelhecer, também, foram abandonadas por muitos dos indivíduos que nela viviam, por várias razões, muito transito, falta de estacionamento, poluição, falta de espaços verdes, confusão, más condições habitacionais, caso da degradação, por exemplo e elevados preços do solo e da habitação, por estes e outros motivos muitos indivíduos foram viver para as periferias à procura de melhor qualidade de vida. Por tudo isto, no centro ficaram as pessoas mais idosas, muitas delas, vivendo em habitações completamente degradadas, pois muitos, não têm dinheiro para melhorar as suas habitações. Acrescente-se, ainda, que com o esvaziamento populacional desta área, muitos idosos acabam por passar uma enorme solidão pois perderam vizinhos, amigos e mesmo familiares, ficaram “abandonados” e sós o que os torna, por vezes, mais expostos a um conjunto riscos, como a criminalidade, a pobreza e exclusão, degradando a sua qualidade de vida. Podemos verificar que outras freguesias do Porto, apresentam uma população mais jovem, como é o caso de Ramalde, Lordelo do Ouro, Nevogilde e Aldoar.



Mapa 8-Percentagem da Estrutura Etária da população residente no Porto

VARIÁVEIS	CLUSTER					
	1	2	3	4	5	6
Percentagem da População Residente com mais de 65 anos (idosos) na AMP	83,0	40,8	11,2	23,8	9,2	10,7
Percentagem da População Residente com menos de 24 anos (jovens) na AMP	2,5	39,5	15,3	21,7	29,5	39,5
Percentagem de População Residente entre os 25 e 64 anos (adultos) na AMP	14,5	49,9	73,5	54,5	61,3	49,4

Quadro 3- Output resultante síntese entre a percentagem dos Jovens dos Adultos e dos Idosos, na AMP em 2011

Como referimos, anteriormente, existem outros concelhos envelhecidos, que se destacam no mapa localizado no anexo 5, por exemplo, as freguesias que se encontram no interior de Arouca, destacando-se a freguesia de Alvarenga. Na figura 11, onde está representado o concelho de Paredes, este apresenta de maneira geral uma população bastante jovem, assim como o concelho da Póvoa de Varzim. Outro concelho que podemos destacar é o concelho de Espinho

que apresenta valores bastante mais altos de população envelhecida como podemos verificar na figura 12.

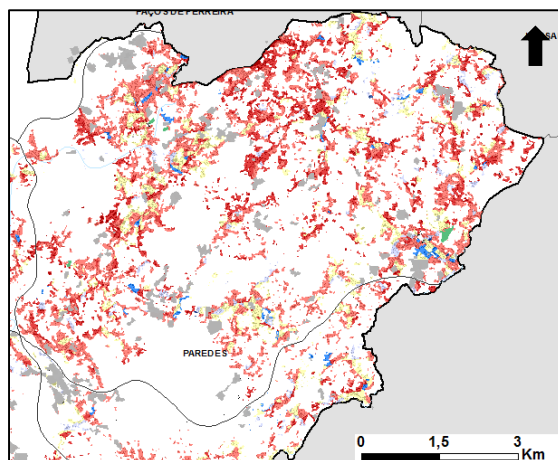


Figura 11- Zoom do Cluster da Percentagem relativa à estrutura etária de Paredes em 2011

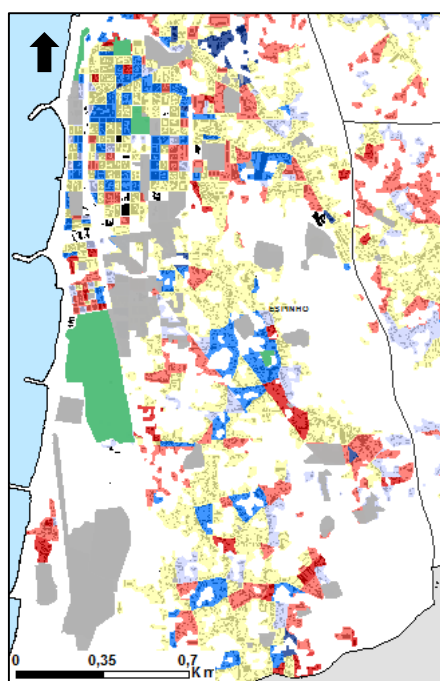


Figura 12- Zoom do Cluster da Percentagem relativa à estrutura etária de Espinho em 2011

Direcionando agora um pouco a nossa atenção para as questões das desigualdades na distribuição espacial das características analisadas para população, verificamos que, nem todos os municípios dispõem a mesma distribuição, ou seja, como vimos que existem municípios que

se apresentam bem mais envelhecidos que outros. Muitos dos municípios encontram-se com valores muito baixos de população, comparativamente com outros, por exemplo, quando comparamos o concelho do Porto e os envolventes a este, com o concelho de Arouca, conseguimos perceber que o Porto apresenta uma elevada concentração da população residente, ao contrário do que verificamos com o concelho de Arouca, à medida que nos deslocamos para o interior a diminuição da população ainda é mais sentida.

Esta situação descrita acaba por interferir no dia-a-dia dos indivíduos, pois os que vivem nas grandes cidades ficam mais expostos, à poluição, ao stresse, pois por exemplo, perdem muito mais tempo no trânsito e quando precisam de recorrer a certos serviços, como finanças, de saúde entre outros, mas por outro lado, quem vive nestas grandes cidades consegue usufruir de serviços muito mais variados, ou se seja, tem mais por onde escolher do que os indivíduos que estão afastados destes grandes centros. Já os concelhos que se encontram mais no interior da AMP acabam por se encontrarem mais despovoados e com menos serviços, comparativamente, com os grandes centros, o que de certa forma faz com que eles não tenham acesso a estes. Podemos também, verificar que a população que está mais para o interior acaba por se tornar mais vulnerável neste tipo de questões.

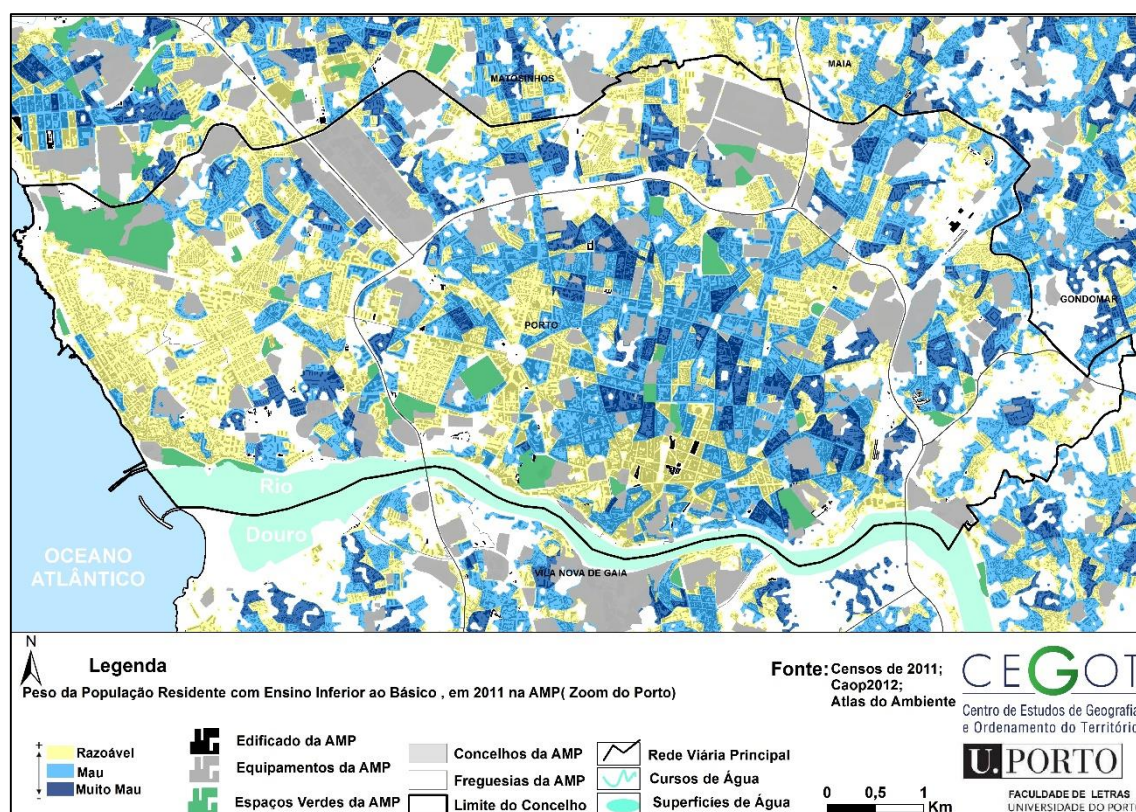
4.2.3- Nível de Escolaridade, Ensino Inferior ao Básico e Ensino Superior na AMP

Quando tocamos no tema de educação no nosso país é importante referir que Portugal progrediu nas últimas décadas, analisando os dados do censo de 2011, conseguimos perceber que a taxa de analfabetismo diminuiu apesar de ainda ser alta. Verificamos, também, que ainda são visíveis as assimetrias regionais no que diz respeito a este tema, isto é, no litoral a taxa de analfabetismo é muito menor comparada com o interior. Constatamos, também, que existem cada vez mais jovens a apostar na sua formação superior. A partir dos dados dos censos de 2011, vamos apresentar uma análise cartográfica relativamente ao nível de escolaridade para a população residente da AMP, vamos analisar a população com o nível de escolaridade inferior ao básico e a população residente com formação superior.

Como sabemos, as questões sobre o nível de escolaridade são questões muito importantes na nossa sociedade, a população portuguesa ainda, se encontra muito privada de instrução. Vamos começar por tratar os indivíduos, que se apresentam com um nível de instrução inferior ao ensino

básico. O primeiro ponto desta análise foi, verificar qual o peso da população residente com este nível de instrução, o que os permitiu verificar que na AMP, como é observável no mapa do anexo 6, que os concelhos envolventes à cidade do Porto apresentam um peso muito elevado do nível de instrução inferior ao básico, assim como, o centro histórico do Porto, destacando-se as freguesias de Miragaia, Cedofeita, Bonfim e Santo Ildefonso, que para além de serem indivíduos com baixa instrução também, como vimos acima, são indivíduos já com alguma idade. Saliente-se, também que existe, um baixo nível de instrução nas freguesias de Campanhã e Ramalde, enquanto as freguesias deste concelho como o caso da Foz do Douro, Nevogilde, Aldoar, destacam-se pela positiva, com nível razoável deste indicador mapa 9.

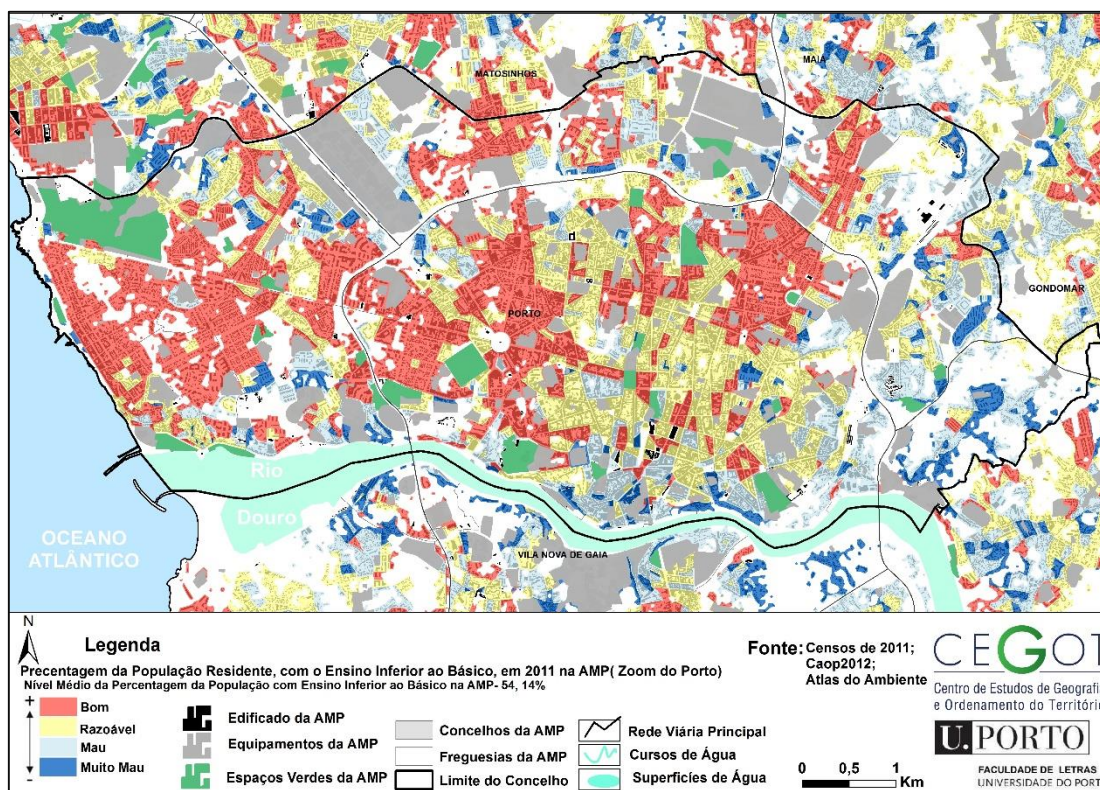
Tendo ainda por base a análise do mapa da AMP podemos verificar que, ao longo da faixa litoral, encontramos resultados positivos, ou seja, verificámos que existem algumas freguesias como por exemplo, Estela no concelho da Póvoa de Varzim, Azurara, Mindelo e Árvore no concelho de Vila de Conde e a freguesia de Espinho, entre outras, que apresentam um maior peso deste indicador. Podemos ainda, destacar que no que diz respeito a este indicador, conseguimos salientar de maneira positiva os concelhos de Paredes, Póvoa de Varzim, Trofa, Santo Tirso.



Mapa 9-Peso da População com um Nível de Instrução Inferior ao Básico no Concelho do Porto, em 2011

Seguidamente vamos analisar a percentagem de indivíduos residentes com o nível de escolaridade inferior ao básico, tendo em atenção que a percentagem média de indivíduos com este nível de ensino na AMP, é de 54,14%, e foi a partir desta média que atribuímos os cores aos mapas, ou seja, os valores que se encontravam abaixo da média, ou seja bom, atribuíamos tons de vermelho, valores que se encontravam iguais ou muito próximos da média atribuíamos amarelo, valores superiores a média ou seja valores maus atribuíamos tons de azul, observando o mapa, presente no anexo 7, conseguimos destacar, visualmente, que alguns concelhos apresentam valores mais positivos relativamente a esta questão, como é o caso do concelho do Porto, Espinho, Maia, Valongo, Vila Nova de Gaia e São João da Madeira. Ao mesmo tempo, conseguimos verificar os concelhos que se encontram mais afastados do concelho do Porto, como por exemplo, Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Paredes e Santo Tirso apresentam uma maior percentagem de indivíduos com um nível de baixa instrução. O que nos permite dizer, que os indivíduos que se encontram mais afastados do Porto ou mesmo do Grande Porto, acabam por estar mais vulneráveis a este tipo de situações.

Analizando mais em pormenor o concelho do Porto mapa 10, verificamos que algumas freguesias se destacam, mais positivamente, comparativamente com outras, começamos por perceber que as freguesias de Campanhã, Sé, São Nicolau, Miragaia e Vitória apresentam percentagens muito altas de indivíduos com um nível de instrução muito baixo. Já um conjunto de freguesias, como é o caso da Foz do Douro, Massarelos, Nevogilde e Aldoar, apresentam uma percentagem mais baixa de indivíduos com um baixo nível de instrução. Este tipo de análise permite-nos, verificar que, os indivíduos que vivem no centro histórico de maneira geral refletem alguns dos problemas da nossa sociedade atual, isto é, contêm uma elevada percentagem de idosos, para além deste indicador, concentram, também, uma percentagem de indivíduos com um nível de instrução mais baixo.



Mapa 10- Percentagem da População Residente com o Nível de Instrução Inferior ao Básico em 2011, no Concelho do Porto

Depois desta análise individual entre o peso e percentagem de indivíduos residentes na AMP, com a finalidade de podermos desenvolver uma síntese entre estas duas variáveis, fizemos uma análise de *cluster*, a este *cluster* atribuímos-lhe 3 classes com base na análise do gráfico do R-quadrado,

Observando o mapa do anexo 8, resultante deste *cluster* simples composto pelas variáveis mencionadas, anteriormente, a nível da AMP, podemos apontar que se destacam positivamente todos os concelhos dos Grande Porto, salientando-se, o concelho do Porto, para além do concelho de São João da Madeira, assim como algumas freguesias de Espinho e da Póvoa.

Por outro lado, vimos que os concelhos mais afastados do Grande Porto e da faixa litoral apresentam níveis de instrução mais baixa, como por exemplo os concelhos de Arouca, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Paredes, como podemos ver na figura 13, o que nos mostra, que a medida que nos afastamos do Grande Porto e da faixa litoral as desigualdades aumentam entre os concelhos, assim, os concelhos que se encontram no interior apresentem-se mais uma vez vulneráveis.

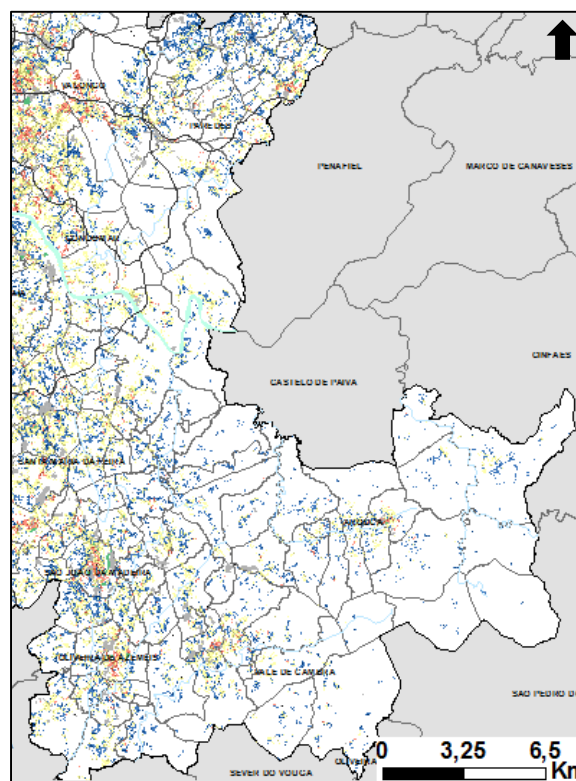
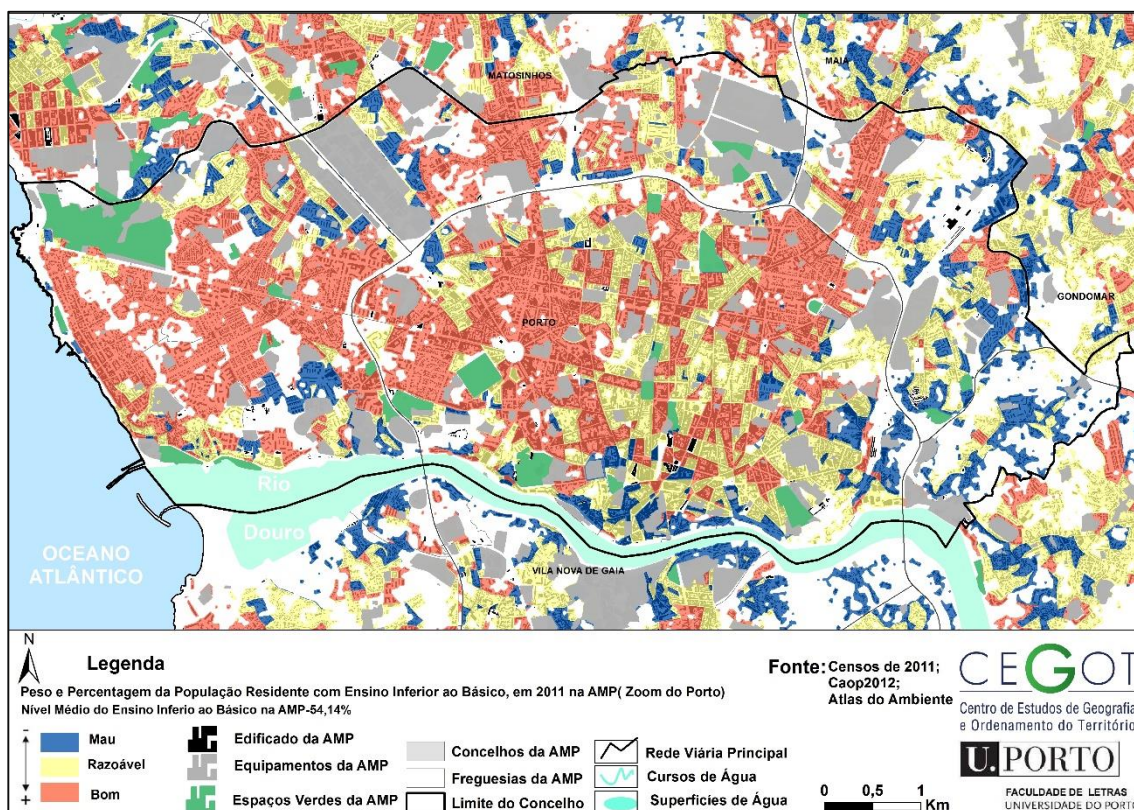


Figura 13- Zoom dos Concelhos (Paredes, Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra) que apresentam um nível elevado de instrução inferior ao básico na AMP, e 2011.

Analisando mais em pormenor o concelho do Porto pode-se dizer que, existem algumas assimetrias entre as várias freguesias que o compõem, como podemos ver no mapa 11, ou seja as freguesias que apresentam um valor mais elevado de indivíduos com um nível de instrução inferior ao básico, dizem respeito ao seguinte conjunto de freguesias, Campanhã, Sé, Vitória, Miragaia, e São Nicolau, porém podemos verificar que existem, freguesias que apresentam valores mais baixos relativamente ao ensino inferior ao básico, como por exemplo, as freguesias de Foz do Douro, Nevogilde, Aldoar, Paranhos e Cedofeita.

Após uma análise relativa aos baixos níveis de instrução na AMP podemos afirmar que, são visíveis as desigualdades entre os vários concelhos, ou seja, os que se apresentam próximos ao concelho de Porto possuem um nível de instrução mais elevado, comparativamente com os indivíduos que residem nos concelhos mais afastados, pois possuem uma menor instrução. Esta situação descrita, retrata muito bem as desigualdades existentes, entre os concelhos do interior e os do litoral, pois na maioria dos casos os indivíduos que vivem no interior não usufruem das mesmas condições, por exemplo, no que diz respeito ao acesso à escola, comparados com os indivíduos que vivem mais próximos da faixa litoral.



Mapa 11- Cluster do Peso e da Percentagem da População Residente com Ensino inferior ao Básico, no Porto em 2011.

VARIÁVEIS	CLUSTER		
	1	2	3
Percentagem da População Residente com o Ensino Inferior ao Básico na AMP	74,9	54,0	26,6
Peso da População Residente com o Ensino Inferior ao Básico na AMP	,00467	,00513	,00342

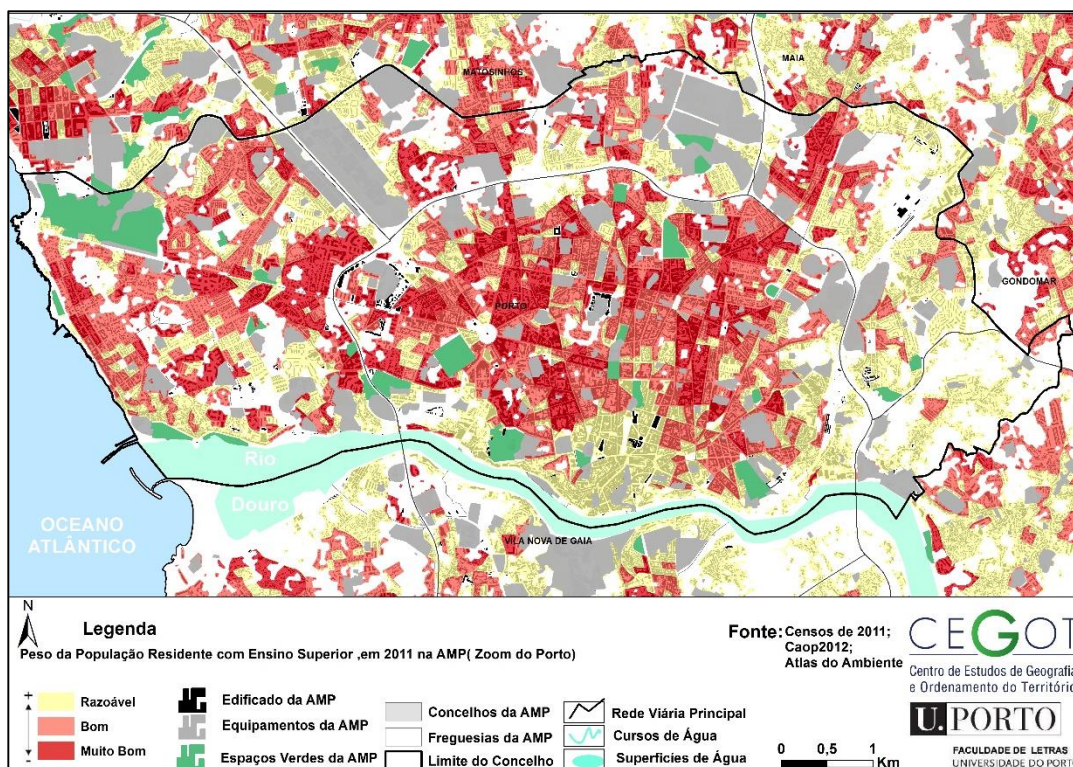
Quadro 4- Output resultante síntese entre a percentagem e o peso da população residente com Ensino Inferior ao Básico, na AMP em 2011

Vamos agora analisar a distribuída da população residente na AMP, com ensino superior com o objetivo, de perceber quais são as desigualdades entre os concelhos. Esta análise foi feita a partir do peso e por fim através de um *cluster* simples, com as variáveis peso e percentagem, que os nos vai, permitir sintetizar as duas análises individuais anteriores. Tendo em conta que, a percentagem média de indivíduos com ensino superior na AMP corresponde a 12,26%, é através desta percentagem que vamos atribuir as cores às classes, ou, seja, todos os valores acima da

média, isto é, positivos vamos atribuir tons de vermelhos, todos os valores abaixo da média, ou seja, valores negativos vamos atribuir tons azuis e aos valores iguais ou mais próximos da média atribuímos, amarelo.

Vamos começar por analisar o peso do ensino superior na AMP, olhando para o mapa presente no anexo 9, verificamos que existe um elevado peso da população com este nível de ensino, nos seis concelhos do Grande Porto, com destaque, para o concelho do Porto, ao contrário do que acontece com os concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra. Podemos, ainda, destacar o concelho de São João da Madeira pois apresenta bons valores, relativamente a este indicador. Relativamente aos concelhos que não foram mencionados vimos que, não apresentam valores muito positivos, quanto ao indicador em análise, com a exceção de algumas freguesias que se vão destacando em alguns concelhos, por exemplo, no concelho de Espinho, as freguesias de Anta e Espinho, as freguesias da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde dos respetivos concelhos.

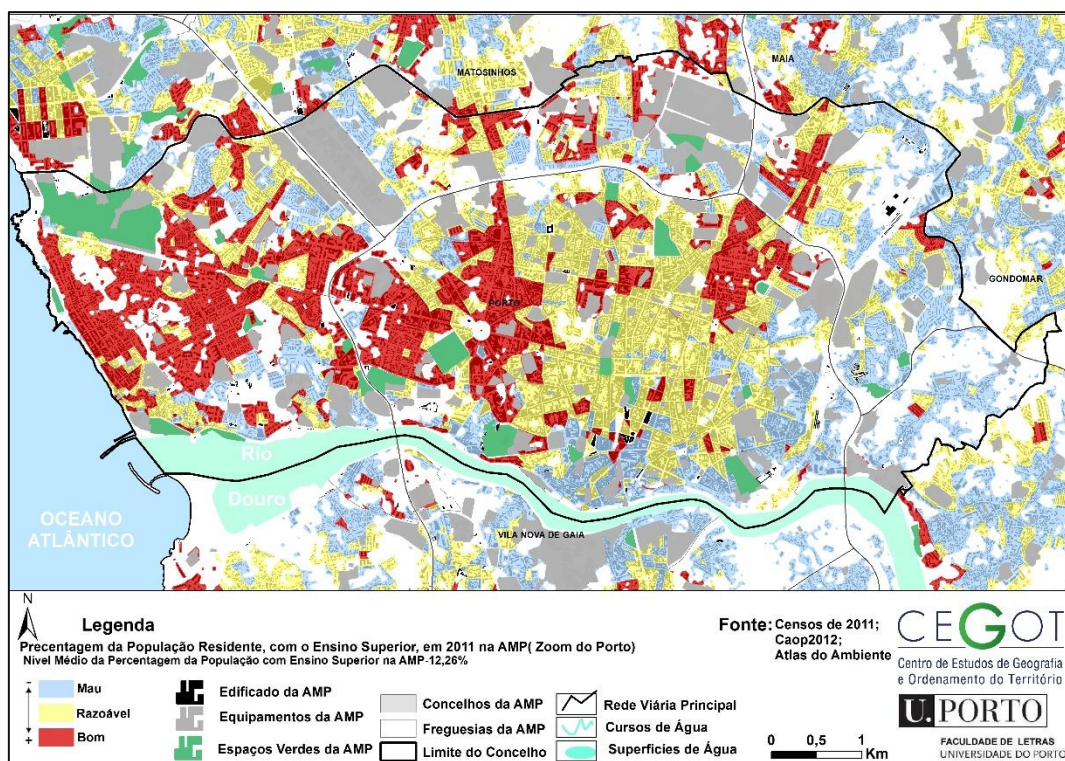
Fazendo uma análise mais pormenorizada ao concelho do Porto, como podemos observar no mapa 12, destacamos negativamente as freguesias de Campanha, Lordelo do Ouro, e no núcleo histórico as freguesias de Miragaia, Sé, Vitória e São Nicolau. Positivamente, podemos salientar, por exemplo, as freguesias de Nevogilde, Aldoar, Foz do Douro, Cedofeita e Ramalde.



Mapa 12-Pesos da População Residente com Ensino Superior no Concelho do Porto em 2011

Seguidamente, analisamos o mapa da AMP (anexo10), da percentagem de indivíduos residentes com formação superior, o que nos permitiu destacar, sem qualquer margem para dúvidas, mais uma vez, o concelho do Porto, que apresenta uma elevada percentagem de população residente com ensino superior. Podemos ainda, destacar algumas freguesias dos vários concelhos, como por exemplo, do concelho de Vila Nova de Gaia, as freguesias junto à linha de costa, Canidelo, Madalena, Valadares, Gulpilhares, Arcozelo e São Félix da Marinha e a freguesia de Mafamude, no concelho de Espinho, a freguesia de Anta e de Espinho, as freguesias de Vila do Conde, da Póvoa do Varzim, de Matosinhos e de Leça da Palmeira. Ao contrário de certos concelhos que apresentam valores muito baixos, como por exemplo, o concelho de Arouca, Paredes, Vale de Cambra, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis.

Analisado, mais uma vez, com mais pormenor o concelho do Porto podemos dizer que, as freguesias que apresentam valores mais críticos são, as freguesias de Campanhã, e dentro do centro histórico do Porto, São Nicolau, Vitória, Miragaia e Sé. Ao contrário do que verificamos nas freguesias de Nevogilde, Aldoar e Foz do Douro, como podemos ver no mapa 13.



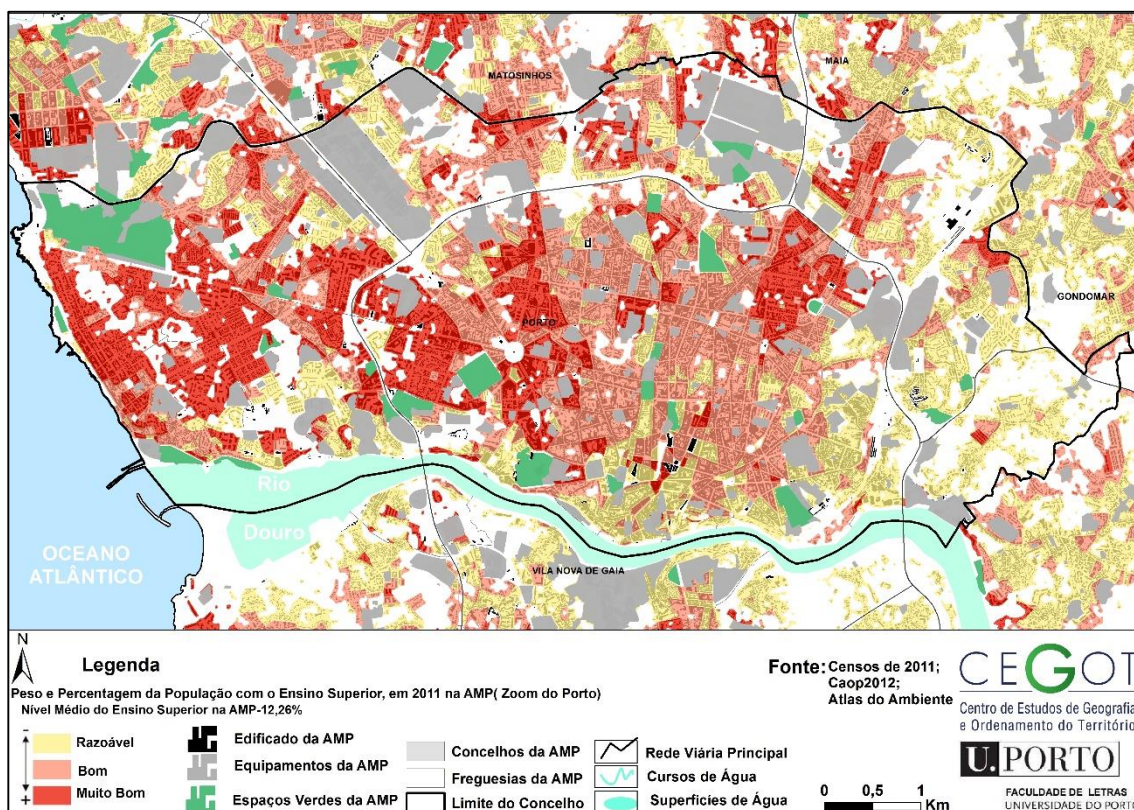
Mapa 13-Percentagem da População Residente, com Ensino Superior, em 2011 no Concelho do Porto

A partir destas análises e das anteriores podemos observar que o núcleo histórico do Porto concentra graves problemas, elevada percentagem de idosos, ou seja um envelhecimento e também indivíduos, com baixas qualificações, expondo-os mais a certos riscos.

De seguida vamos analisar, como já foi referido, uma síntese entre a variável do peso e da percentagem da população residente com ensino superior na AMP, através de um *cluster*, ao qual atribuímos um total de 3 classes através da interpretação do gráfico que resultou do R-quadrado.

Analizando o mapa resultante deste *cluster*, que pode ser observado no anexo 11, verificamos que, o município do Porto se destaca comparativamente com o resto da área metropolitana. Destacamos ainda, que alguns concelhos em volta do Porto apresentam valores altos relativos à instrução superior, assim como, algumas freguesias dos concelhos de Vila Nova de Gaia, São João da Madeira, Espinho, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Matosinhos. Já quando olhamos para as os concelhos, de Arouca, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra, mais uma vez, visualizamos que apresentam um nível mais baixo deste indicador, que estamos a analisar, ou seja, conseguimos verificar que existe uma desigualdade entre o município do Porto e os concelhos mais distantes no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, o que nos leva a apontar que no interior da AMP, existe, provavelmente, maior número de mão-de-obra pouco qualificada, quando comparado com o município do Porto o que vai acabar por gerar diferenças entre os indivíduos da AMP.

Analizando especificamente o município do Porto, apesar de existir uma elevada instrução superior, podemos verificar que entre as várias freguesias deste município, também, se verificam algumas diferenças, ou seja, nesta síntese entre as variáveis peso e percentagem da população com ensino superior verificamos que os valores mais negativos encontram-se nas freguesias de Campanhã, Lordelo do Ouro e mais uma vez, nas freguesias de Miragaia, Vitória, Sé e São Nicolau, do centro histórico do Porto. As freguesias que apresentam valores mais positivos são, mais uma vez, as freguesias da Nevogilde, Aldoar e Foz do Douro, como podemos observar no mapa 14.



Mapa 14- Cluster do Peso e da Percentagem da População Residente com Ensino Superior na AMP em 2011.

VARIÁVEIS	CLUSTER		
	1	2	3
Percentagem da População Residente com o Ensino Inferior ao Básico na AMP	74,9	54,0	26,6
Peso da População Residente com o Ensino Inferior ao Básico na AMP	,00467	,00513	,00342

Quadro 5- Output resultante síntese entre a percentagem e o peso do Ensino Superior, na AMP em 2011

Por fim, com o objetivo de sintetizar como estão repartidos os níveis de instrução na AMP, realizamos um *cluster* complexo no qual tratamos as seguintes variáveis: percentagem de população residente com ensino inferior ao básico, com ensino básico e secundário completo e ensino superior. Este *cluster* vai-nos permitir verificar as desigualdades existente no que diz respeito aos níveis de instrução dos indivíduos da AMP. A este *cluster* atribuímos-lhe um total de 4 classes, através da leitura que efetuámos a partir do gráfico resultante do R-quadrado.

Depois de o representarmos cartograficamente conseguimos apurar que existem algumas desigualdades bem vincadas no que diz respeito a repartição do nível de instrução na AMP, como podemos ver no anexo 12, destacamos o concelho do Porto e os concelhos envolventes a este, com um maior nível de instrução, assim como, o concelho de São João da Madeira figura 14, e algumas freguesias do concelho de Espinho, da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e da Trofa. Ao contrário do que acontece com um conjunto de outros concelhos, que apresentam um baixíssimo grau de instrução, como por exemplo, os concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Paredes, o que reflete bem, as desigualdades no acesso à educação entre os diversos concelhos da AMP, assim como, as que existem no nosso país, ou seja, à medida que nos deslocamos para o interior, o nível de instrução diminui.

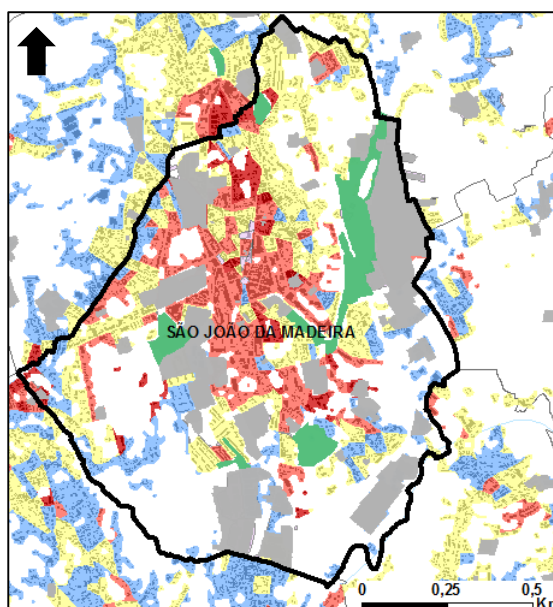
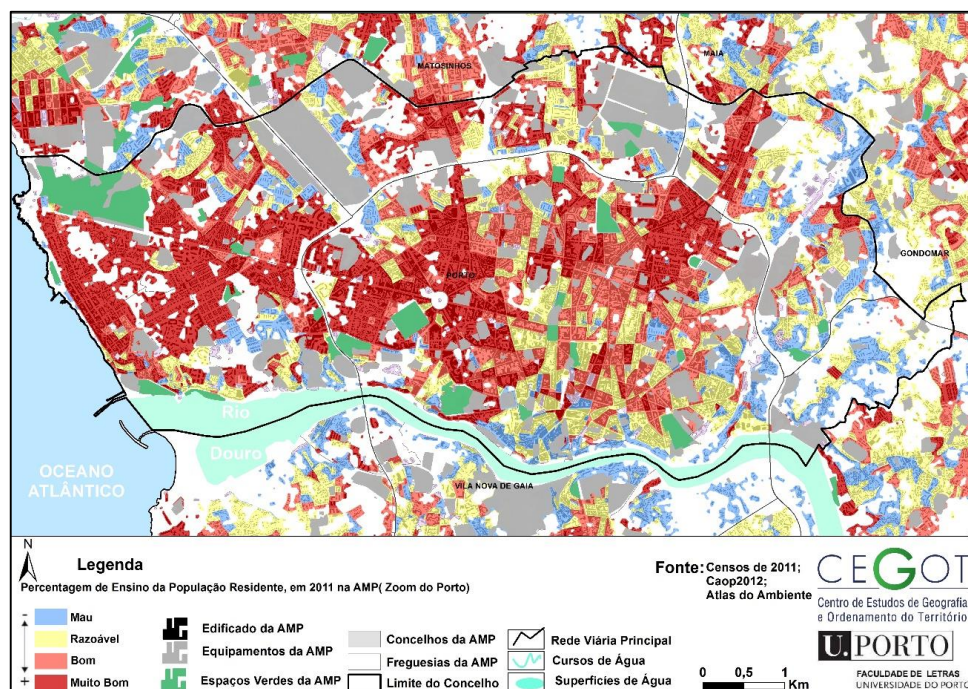


Figura 14-Cluster da repartição dos diferentes Níveis de Escolaridade no Concelho de São João da Madeira

Quando observamos mais especificamente o concelho do Porto, conseguimos verificar que, as freguesias com um maior nível de instrução correspondem às freguesias de Nevogilde, Foz do Douro, Aldoar, Paranhos e Cedofeita, ao contrário, do que acontece com as freguesias de Campanhã, São Nicolau, Sé, Vitória, Miragaia mapa15.



Mapa 15-Cluster Percentagem da repartição diferentes níveis de Escolaridade no Concelho do Porto, em 2011

VARIÁVEIS	CLUSTER			
	1	2	3	4
Percentagem da População Residente com Ensino Inferior ao Básico na AMP	75,7	56,7	36,1	20,7
Percentagem da População Residente com Ensino Básico e Secundário completo na AMP	20,0	34,5	46,4	32,1
Percentagem de População Residente com Ensino Superior na AMP	4,3	8,8	17,5	46,6

Quadro 6- Output resultante síntese entre a percentagem do Ensino Inferior ao Básico, Ensino Básico e Secundário Completo, Ensino Superior

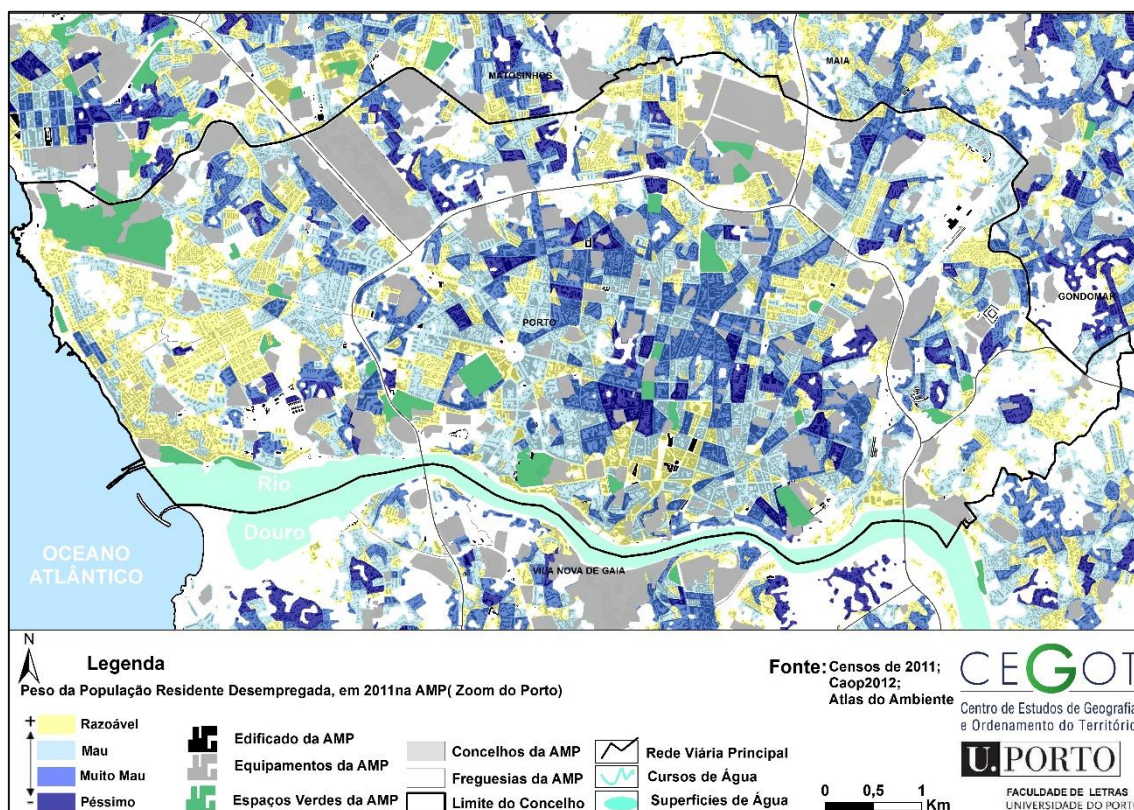
Depois desta análise, podemos dizer que, existe, sem dúvida, uma desigualdade no que diz respeito aos níveis instrução, principalmente, entre os concelhos que se encontram na envolvente do concelho do Porto, com um maior nível de instrução, comparativamente, com os concelhos que se encontram mais afastados do concelho do Porto, o que nos permite dizer que, os indivíduos que vivem mais no interior apresentam uma maior desigualdade no que diz respeito à escolaridade. Esta situação faz com que muitas vezes, os indivíduos dos concelhos do interior da AMP, se sintam, inferiorizados/excluído, diminuindo as suas condições de vida.

4.2.4- Desemprego na AMP

Segundo o censo de 2011, o desemprego entre as camadas mais jovens da população é cerca do dobro do desemprego do país, o que revela, uma grande desigualdade social, pondo em evidência os jovens como um dos grupos mais vulneráveis. Ainda, através dos dados dos censos da população com ensino superior é o grupo com menor percentagem de desempregados. Como sabemos, a qualificação da população é o principal fator competitivo das economias nas sociedades de hoje em dia, por essa razão, afigura-se, também, como uma variável decisiva para a compreensão do aumento do desemprego em Portugal. O aumento do desemprego, nos últimos anos em Portugal incidiu, sobretudo, em dois grandes grupos de trabalhadores, um dos grupos, corresponde a um conjunto de pessoas mais velhas e com qualificações escolares mais baixa e o outro composto por ativos mais jovens e com qualificações intermédias.

Para tratar melhor esta questão analisamos a AMP, à subsecção com o objetivo de verificarmos onde se concentram os maiores valores de desemprego e onde acontece o contrário. Pois como já referido anteriormente, o desemprego é um dos maiores problemas do dia-a-dia da vida dos portugueses, e desde a crise que se fez sentir no nosso país, esses valores ainda têm aumentando mais, desta forma, não poderíamos analisar a crise, a qualidade de vida e a estrutura da sociedade sem termos em atenção este tema de enorme importância.

De seguida, vamos apresentar a análise e comparar os vários mapas sobre esta temática, começamos por verificar qual era o peso do desemprego na AMP (anexo 13) o que nos permitiu ver, que existe um elevado peso de desemprego no concelho do Porto mapa 16. Pela análise deste mapa, podemos verificar que, o peso de desemprego se encontra, mais uma vez, muito vincado nas freguesias do centro histórico, como por exemplo, Santo Ildefonso, Bonfim, Cedofeita, assim como, podemos encontrar um elevado peso do desemprego nas freguesias, por exemplo, de Campanhã, Ramalde e Paranhos. As freguesias que se aprestam melhor neste aspeto, são sem dúvida, as freguesias da Foz do Douro e Nevogilde.



Mapa 16- Peso da População Residente Desempregada no Concelho do Porto em 2011

Considerando, novamente o mapa do anexo 13, podemos verificar que, existem outros concelhos que se destacam com um menor peso do desemprego, como por exemplo, Póvoa de Varzim (à exceção da freguesia da Póvoa de Varzim), como podemos ver na figura 15, Espinho, Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, ao contrário do que acontece, por exemplo, com os concelhos de Vila Nova de Gaia e Matosinhos.

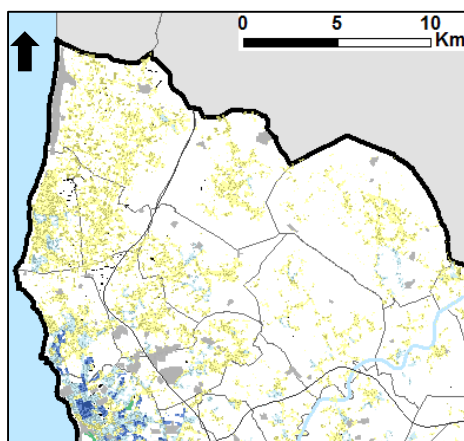
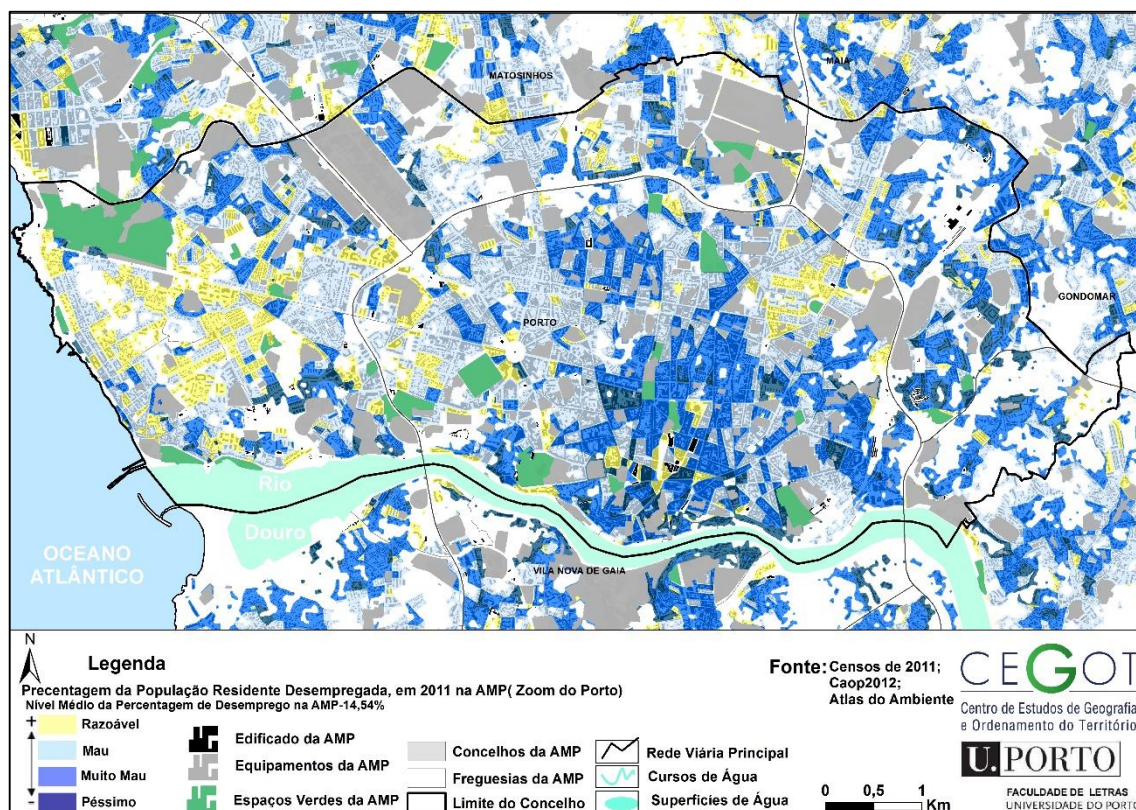


Figura 15-Peso do Desemprego no concelho da Póvoa de Varzim

Depois de realizarmos uma análise ao peso do desemprego, efetuámos, também, uma análise à percentagem do desemprego, com o principal objetivo de percebermos quais os concelhos que apresentam uma maior percentagem de desemprego nos concelhos da AMP, conseguimos verificar que, em todo este território, existe uma elevada percentagem de desemprego, como podemos verificar no mapa do anexo 14. Como a média do desemprego na AMP, é de 14,45%, a classe que está a amarelo diz respeito aos valores que estão mais próximos da média, todas as classes a azul representam os valores acima da média, neste caso maus.

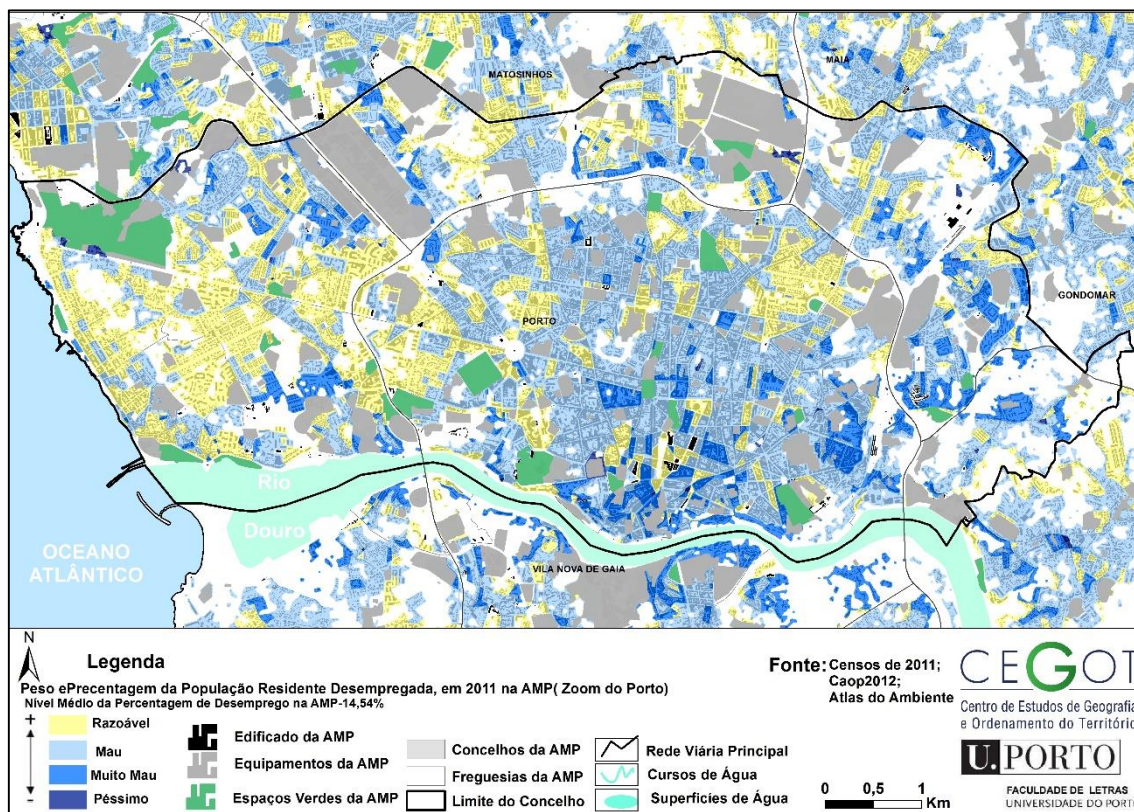
No mapa 17, que representa a percentagem de desemprego presente no concelho do Porto, vemos que é no centro histórico, que os valores deste indicador é maior, destacando-se, as freguesias de São Nicolau, Sé, Vitória, Miragaia, Bonfim e Santo Ildefonso, são elas as que mais sofrem com este problema social que afetou o nosso país e teima em não diminuir, o qual acabou por sofrer um agravamento com a crise que se iniciou na Europa em 2008 e no nosso país, com impactos na qualidade de vida dos portugueses e no caso em análise, dos portuenses. Verificamos, igualmente, que a freguesia de Campanhã apresenta um elevado desemprego. Como vemos no mapa 17, nem todas as freguesias são afetadas da mesma forma por este problema, visto que podemos destacar com um valor razoável, numa situação geral de valores muito maus, as freguesias da Foz do Douro e Nevogilde.

Voltando a analisar a AMP, no que diz respeito a este indicador, constatamos que existem algumas diferenças entre certos concelhos, quando olhamos para o concelho de Arouca, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Póvoa de Varzim, verificamos que, a percentagem de desempregados é bem mais baixa, comparativamente aos concelhos do Porto, Matosinhos, Valongo, Vila Nova de Gaia, entre outros.



Mapa 17- Percentagem de População Residente Desempregada, no Concelho do Porto em 2011

De seguida elaboramos um *cluster* simples onde, juntamos as duas variáveis analisadas anteriormente, ou seja, peso de desempregados e a percentagem de desempregados em 2011, na AMP. Segundo a análise do R-quadrado atribuímos-lhe 4 classes. Olhando para o mapa final da AMP, relativo a este *cluster* (anexo 15), podemos dizer que o Grande Porto sobressai negativamente, assim como Espinho, Trofa, Paredes e Santo Tirso. Podemos verificar ainda que, Póvoa de Varzim, Oliveira de Azeméis, Arouca e Vale de Cambra, são os que sobressaem de modo mais positivo. Analisando a cidade do Porto em particular, podemos verificar que acontece o que já foi apontado na análise anterior, ou seja que é nas freguesias da Foz do Douro, Nevogilde e Aldoar, que apresentam menos desemprego, comparativamente, com o centro histórico do Porto, estas aprestam, assim, uma maior vulnerabilidade no que diz respeito às questões do desemprego, sobretudo, Sé, São Nicolau e Miragaia como podemos ver no mapa 18.



Mapa 18- Cluster do Peso e Percentagem do Desemprego em 2011.

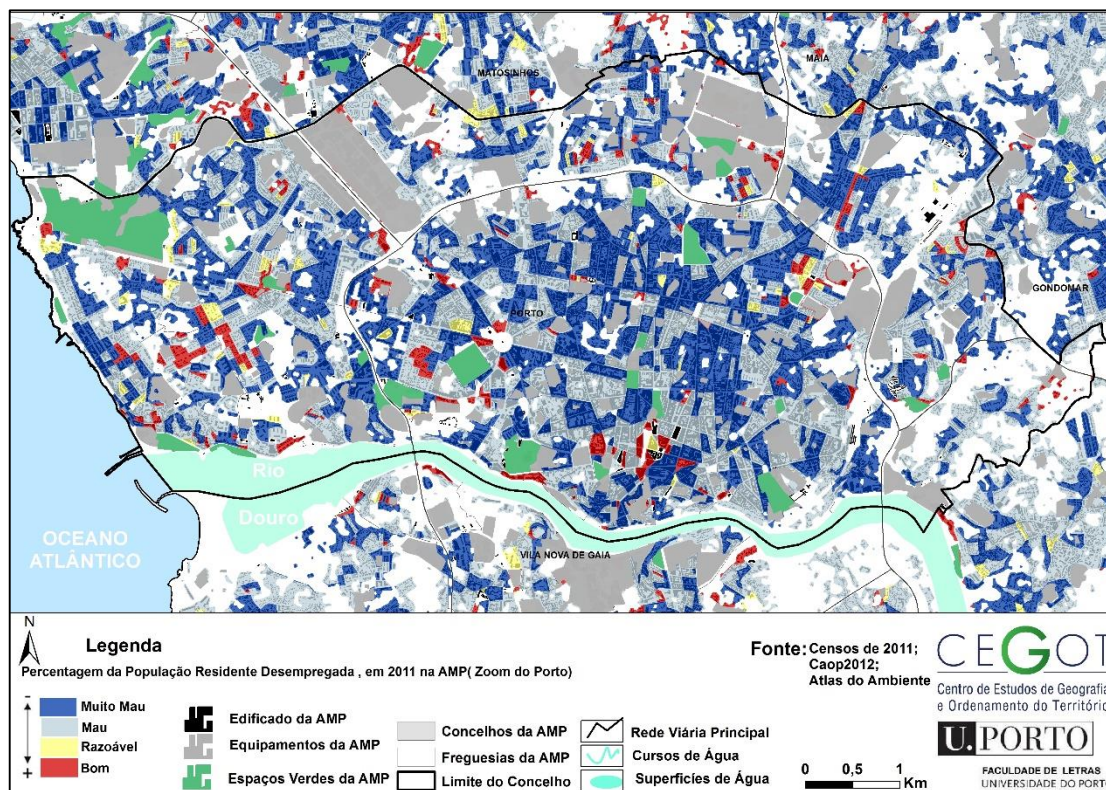
VARIÁVEIS	CLUSTER			
	1	2	3	4
Percentagem da População Residente Desempregada na AMP	5,0	18,4	36,3	87,0
Peso da População Residente Desempregada na AMP	,018	,066	,074	,017

Quadro 7-Output resultante síntese entre percentagem desempregada e o peso de desempregados, na AMP em 2011;

Por fim, no que diz respeito a temática do desemprego desenvolvemos um *cluster* complexo, com as seguintes variáveis, percentagem de emprego, com percentagem de desemprego, com percentagem de desempregados à procura do primeiro emprego e com a percentagem de desempregados à procura de um novo emprego. Através da análise do R-Quadrado, atribuímos quatro classes. Este *cluster* foi desenvolvido, para que nós conseguíssemos ver da melhor maneira possível o desemprego da AMP, funcionou como uma espécie de síntese, depois dos diferentes tipos de análise relativos a este tema.

Olhando para o mapa da AMP, resultado do *cluster* complexo (anexo16), podemos dizer que de uma maneira geral, todos os concelhos da AMP, foram afetados pelo desemprego, que se tem vindo a sentir, mas verificamos, também, que não se faz sentir da mesma forma em todos os concelhos.

Podemos começar por dizer que os seis concelhos do Grande Porto, sem dúvida, destacam-se pelo elevado desemprego, assim que, olhamos para o mapa. Analisando mais especificamente, a cidade do Porto mapa 19, podemos dizer que, quase todo o Porto se encontra bastante afetado por este problema, só algumas freguesias, como por exemplo, Foz do Douro, Nevogilde e Massarelos, é que vão apresentando valores positivos apenas em certas subseções das mesmas. Porém, também, verificamos que muitas freguesias se encontram com gravíssimos problemas de desemprego, como o caso, das freguesias de Cedofeita, Bonfim, Sé, São Nicolau e Miragaia.



Mapa 19- Cluster da Percentagem de Desempregados em 2011 na AMP

VARIÁVEIS	CLUSTER			
	1	2	3	4
Percentagem de Emprego da População Residente na AMP	81,4	82,1	86,7	93,3
Percentagem de Desemprego da População Residente na AMP	18,9	17,9	13,3	0
Percentagem de Desempregados a Procura do Primeiro Emprego na AMP	31,9	3,5	92,4	0
Percentagem de Desempregados a Procura de um Novo Emprego na AMP	68,1	96,5	7,6	0

Quadro 8- *Output* resultante síntese entre a percentagem de desemprego, percentagem de emprego, percentagem a procura do primeiro emprego e percentagem a procura de um novo emprego, na AMP em 2011

Voltado a efetuar uma análise geral da AMP, verificamos que, os concelhos de Arouca e Vale de Cambra apresentam valores bastantes positivos comparados com o resto dos concelhos como podemos na figura 16, assim como, o concelho da Póvoa do Varzim, à exceção da freguesia da Póvoa de Varzim. Apesar de não ser tão visível como nos concelhos do Grande Porto, verificamos que, os concelhos de Vila do Conde, Santo Tirso, Paredes e Espinho, apresentam uma grande percentagem de desempregados também.

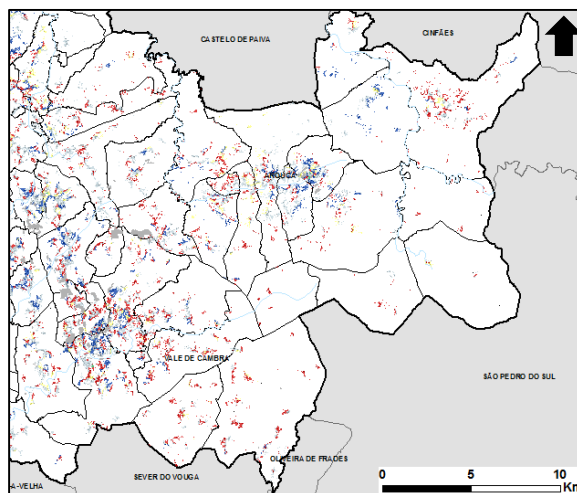


Figura 16- *Zoom Cluster* da Percentagem de Desemprego no Concelho de Arouca e Vale de Cambra

Com foi possível de verificar, o desemprego está demasiado presente em Portugal e prejudica todos os portugueses de todas as faixas etárias sendo que uns, acabam por sentir mais que outros. No caso dos jovens, que após terem acabado a sua formação, muitos deles com ensino superior, têm de se sujeitar a qualquer tipo de trabalho sendo ou não na sua área de formação, ou por vezes, acabam por não serem chamados para alguns empregos, visto que, têm demasiadas qualificações. Estas situações, acabam por gerar um desconforto na qualidade de vida de muitos

jovens pois deixam de acreditar em promessas e por vezes neles próprios. Outra forma de desemprego, presente no nosso país corresponde aos desempregados de longa duração que afeta sobretudo a população com mais alguma idade. Como sabemos este problema social só piorou com a crise e com a austeridade que foi imposta no nosso país.

Por fim, e após uma análise de todas as variáveis relativas aos temas, estrutura etária, escolaridade, desemprego, podemos dizer que entre os concelhos analisados da AMP, nos deparamos com uma certa desigualdade entre eles, desde a concentração da população que é maior nos concelhos do Grande Porto, ao contrário do que acontece com os concelhos de Arouca, Vale de Cambra, por exemplo. Verificámos, também, que os indivíduos que vivem mais afastados do concelho do Porto apresentam, por vezes, uma maior vulnerabilidade quando expostos a determinadas situações.

Podemos observar, ainda que mesmo dentro do concelho do Porto existe um conjunto de desigualdades conforme os temas tratados, pois verificamos de uma maneira geral que, as freguesias do centro histórico se encontram mais vulneráveis a um conjunto de situações, comparativamente, com as que se encontram mais próximas da linha de costa. Verificamos a existência de enormes disparidades no interior das cidades, com destaque para a cidade do Porto, no que diz respeito às questões de desemprego e educação quando confrontamos áreas distintas do mesmo centro urbano.

Capítulo 5- Análise Subjetiva da Satisfação com a Vida em diferentes domínios e os Impactos da Crise na Qualidade de Vida no Grande Porto

5.1- Enquadramento do território do Grande Porto.

A Sub-região do Grande Porto encontra-se inserida, na Região Norte, é uma dos territórios mais densamente povoados do país. A qual integra um contínuo urbano composta por seis municípios, Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Como podemos observar no mapa 20.



Mapa 20- Enquadramento do Grande Porto

5.2- Método de Análise

No presente capítulo vamos analisar o inquérito intitulado de Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação que foi implementado pelo GEGOT da Faculdade de Letras da Universidade do Porto no ano de 2014/2015, do qual resultou uma base de dados que nos foi fornecida para podermos desenvolver este capítulo empírico com uma amostra de 560 inquéritos. Este inquérito foi aplicado à população residente nos seis concelhos do Grande Porto³⁷, não podemos deixar de referir ainda que, estes inquéritos só foram respondidos por indivíduos com 18 ou mais anos de idade. As nossas análises recaíram sobre três partes deste inquérito: caracterização do inquirido, níveis de satisfação e impactos da crise atual. Depois de termos acesso à base de dados com os resultados tratámo-los estatisticamente, com o auxílio de ferramentas como Excel e SPSS.

É importante desenvolver uma análise com base em inquérito pois permite-nos recolher uma grande variedade de informação que nos ajuda a estudar determinados valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos. Temos de ter sempre em atenção que desenvolver um inquérito, é um processo que exige um conjunto de passos, onde cada etapa está, nitidamente, definida para obtermos bons resultados, assim temos de planear de forma cuidadosa, todas as etapas desde a recolha de informação até à apresentação dos resultados.

A realização deste inquérito teve por objetivo perceber qual o nível de satisfação da população residente no Grande Porto durante o momento de crise económica e financeira que se fez e faz sentir no nosso país, ao mesmo tempo, procurou-se tentar perceber quais os impactos que esta crise causou na Qualidade de Vida dos inquiridos. Sendo que, de maneira geral, as pessoas apresentam-se satisfeitas com as suas vidas, porém quando são abordadas as questões económicas e financeiras é que os indivíduos se manifestam menos satisfeitos com a vida.

5.2.1- Caracterização individual do inquirido.

Iniciamos por desenvolver uma caracterização sobre o indivíduo, onde começamos por saber qual a sua idade, qual o seu sexo, qual o nível de escolaridade, que condição tinha perante

³⁷ Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia.

o trabalho, o seu local de nascimento, de residência, de trabalho e de estudo. Estes aspetos são importantes para conhecermos melhor as características dos indivíduos que estamos a tratar.

Depois de elaborar uma análise estatística ao inquérito, podemos começar por dizer que quanto à estrutura etária a maioria dos inquiridos corresponde à população ativa, isto é, com idades compreendidas entre os 45-64 anos com 31,6 % seguido pela faixa dos 35-44 anos com 22%. A população idosa (com 65 ou mais anos) é a que tem menos representação com cerca de 12,1%. A maioria dos inquiridos pertencem ao sexo feminino com 51,6% quando comparado com o sexo masculino com 48,4%, contudo, esta diferença é pouco significativa, visto que, existe apenas uma diferença de 3,2%.

Quando abordamos o tema da escolaridade, visualizamos que 1,8% dos inquiridos não dispõe de nenhum nível de escolaridade mas que sabe ler e/ou escrever e verifica-se, também, que 2,1% dos inquiridos não sabe ler nem escrever como podemos ver na figura 17. O que acaba por representar, ainda, uma percentagem bastante grande de indivíduos sem qualquer tipo de escolaridade. É também o que acontece em Portugal, segundo os dados dos censos de 2011 e da PORDATA, que mostram que ainda existem 5,2% de indivíduos que não sabem ler nem escrever. Analisando agora as percentagens que se apresentam mais elevadas podemos ver que 28,2% dos inquiridos têm o 12º ano de escolaridade, seguido por 18,7% dos inquiridos que apresentam o 4º ano de escolaridade e 17,7% dos inquiridos com Licenciatura ou Bacharelato. Ainda tendo por base os dados do INE e PORDATA, podemos verificar que o nível de escolaridade no nosso país tem vindo a aumentar nos últimos anos existindo, cada vez mais, indivíduos com o 12º ano de escolaridade e o número de licenciados, também, tem vindo a crescer. Pela análise do inquérito, é visível a existência de uma percentagem muito elevada de pessoas com o 4º de escolaridade, pensamos que a explicação será a seguinte, como já comentámos em cima, a população que respondeu a um maior número de inquéritos está entre os 45-64 anos de idade, para estes indivíduos a escolaridade obrigatória era o quarto ano. Para verificarmos se esta afirmação faz sentido vamos recorrer à ferramenta *Crosstabs*, que nos vai permitir verificar se existe de facto uma relação entre a variável escolaridade e a faixa etária dos 45-64 anos de idade. A tabela resultante apresentou-nos que, dos 560 inquiridos, 103 tinham apenas a quarta classe, desse total verificamos que 54 indivíduos estão inseridos na faixa etária dos 45-64 anos de idade, isto é, mais de metade dos indivíduos que têm o 4º ano de escolaridade.

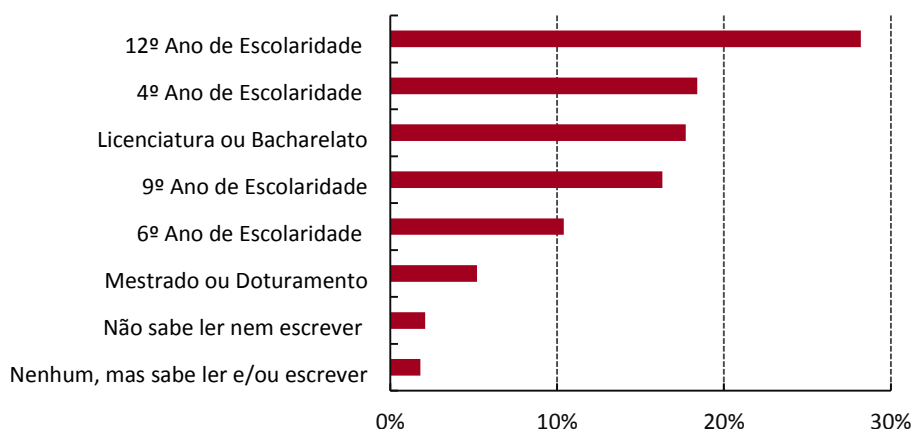


Figura 17-Porcentagem do nível de escolaridade dos inquiridos, no Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Ainda no que diz respeito a identidade dos inquiridos foi interessante percebermos quais eram as suas condições perante o trabalho, visto que, no nosso país o desemprego é algo que marca os nossos dias nas diferentes faixas etárias, pois podemos ver que existem muitos jovens que procuram o primeiro emprego, muitos deles após terminarem os seus estudos. Porém podemos verificar que existem também outro tipo de desempregados como é o caso dos desempregados de longa duração, algo que se fala muito hoje em dia.

Fazendo agora uma análise aos inquéritos podemos ver que 53,8% dos inquiridos trabalham e se juntarmos estes que só trabalham aos que trabalham e estudam 4,1%, podemos verificar que, 57,9% dos inquiridos trabalham. Podemos verificar, também, que 13,6% dos inquiridos só estuda aos quais podemos ainda adicionar os 4,1% que estuda e trabalha ou seja podemos verificar que ao todo 17,7% dos inquiridos estuda. Neste inquérito o número de reformados também é alto com uma percentagem de 12,5%.

Quanto ao desemprego se fizermos um total entre os desempregados a mais de um ano 5,9%, os desempregados 3,2% e os desempregados à procura do primeiro emprego 2,3%, é possível verificar que, a percentagem de inquiridos desempregados ainda é alta pois se somarmos todos estes valores podemos verificar um total de 11,4%, sendo que, a percentagem mais baixa 0,9% corresponde ao número de inativos (figura 18).

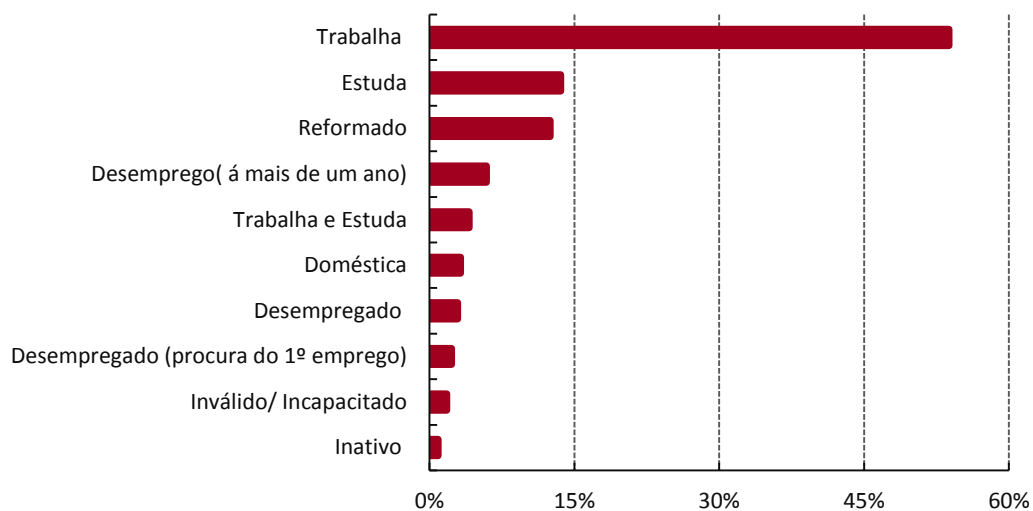


Figura 18-Percentagem de inquiridos relativamente à sua condição perante o trabalho, no Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Do total de inquiridos 92,3% nasceram em Portugal, e 7,7% nasceram no estrangeiro, dos que nasceram em Portugal podemos destacar que foi no concelho do Porto que a maioria dos inquiridos nasceu, seguidos pelo concelho de Vila Nova de Gaia e depois pelo concelho de Gondomar.

Quando tratamos a questão de onde residem atualmente, podemos observar que é no Concelho do Porto com 39,6% que residem a maioria dos inquiridos, seguido pelo concelho de Vila Nova de Gaia com 28,9% e pelo concelho de Gondomar com 14,5%, enquanto no concelho de Valongo com 3,9% é onde existe reside um menor número de inquiridos, como podemos observar na figura 19.

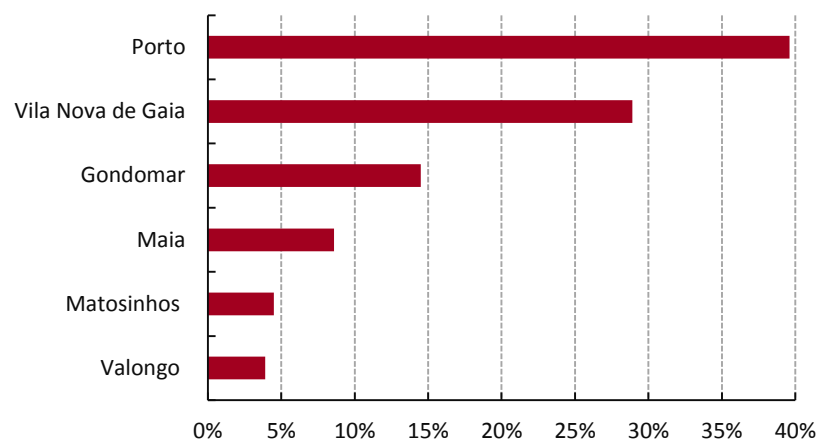


Figura 19- Percentagem de inquiridos por Concelho de residência, no Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Como já foi referido em cima, 57,9% dos inquiridos trabalham, contudo sabemos que desta percentagem nem todos trabalham no concelho onde reside, visto que, muitos inquiridos vão trabalhar para outros concelhos. Olhando para figura 20³⁸ podemos afirmar que existem migrações pendulares, ou seja, existe um movimento populacional regular na qual os indivíduos viajam do concelho no qual residem para outro concelho onde trabalham ou estudam. Tendo, ainda, por base a figura 20, é visível que é no concelho do Porto onde a maioria dos inquiridos trabalha com uma percentagem de 34,1%, seguido pelo concelho de Vila Nova de Gaia com 28,3% e pelo concelho de Gondomar com 14,6%. Mas também é observável que os indivíduos vão trabalhar para fora do Grande Porto como, por exemplo, para o concelho de Paredes 0,5%, o concelho de Vila do Conde 0,5% e mesmo para fora da Área Metropolitana do Porto, como por exemplo, os 0,2% de inquiridos que vão trabalhar para o concelho de Coimbra e para o concelho de Ovar.

Decidimos proceder a análise de um *crosstabs*, com a finalidade de verificar a relação entre as variáveis do concelho de residência e as variáveis do concelho onde trabalham. Analisando, por exemplo, o concelho do Porto, como já foi mencionado, é neste concelho que reside o maior número de população residente 39,6% e também é onde observamos o maior número de inquiridos que trabalham neste concelho 4,1%, analisando o *crosstabs*, podemos dizer que de todos os inquiridos que trabalham no concelho do Porto, nem metade desses inquiridos reside no Porto,

³⁸ Dos 57,9% inquiridos que responderam que trabalhavam, temos de mencionar que 0,4% não respondeu, este valor não foi representado graficamente.

porém continua a ser a população residente deste concelho que mais trabalha neste concelho, logo de seguida vêm trabalhar para o concelho do Porto, um grande número de inquiridos residentes em Vila Nova de Gaia, assim como residentes em Gondomar, Maia e Matosinhos, entre outros.

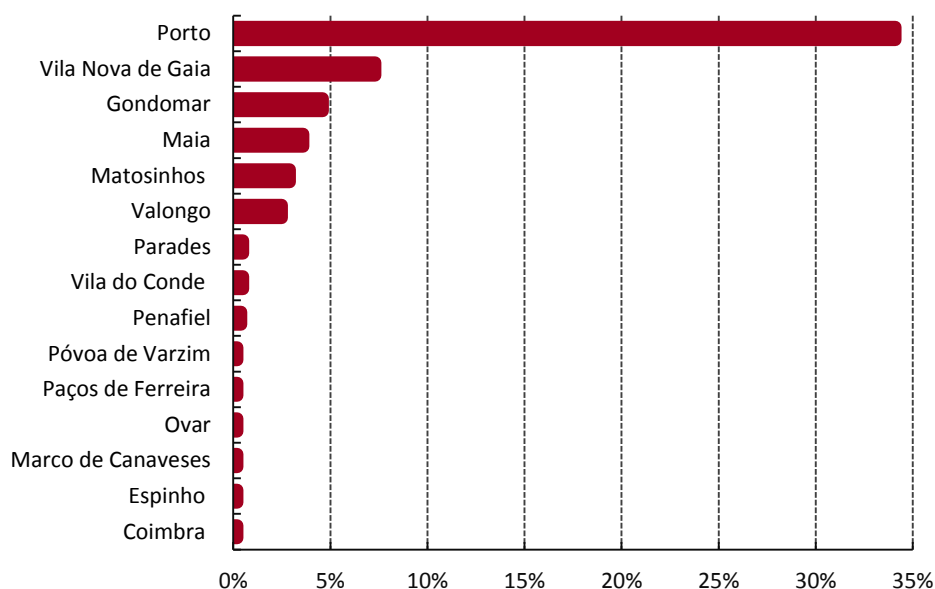


Figura 20-Porcentagem de inquiridos que trabalham fora do concelho de residência, no Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Depois da análise anterior, e relativamente aos inquiridos que trabalham, sendo que uns trabalham no seu concelho de residência e outros vão para outros concelhos, verificamos que em média os indivíduos inquiridos demoram cerca de 22 minutos a chegar ao seu local de trabalho.

Na figura 21 podemos verificar que dos 57,9% dos inquiridos que trabalham, 31,4% desses inquiridos desloca-se para o seu trabalho de carro e 12% dos inquiridos faz a sua deslocação para o trabalho de autocarro. Podemos observar ainda que, os meios de transportes menos utilizados são a bicicleta, pois só 0,2% dos inquiridos que trabalham recorrem a este meio e o comboio, com 1,8%.

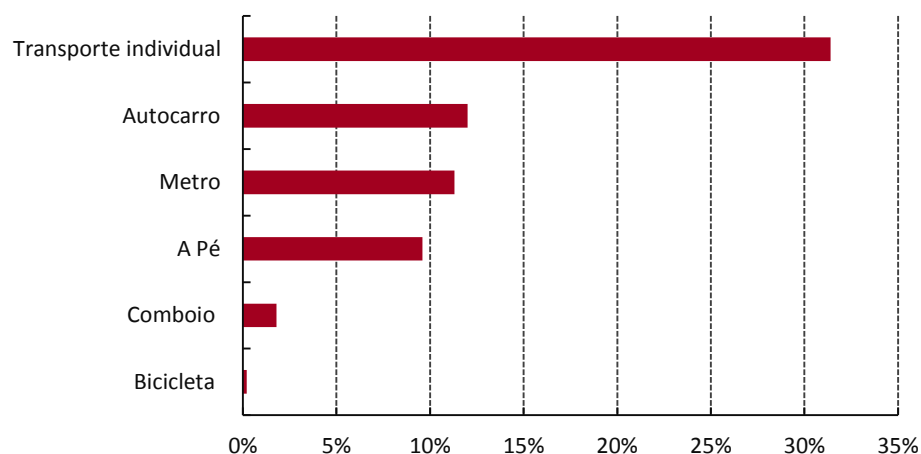


Figura 21-Porcentagem do meio de transporte mais utilizado pelos inquiridos nas suas deslocações para o trabalho, Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Relativamente ao local de estudo, verifica-se que a maioria dos inquiridos estuda no concelho do Porto com 14,8%, seguido por Vila Nova de Gaia com 1,6%, havendo ainda um conjunto de inquiridos que estudam em concelhos fora do Grande Porto e mesmo da Área Metropolitana do Porto, como, por exemplo, Aveiro e Braga cada um destes concelhos com uma percentagem de 0,2% como podemos verificar no anexo 17. Através do cruzamento dos dados, escolaridade do inquirido e concelho de estudo, podemos verificar, por exemplo, que a percentagem de inquiridos que estuda em Aveiro (0,2%) apresenta-se com o nível de escolaridade licenciatura e mestrado. Assim como, a percentagem de inquiridos que se encontra a estudar em Braga (0,2%) estão no 12º ano de escolaridade e a frequentar o mestrado.

Dos inquiridos que estudam verificamos que, em média, eles demoram a chegar ao local de estudo cerca de 22 minutos, sendo que o tempo máximo que os indivíduos demoram a chegar ao local de estudo é 90 minutos. Podemos observar que, o meio de transporte mais utilizado pelos inquiridos que estudam é o autocarro com 7,3%, logo de seguido pelo metro com 5,4%. O transporte que é menos utilizado corresponde ao comboio, com 1,1%, como podemos verificar na figura 22.

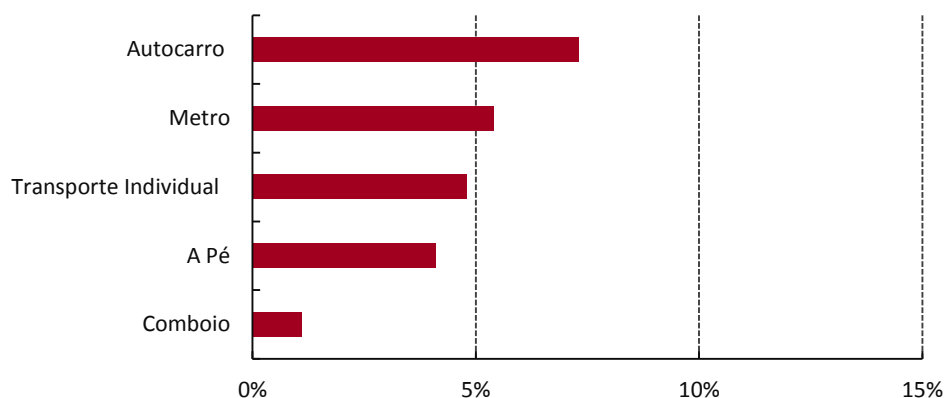


Figura 22- Percentagem do meio de transporte mais utilizado pelos inquiridos nas suas deslocações para o local de estudo, Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

5.2.2- Satisfação dos Inquiridos em vários domínios (saúde, habitação, relações, emprego, salário), relativamente ao seu Concelho de Residência e os Impactos da Crise na Qualidade de Vida

Neste subcapítulo da presente dissertação vamos avaliar o nível de satisfação dos inquiridos relativamente a vários aspetos que os rodeiam, como, por exemplo, ver o nível de satisfação que eles manifestam na avaliação da sua habitação, o nível de satisfação com o seu trabalho e com seu salário, entre outros aspetos. Com o objetivo de percebermos como se encontram os inquiridos no que diz respeito ao seu nível de satisfação com a vida e com o que os rodeia. Esta análise vai-nos permitir por em prática alguns dos conceitos que foram desenvolvidos na primeira parte da presente dissertação.

Do ponto de vista mais técnico, e segundo um conjunto de pesquisas elaboradas, que recomendam que hoje em dia as apreciações dos indivíduos sejam expressas não através de categorias qualitativas como, por exemplo, “relativamente satisfeito/a” ou “muito satisfeito/a” com a própria vida que acabam por se tornarem mais vulneráveis a distorções, mas sim recorrer ao uso de uma base em escalas numéricas, por exemplo, fixando um intervalo de 0 a 10, com o valor 0 a corresponder a uma insatisfação total e o 10 à satisfação máxima. Apesar de se apresentar mais eficaz esta última solução não previne o sucesso garantido dos exercícios de comparação, já que os pontos de referência da escala podem mudar com o tempo e entre as pessoas. Contudo,

será esta escala que vamos utilizar para analisar o nível de satisfação com a vida dos inquiridos, uma satisfação global ou uma satisfação mais individualizada, a partir da qual vamos encontrar avaliações mais positivas e mais negativas.

Vamos começar por analisar o nível de satisfação dos inquiridos no que diz respeito ao modo como avaliam a sua habitação casa/apartamento, esta avaliação, como referido, utiliza uma escala de 1 a 10. Verificamos que, a maioria dos inquiridos se apresenta satisfeito no que diz respeito à sua habitação, com uma avaliação média de 7,39. Podemos ainda salientar que, nenhum inquirido avaliou a sua habitação com 1 e que uma percentagem de 9,7% inquiridos, avaliou a sua habitação com 10, valor máximo da escala, ou seja, este conjunto de inquiridos encontram-se muito satisfeitos relativamente à sua habitação. Segundo o que observamos no inquérito “*Quality of life in Europe: Impacts of the crisis*” que afirma que a nível europeu o grau de satisfação relativo ao alojamento esta avaliado numa média de 7,7, situação que não esta muito longe da avaliação que foi feita pelos inquiridos residentes no Grande Porto.

Harmonizar um combinado de instalações básica como água canalizada, eletricidade, saneamento, nos dias de hoje, são bens essenciais e mínimos no que diz respeito às condições habitacionais, mas existem outros aspetos importante para uma avaliação, ou seja, a existência de um espaço residencial apropriado para as necessidades de cada família, assim como, o nível de conforto do alojamento, como, por exemplo, o recurso a aparelhos de aquecimento ou arrefecimento nas habitações e a insolação direta, tornam-se fundamentais para o bem-estar dos indivíduos que vão ter repercussões no seu grau de satisfação, tanto pessoal, como dos seus familiares. Pois quando as habitações são frias e existe humidade torna-se prejudicial para a saúde dos indivíduos, principalmente, para aqueles que se encontram mais vulneráveis, como é o caso dos idosos, que acabam por desenvolver um conjunto de patologias, nomeadamente, respiratórias.

Com objetivo de percebermos melhor a avaliação feita pelos indivíduos, relativamente, à avaliação da sua habitação, partimos para a análise de um conjunto de questões relacionadas com as habitações. Começamos por analisar se as habitações tinham aparelhos de aquecimento/arrefecimento, o que permitiu verificar que 78% usufrui deste tipo de equipamentos.

Da percentagem de inquiridos que responderam que sim, 78% verificamos que, nem todos usufruem dos mesmos tipos de equipamentos como podemos ver na figura 23, sendo que, alguns indivíduos utilizam mais do que um aparelho. Podemos ainda notar que, os aparelhos, mais utilizados, correspondem aos aparelhos elétricos móveis, com 35,2%, logo de seguida das ventoinhas com 26,1% e o uso de lareiras com, 24,1%, o que nos permite dizer que a maioria dos aparelhos que os inquiridos usufruem são os que têm menores custos. Os aparelhos com uma

baixa utilização por parte dos inquiridos correspondem, à utilização dos painéis fotovoltaicos pois só 2,5% dos inquiridos responderam que usavam este tipo de aparelho, situação que pode-se explicar, pelo facto de a instalação deste tipo de aparelho ser bastante elevada.

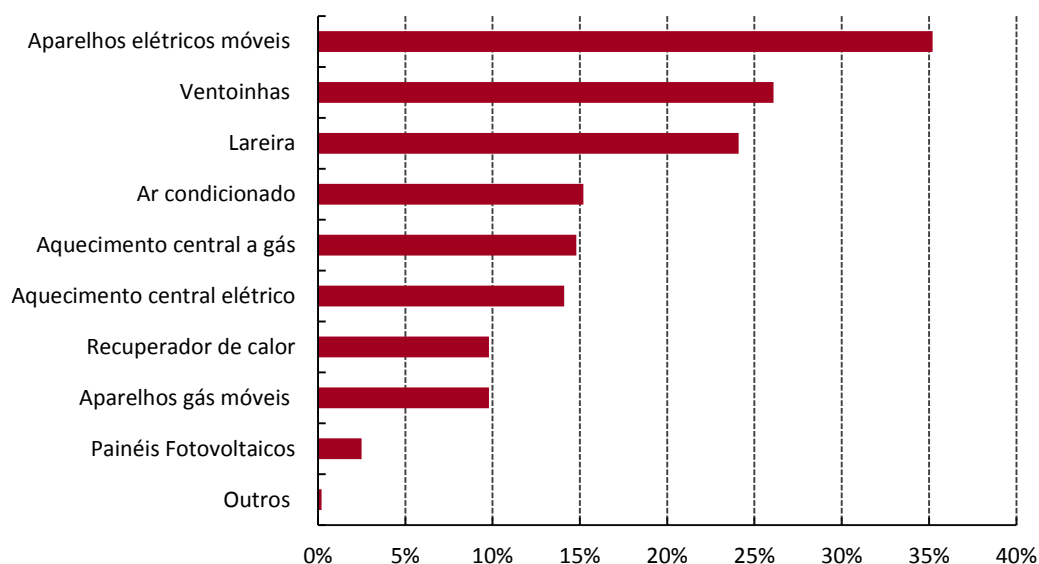


Figura 23-Percentagem de aparelhos para aquecimento/arrefecimento da habitação dos inquiridos, Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Ainda no que diz respeito à avaliação da habitação, como referido acima, ela pode apresentar alguns problemas, como por exemplo, humidade, situação que contribui para diminuir a qualidade de vida dos indivíduos que nela habitam, porque têm uma maior probabilidade de ficarem mais rapidamente doentes. Quando tratamos o problema da humidade neste inquérito verificamos que 29,6% ³⁹ dos inquiridos convivem com o problema humidade nas suas habitações. Da percentagem de inquiridos que respondeu que tinha humidade na sua habitação 29,6%, verificamos que nem todas as divisões sofrem deste problema, assim, pelas respostas dadas, podemos observar que a divisão da casa que os indivíduos apontaram como mais húmida, foi o WC com 16,1%, seguida pelo quarto do casal com 12,1% e verificamos, também, que a divisão que era apontada como menos húmida era o quarto dos filhos com 8%, como podemos verificar no anexo 18.

Tivemos ainda em atenção outras características da habitação, ou seja, se era quente no verão, fria no inverno, húmida, soalheira, sombria, arejada, ruidosa e podemos verificar que a maioria dos inquiridos classificou a sua habitação como sendo arejada com 54,5%, logo de

³⁹ Sendo que 0,5% não sabe ou não responde.

seguida por 44,8% que classificaram a sua habitação como sendo fria no inverno. Só um baixo número de inquiridos caracterizou a sua habitação como sombria, com 6,5%, como podemos observar no anexo 19. Temos ainda de ter em conta que, alguns inquiridos atribuíram mais do que uma destas características à sua habitação. A razão de estarmos a analisar o conforto da habitação está ligada, ao simples fato sabermos que o conforto da habitação é fundamental para a qualidade de vida individual e familiar. Claro que para alguns indivíduos o simples facto de terem um teto é suficiente para sentirem-se satisfeitos, para outros, é necessário viver com algumas condições básicas e outros procuram, usufruir do maior conforto possível, tudo isto, varia consoante as expectativas e objetivos de cada um. A título de exemplo, uma pessoa pode ter uma habitação excelente com tudo que existe do bom e do melhor e o mais moderno possível mas, a sua avaliação pode ser inferior ou igual quando comparada com algumas pessoas que não têm acesso a essas regalias todas, pois como referido, a satisfação depende muito do que de cada um quer (é subjetiva).

Depois de verificarmos o estado da habitação também nos debruçamos sobre o espaço envolvente à residência, como o objetivo de medir o nível de satisfação numa escala de 1 (mau) até 10 (muito bom), e perceber o que pode provocar uma diminuição da satisfação ao indivíduo, pois as características da envolvente desempenha um papel importante quando falamos de qualidade de vida e de oportunidade de vida, pois quando os indivíduos habitam em áreas mais desqualificadas, na maioria dos casos acabam, por viver um maior risco de exclusão social, visto que, os indivíduos que vivem nestes territórios são, muitas vezes, vítimas de formas de discriminação na escola, no acesso ao trabalho, na sociedade em geral. Tendo em conta a análise de vários países as necessidades habitacionais formam um importante indicador de qualidade de vida.

Como sabemos nas áreas urbanas é onde os problemas de acesso ao alojamento adequado às características do agregado familiar são menos satisfatórios. Alguns fenómenos como, o envelhecimento, a dimensão do agregado familiar acabam por influenciar a procura de habitação. Também o fenómeno do desemprego, que se encontra bem patente na nossa sociedade, associado às mudanças que aconteceram no mercado de trabalho, gera maiores dificuldades no investimento, como na poupança, que as famílias disponibilizam para a compra de alojamento.

Observando a figura 24 podemos ver que os indivíduos se apresentam satisfeitos com o espaço envolvente à sua residência, visto que, apresentam uma média positiva a todas as questões. O que nos leva a dizer que em média os inquiridos se apresentam satisfeitos com as condições envolventes à sua residência. Verifica-se que, os inquiridos se encontram mais satisfeitos com as

condições de acessibilidades viárias, pois apresentam uma média de 7,7, também se apresentam muito satisfeitos no que diz respeito ao conforto da sua casa/apartamento com uma média de 7,6. Podemos verificar que, apesar de ainda ser uma avaliação positiva, os indivíduos apresentam uma menor satisfação nas questões de segurança pública na envolvente da sua habitação com uma média de 6,7, e também se encontram menos satisfeitos com a questão dos equipamentos de saúde e de ensino existentes na proximidade das suas habitações, com uma avaliação média de 6,9. Esta avaliação, permite-nos dizer que, quando falamos do nível de satisfação dos inquiridos com a sua habitação e o espaço que envolve a sua residência, os inquiridos apresentam uma média positiva de satisfação o que mostra que possuem uma boa qualidade de vida, visto que, se eles apresentassem uma média baixa de satisfação no que toca a estas questões, sem dúvida que a sua qualidade de vida seria menor.

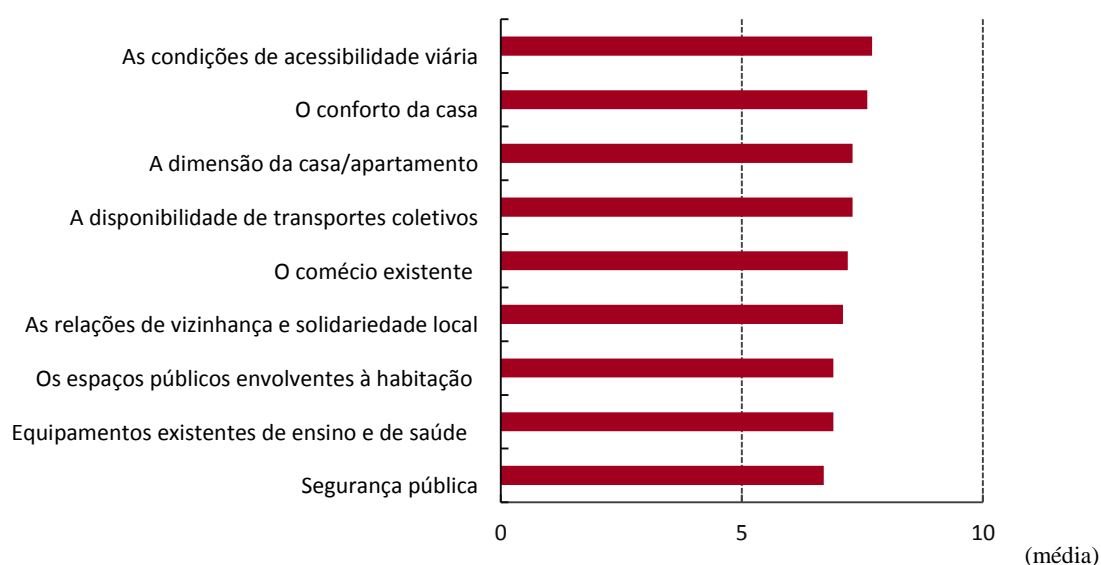


Figura 24- Média dos níveis de satisfação relativos à habitação e ao espaço envolvente à residência dos inquiridos, do Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Também foi importante avaliar o nível de satisfação que os indivíduos apresentam relativamente ao concelho onde residem, pois se não nos encontrarmos satisfeitos com as oportunidades oferecidas pelo nosso concelho de residência sem dúvida que a nossa qualidade de vida vai ser diminuta, por esta razão, decidimos avaliar um conjunto de aspetos oferecidos pelo

concelho de residência e ao mesmo tempo verificar com os quais os indivíduos se aprestam mais ou menos satisfeitos.

Vamos começar por tratar dois aspetos que são sem dúvida muito importantes, como é o caso, da oferta de trabalho/emprego e a disponibilidade de habitação para arrendar/vender. Por que razão estes aspetos são considerado importantes? Por várias razões pois se um concelho não oferecer trabalho/emprego, a população residente deste concelho vai ter que ir procurar trabalho para outros concelhos o que acontece muitas vezes no nosso país, o que pode levar muitos indivíduos a irem viver para outros concelhos, outro problema prende-se com o seguinte facto, se não existe trabalho, o concelho não vai atrair novas pessoas para ele, quando isto acontece pode levar ao seu progressivo despovoamento, porque para além de não atrair novas pessoas muitas das que estão lá a viver acabam por sair. Um outro aspeto importante diz respeito ao seguinte facto, mesmo que exista trabalho, mas se não existe oferta suficiente e acessível de habitação, a população acaba por usar o concelho só para trabalhar, isto é, gera-se um grande movimento durante o dia, mas durante a noite e ao fim de semana a movimentação é muito menor. A principal questão prende-se mesmo com o seguinte aspeto ter casa na atualidade funciona como uma condição para sobrevivência dos indivíduos. Ter uma casa acaba por ser fundamental para satisfazer as necessidades mais simples dos indivíduos, as características das habitações ajudam a determinar o nível de bem-estar dos que nelas habitam.

Analisando agora as respostas dos inquiridos através de uma escala de satisfação que vai de 1 (mau) até 10 (muito bom), verificamos que apresentam um valor médio de satisfação de 6,9, relativamente à questão da oferta de habitação para arrendar ou vender no concelho de residência, já quando observamos o valor médio da questão oferta de trabalho e emprego verificamos o valor está bem abaixo, ou seja, corresponde a 4,8, como podemos verificar na figura 25.

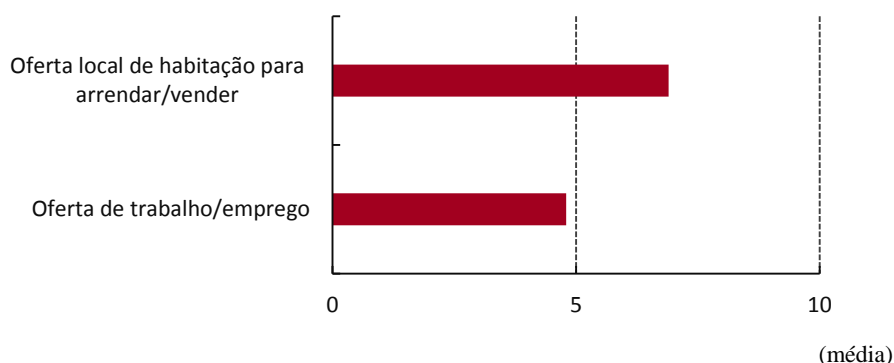


Figura 25- Média do grau de satisfação dos indivíduos relativamente à oferta de habitação e oferta de emprego, residentes no Grande Porto, (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Não podemos avaliar o concelho de residência só tendo em conta os dois aspetos referidos anteriormente pois, devemos ter em conta uma data de situações que acabam por influenciar a vida e a satisfação dos indivíduos e por isso o inquérito que estamos a analisar vai-nos permitir verificar um conjunto de aspetos que acabam por influenciar a vida dos inquiridos.

Na atualidade as cidades deparam-se com algumas tendências comuns, por exemplo: a falta de espaços verdes, apesar de o número de espaços verdes terem aumentado; os elevados níveis de poluição; uma enorme produção de resíduos; muitas ruas se encontrarem mais sujas pois muitos cidadãos não têm cuidado nenhum, o que de certa forma diminui a qualidade de vida de quem habita nestas cidades. Se queremos melhorar a qualidade de vida nas cidades temos de começar a ter mais cuidado com a capacidade de carga dos ecossistemas. O aumento da poluição, também, acaba por provocar uma diminuição da qualidade de vida nas cidades, dado que pode levar ao aparecimento de doenças, e ao recurso a um maior uso de medicamentos, entre outros problemas. Como mencionamos em cima, as questões da poluição sonora, também, acabam por ter impactos negativos na qualidade de vida dos indivíduos, pois os sons interferem na suas vidas e acabam por condicionar algumas atividades básicas dos indivíduos, por exemplo descansar. Podemos destacar algumas fontes de ruído, como por exemplo, o tráfego automóvel acompanhado das buzinas, as indústrias, as obras no espaço público, entre outras.

Os espaços verdes públicos proporcionam influências muito positivas na condição de vida dos cidadãos que vivem nas cidades, a existência de um maior número de espaços verdes vai fazer com que as pessoas ganhem hábitos de vida mais saudáveis, pois vão desenvolver uma maior prática desportiva e de lazer, o que lhes vai permitir um aumento da sua qualidade de vida e ao mesmo tempo as pessoas vão-se libertando de algum *stress* e de alguns problemas do seu dia-a-dia.

Analisando as respostas dos inquiridos, relativamente ao seu nível de satisfação com os espaços verdes existentes, os níveis de limpeza pública, à recolha seletiva dos resíduos, e aos níveis de poluição local, verificámos que, em média, os inquiridos do Grande Porto se apresentam satisfeitos com estas questões, sendo que se apresentam mais satisfeitos com a recolha seletiva de resíduos, com uma avaliação média de 7 e todas as outras questões apresentam uma avaliação de 6,6 como podemos observar na figura 26.

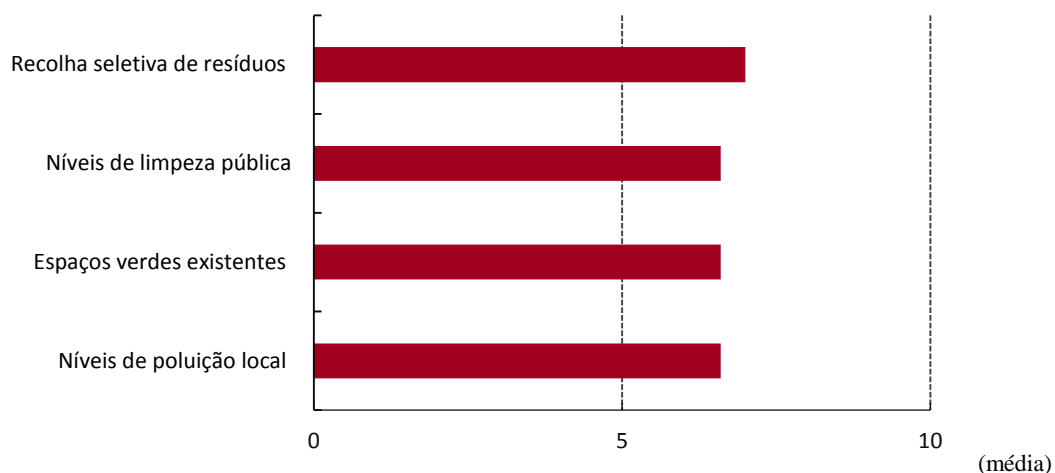


Figura 26-Média da satisfação dos inquiridos perante os níveis de limpeza, recolha de resíduos, espaços verdes e limpeza pública, no Grande Porto, (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

É importante ter em atenção outro tipo de características como, por exemplo, o estado de conservação dos edifícios, das ruas, dos passeios, e da oferta de espaços públicos. Quando falamos da questão conservação dos edifícios, ou seja, quando nos deparamos com situações de pessoas que habitam em casas degradadas, elas acabam por perder algumas condições de bem-estar. Para além disso, quando nos deparamos com áreas com elevado número de edifícios a degradarem-se, verificamos que, esses locais acabam por desqualificar em certa medida os espaços residenciais onde estão inseridos, o mesmo acontece com a degradação das ruas e passeios.

A avaliação que os indivíduos fazem, relativamente, à oferta de espaços públicos e conservação dos edifícios e das ruas, é que estão satisfeitos quanto a estas questões, com uma avaliação muito próxima entre as variáveis, a que apresenta uma satisfação mais alta é a oferta de espaços públicos, com uma média de 6,7, como podemos ver na figura 27.

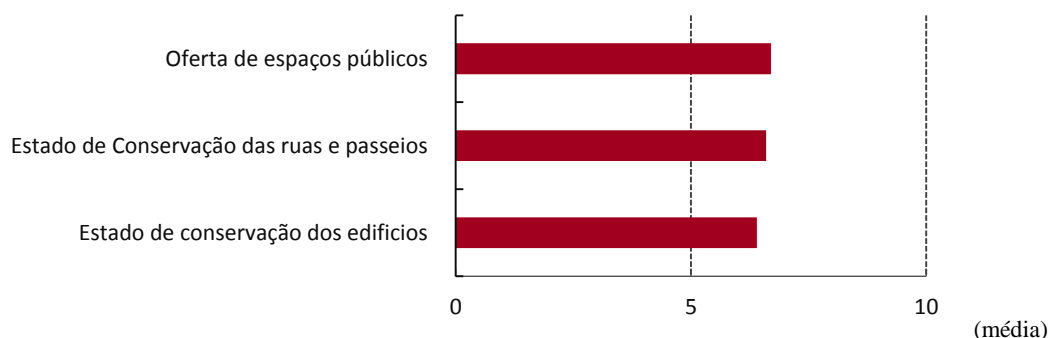


Figura 27- Média do grau de satisfação dos inquiridos relativamente a oferta dos espaços públicos e conservação de ruas, passeios, e edifícios, no Grande Porto, (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

“A qualidade do quadro de vida local está em larga medida relacionada com a presença de equipamentos e serviços de suporte à vida quotidiana. Naturalmente que são vários os fatores que intervêm na decisão de se utilizarem estes equipamentos e serviços, como sejam as necessidades sentidas, a capacidade de suportar eventuais custos de aquisição ou a qualidade da oferta proporcionada. Mas a proximidade geográfica pode ser vista, só por si, como uma condição vantajosa “ (Martins 2012:190).

Tendo em conta esta constatação, avaliou-se de 1 a 10 a satisfação dos inquiridos com a oferta de um conjunto de serviços básicos, os serviços de saúde, de educação, de apoio social, de comércio, de animação cultural e de lazer, de animação desportiva, assim, verificamos que de um modo geral os indivíduos se apresentam satisfeitos no que diz respeito à oferta de serviços na sua área urbana. Podemos ver na figura 28, que a oferta de serviços de comércio é a que apresenta um grau de satisfação maior com uma média de 7,3, assim como, os serviços de educação que apresentam a mesma média, seguidos pelos serviços de saúde com uma média de 7,1. Já no que corresponde à oferta de serviço de animação cultural e lazer foram os que apresentaram um nível de satisfação mais baixa, com uma média de 6,5.

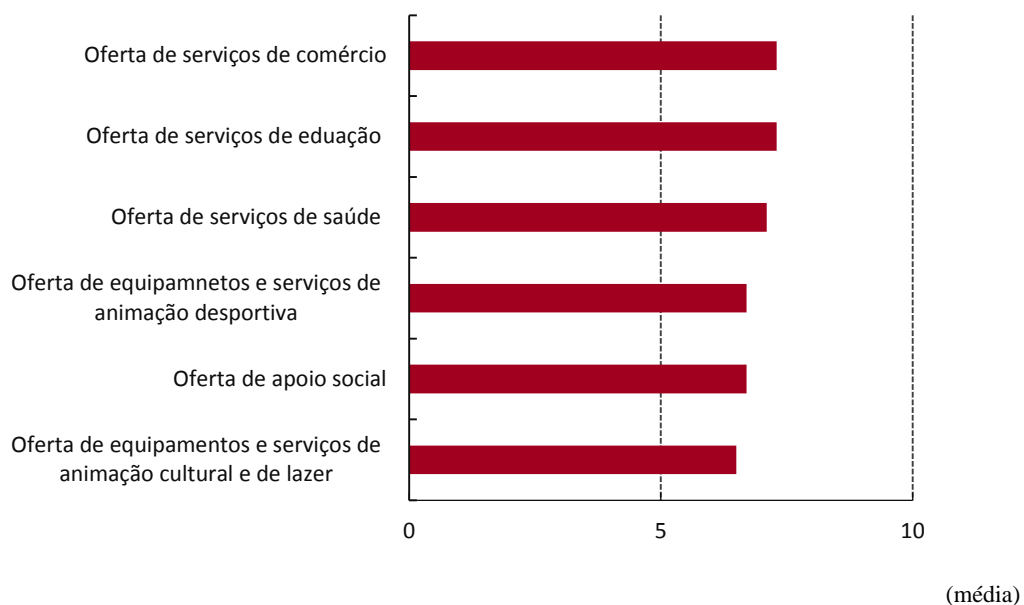


Figura 28-Média do grau de satisfação dos inquiridos relativamente a um conjunto de serviços no Grande Porto, (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Nos dias de hoje, não conseguimos deixar de atribuir importância às questões da mobilidade, pois dela depende o funcionamento da sociedade contemporânea. Quando uma cidade sofre com problemas relativos à mobilidade, isto acaba por proporcionar determinados obstáculos ao seu crescimento económico, para além de constituir, também, um fator desfavorável da qualidade de vida dos indivíduos, pois quando os indivíduos têm de enfrentar elevados congestionamentos de trânsito, ficam stressados, com uma má disposição que acaba por afetar as suas qualidades de vida. Atualmente, nas áreas urbanas, a maioria da população utiliza para as suas deslocações o automóvel individual. Relativamente aos inquiridos tentamos perceber qual o seu grau de satisfação no que diz respeito às facilidades de deslocações, quer por automóvel, quer por transportes públicos/coletivos, quer por bicicleta, quer a pé, verificamos que, os inquiridos avaliam com satisfação todos os meios de deslocação mencionados, mas atribuem um maior grau de satisfação às deslocações efetuadas através do automóvel com uma avaliação média de 6,7 e logo de seguida surge o andar a pé, com uma avaliação média de 7,4, como podemos verificar na figura 29. Vimos também que, o meio de deslocação que foi avaliado com uma média mais baixa corresponde à deslocação de bicicleta, com um grau de satisfação de 6,8.

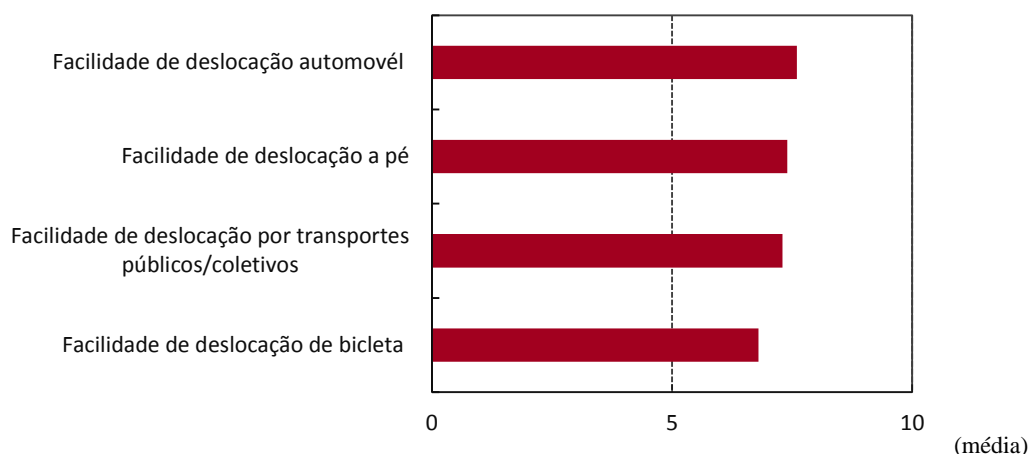


Figura 29-Média do grau de satisfação dos inquiridos relativamente os facilidades de deslocação consoante meio de transporte utilizado no Grande Porto, (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Um aspeto importante e que contribui de maneira muito positiva para um aumento da Qualidade de Vida dos indivíduos, diz respeito aos relacionamentos que os indivíduos estabelecem no seu dia-a-dia e com os familiares, os amigos, os colegas de trabalho e os vizinhos. Nos dias de hoje a maioria dos indivíduos desenvolve um conjunto de relacionamentos com outras pessoas, o que é muito importante na sociedade atual para apresentar um bom capital social. Mas, existem exceções, principalmente, no que diz respeito aos indivíduos que se encontram mais vulneráveis, como é o caso dos idosos que em muitos casos vivem e estão completamente sozinhos na sociedade.

No inquérito aplicado quando tratamos o nível de satisfação dos inquiridos, relativamente, às suas relações com os outros, verificamos que, em média se apresentam bastante satisfeitos, como podemos observar na figura 30, através da qual podemos verificar que, avaliam a relação com os amigos com um nível de satisfação médio de 8,8 e a relação como os seus familiares com nível de satisfação de 8,7, ou seja, notamos que existe uma grande satisfação dos inquiridos no que diz respeito às suas relações pessoais. O relacionamento com os vizinhos foi o que teve um grau de satisfação mais baixo com 7,4, comparativamente, com os outros tipos de relacionamentos, mas mesmo assim bastante elevado.

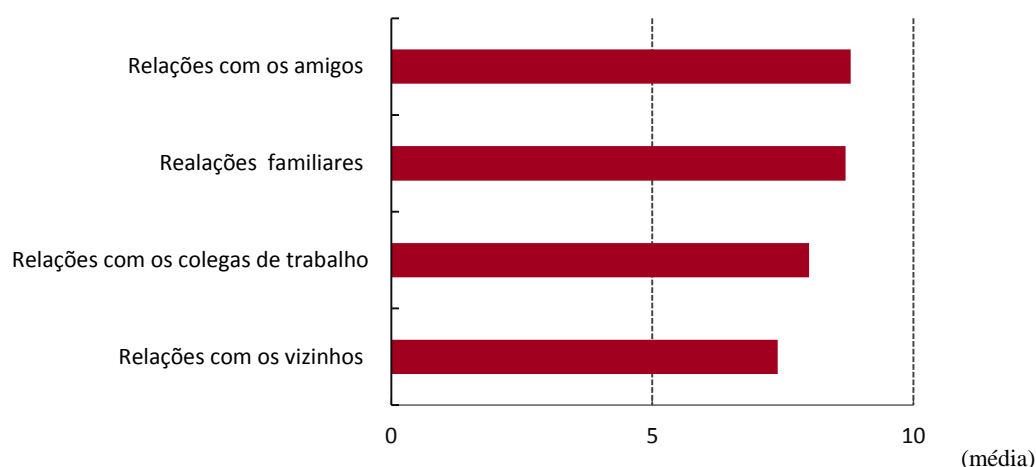


Figura 30-Média do grau de satisfação dos inquiridos no que diz respeito às suas relações com os outros, no Grande Porto, (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Como referimos no ponto 5.2 um dos objetivos do inquérito foi tentar perceber, quais os impactos que esta crise causou na Qualidade de Vida dos inquiridos, dado que, de uma maneira geral, a perceção que se tem é de que os portugueses se apresentam descontentes e pouco confiantes com o futuro muito devido à grave crise que se fez e faz sentir no nosso país, o que fez com que muitos portugueses deixassem de acreditar nas promessas que ouviam, que as coisas iam melhorar, pois a situação económica da maioria dos portugueses diminuiu e muito nos últimos anos, devido às dificuldades em entrar no mercado de trabalho, ao aumento do desemprego e à diminuição dos rendimentos, o que levou ao aumento da pobreza e da exclusão social de muitas famílias, gerando, também, um aumento da criminalidade, entre outros problemas.

Assim analisando os dados do inquérito, quanto ao nível de satisfação dos inquiridos no que diz respeito à confiança nos centros de decisão central, verificamos que, o grau de satisfação é baixo pois apresentam uma média de satisfação de 4,8, numa escala de 1 até 10.

Como já referimos, o aumento do desemprego, foi sem dúvida um dos fatores mais negativos da crise económica e social que vivemos, na verdade, muitos jovens acabados de sair da escola ou do ensino superior, isto é, depois de investirem na sua formação, procuraram entrar no mercado de trabalho, mas deparam-se com o problema da falta de emprego, vendo-se obrigados a emigrar ou a aceitar qualquer tipo de emprego mesmo, tendo investido durante anos na sua formação. Mas quando falamos no desemprego podemos verificar que existem outros casos, como os dos indivíduos que se encontram desempregados a mais de um ano e não conseguem arranjar emprego

e muitos deles já com alguma idade, tudo isto acaba por trazer graves problemas aos indivíduos e ao mesmo tempo provoca uma diminuição da sua qualidade de vida.

Não podemos deixar de referir ainda que, no início do século XXI, surgiram muitas preocupações relativamente ao emprego, principalmente na criação de mais e melhores empregos, com o objetivo de, reforçar a competitividade da economia comunitária e ao mesmo tempo promover uma maior coesão social. Mas com despertar da crise estas estratégias acabaram por cair um pouco por terra. Na atualidade a União Europeia está mais atenta às questões ligadas ao alto nível de desemprego e à criação de postos de trabalho, por exemplo.

No contexto da sociedade contemporânea podemos dizer que o emprego é visto como a principal garantia, no que toca aos recursos económicos das famílias, ao mesmo tempo torna-se uma ferramenta, fundamental, contra o risco de pobreza. O trabalho não influencia a qualidade de vida dos indivíduos só ao nível dos rendimentos, mas também o mercado de trabalho funciona como meio de integração em sociedade, pois quando se trabalha sentimo-nos mais realizados pessoalmente e ao mesmo tempo o emprego acaba por ajudar a formar um determinado estatuto social. Ter emprego é muito importante para os indivíduos em sociedade, permitindo-lhes ter uma maior qualidade de vida quando isso acontece.

Pela análise deste inquérito verificamos que, a maioria dos inquiridos trabalhavam (57,9%), sendo importante analisar se eles se encontravam satisfeitos com o trabalho que desenvolviam, esta situação foi avaliada numa escala de 1 (mau) até 10 (muito bom), em média os indivíduos fazem uma avaliação positiva no que diz respeito à satisfação com o seu trabalho pois apresentam uma média de satisfação de 7,4, como podemos observar na figura 31. Podemos, ainda, verificar que nenhum inquirido avaliou com 1 a sua satisfação perante o seu trabalho e ainda que uma percentagem dos inquiridos que trabalha, ou seja, 6,8% atribuiu a nota máxima, 10.

Quanto ao nível de satisfação que os inquiridos apresentam quando questionados sobre o seu nível de satisfação, relativamente ao salário que recebem, verifica-se que, o nível médio de satisfação é de 6,2, como podemos verificar na figura 31, assim podemos concluir que quando tratamos de aspetos económicos o nível de satisfação dos inquiridos já é mais baixo, também verifica-se que uma percentagem de inquiridos que trabalham 1,6% avaliou a sua satisfação relativamente ao seu salário com 1, isto é, o valor mais baixo da escala de avaliação e só 2,9% dos inquiridos que trabalham avaliaram o seu nível de satisfação relativamente ao salário com o valor máximo da escala, 10. De modo geral é este tipo de situações que verificamos, também, no total do país porque quando se abordam os aspetos económicos a maioria dos portugueses apresentam-se descontentes e pouco satisfeitos.

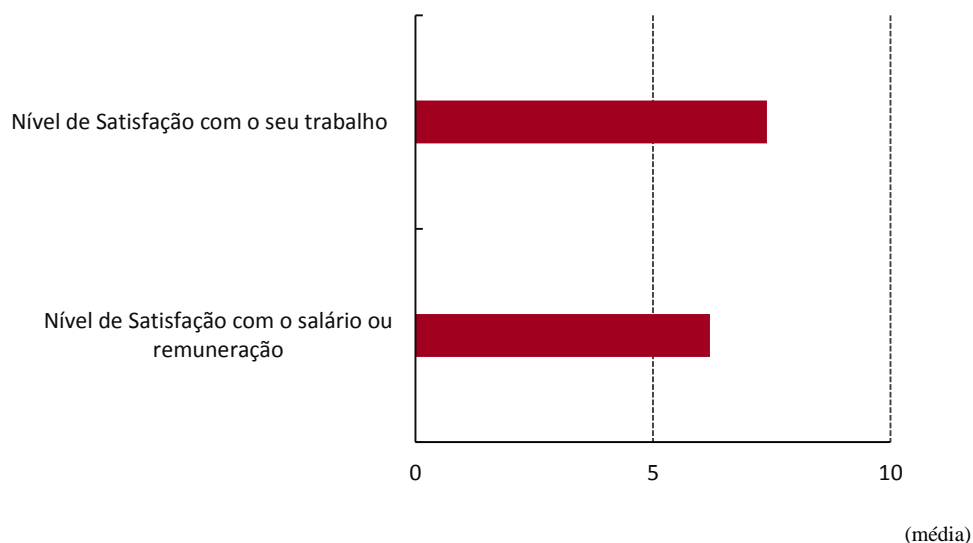


Figura 31-Média do nível de satisfação dos inquiridos com o trabalho e com o salário, no Grande Porto, (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Como já foi tratado na primeira parte da presente dissertação relativamente ao tema da crise, foi visível que ela provocou impactos em todo Mundo. Despertou nos E.U.A mas, rapidamente, se difundiu por todo Mundo, a nível Europeu podemos ver que esta crise não foi sentida da mesma forma por todos os seus 27 membros, pois, cada um apresenta realidades distintas, por esta razão é normal que tanto o impacto como a amplitude da crise fossem sentidos de maneira diferente entre os vários membros.

Como vimos esta crise fez-se sentir muito para além do setor financeiro e económico, visto que, teve um forte impacto na vida de milhões de indivíduos. A presente crise que se faz sentir em Portugal desde 2008, gerou problemas em toda a estrutura etária, os jovens sofreram e sofrem com o desemprego, o que influencia, sem dúvida, a sua qualidade de vida, o agravamento da situação no mercado de trabalho faz com que alguns jovens adiem a sua entrada na vida ativa e prolonguem o tempo de permanência no sistema educativo, pois acreditam que com um aumento das suas qualificações acabarão por conseguir entrar mais, rapidamente, no mercado de trabalho. No entanto, mais educação não resulta, necessariamente, em mais empregos, por vezes, acontece o contrário, atualmente existe até um problema de sobre qualificação, visto que muitos jovens com níveis académicos elevados não encontram emprego, porque as qualificações exigidas são inferiores às que possuem. Esta situação afeta o bem-estar objetivo e subjetivo, pois corresponde a uma não concretização das expectativas. Os idosos também viram as suas condições de vida piorarem por causa da crise, com os cortes nas suas reformas e com a subida de preços de muitos

serviços e produtos, a título exemplificativo, com o aumento do acesso à saúde, da alimentação, entre outros, muitos idosos tiveram de fazer cortes nestes bens. Quanto à população ativa, esta sofreu um forte aumento dos impostos, uma redução dos seus salários e outros, ainda, acabaram por ser despedidos dos seus empregos o que fez com que muitos lares passassem por muitas dificuldades neste período de crise, sem deixar de referir que muitos viram a sua idade de reforma a ser adiada e a terem de trabalhar por mais uns anos.

De maneira geral os portugueses ainda se apresentam satisfeitos com as suas vidas, mas quando tocamos nas questões económicas já é notório um sentimento contrário, ou seja, uma insatisfação. Segundo o inquérito em análise podemos verificar que os indivíduos inquiridos, afirmam que tinham uma melhor Qualidade de Vida há cinco anos atrás, com uma avaliação média de 7,4, comparando com a Qualidade de Vida que têm atualmente, visto que, os inquiridos classificaram a sua Qualidade de Vida atual com uma média de 6,2, como podemos observar na figura 32.

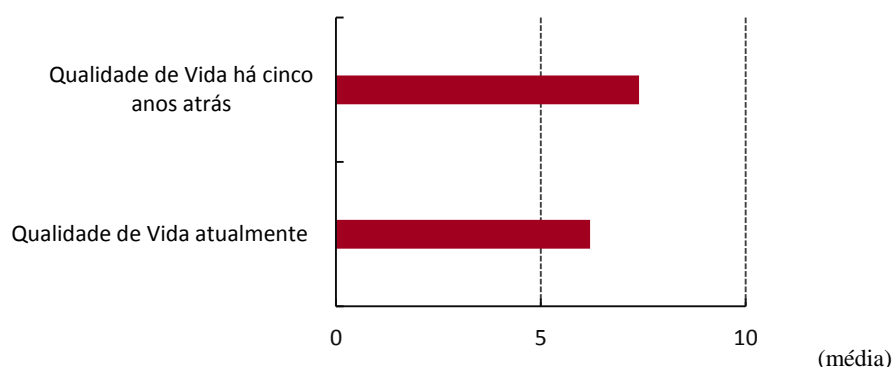


Figura 32- Média da avaliação da Qualidade de Vida atual e há 5 anos atrás, Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Podemos dizer que esta diminuição da avaliação da Qualidade de Vida de há cinco anos atrás até ao presente, é sem dúvida uma consequência dos vários problemas económicos e sociais provocados pela crise já referidos acima.

Pela análise da figura 33 podemos verificar que, uma elevada percentagem dos inquiridos afirma que a sua situação financeira não está nem melhor nem pior quando, comparada com a maioria dos Portugueses, com uma percentagem de 38,9% dos inquiridos, seguida por uma percentagem de 25% dos inquiridos que afirmam que a sua situação financeira se encontra um pouco pior, e para 18,4% dos inquiridos a sua situação financeira está um pouco melhor. Só uma percentagem de 3,4%, dos inquiridos afirmam que a sua situação financeira é muito melhor, quando comparada com o resto dos portugueses. Ainda tendo por base a mesma figura, podemos

verificar que cerca de 35% dos inquiridos (somando a percentagem inquiridos que avalia a sua situação financeira como muito pior e um pouco pior), consideram que a sua situação financeira é mais complicada quando comparada com o resto da população Portuguesa.

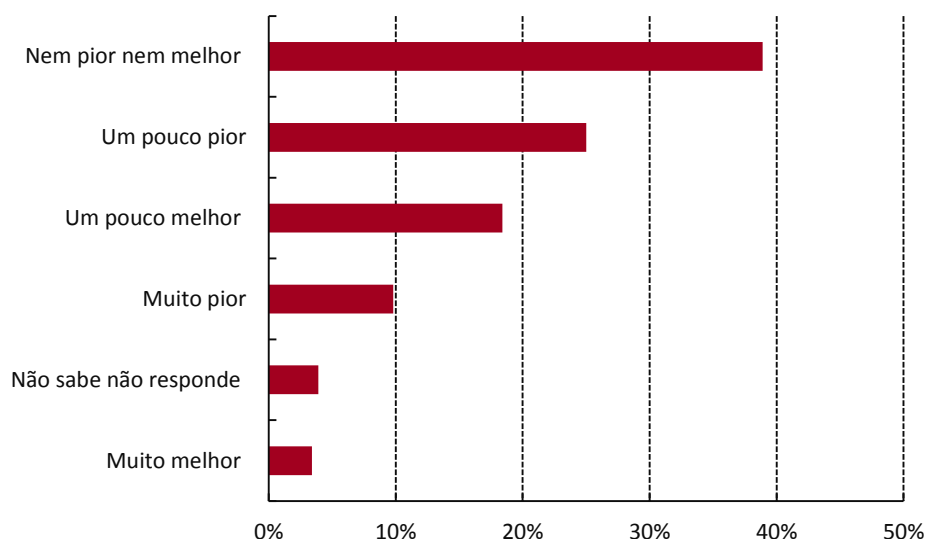


Figura 33- Percentagem da comparação da situação financeira dos inquiridos com a situação da maioria dos Portugueses, Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Também verificamos que ao longo desta crise muitas famílias portuguesas deixaram de conseguir pagar as suas contas, quer devido ao desemprego, quer porque têm menos rendimento disponível, fruto dos cortes nos salários, aumento de impostos e aumento dos custos dos bens essenciais. Assim, procuramos analisar o seguinte, tendo em conta que numa família podem existir várias fontes de rendimento e mesmo haver várias pessoas a trabalhar e tendo em conta o rendimento mensal do agregado familiar, procuramos verificar se a família dos inquiridos se consegue ou não sustentar. Verificamos assim que a maioria dos inquiridos (43, 8%), respondeu que se conseguia sustentar razoavelmente, 17,7%, dos inquiridos consideram que se conseguem sustentar com alguma dificuldade, 15,7%, dos inquiridos considera que se conseguia sustentar facilmente, 2,3%, dos inquiridos se consegue sustentar muito facilmente e 5,7% apresentam muita dificuldade, como podemos verificar na figura 34.

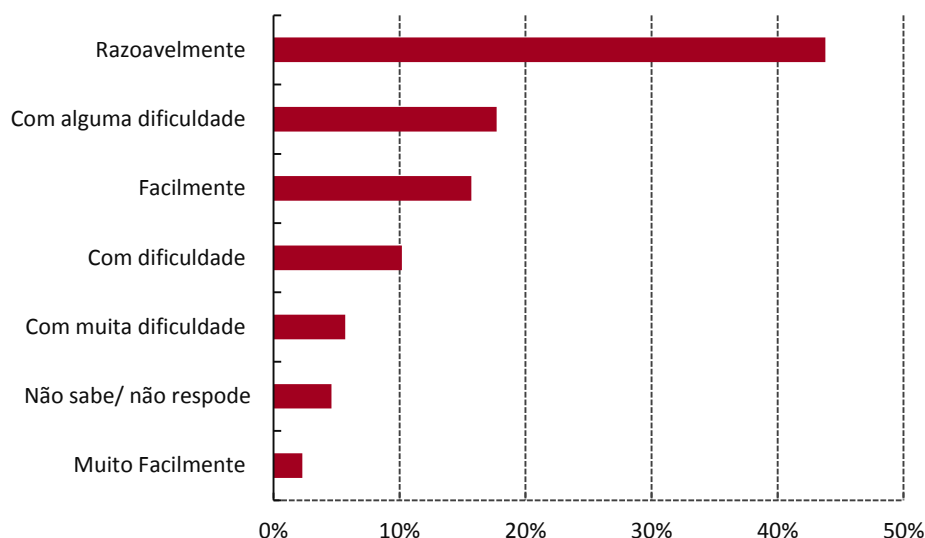


Figura 34- Percentagem do agregado familiar dos inquiridos no que diz respeito à sua forma de sustento, Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Como já referimos atrás, a crise, faz com que muitos indivíduos deixem de poder fazer algumas coisas que gostam e mesmo de ter acesso a determinados bens e serviços, como por exemplo, deixar de conseguir fazer férias longe da sua casa, fazer cortes nos gastos com a alimentação, com a habitação, com o vestuário, na vida social, entre outros aspetos.

Relativamente ao inquérito em análise também tratamos um conjunto de questões relativas ao agregado familiar dos inquiridos, com o objetivo de percebermos se eles podiam adquirir ou ter acesso se quisessem a vários bens e serviços, como por exemplo, manter a casa aquecida, tirar uma semana de férias por ano longe da sua casa (não ficando em casas de familiares ou amigos), substituir alguma mobília que já se encontrava velha ou degradada, fazer uma refeição de carne, frango ou peixe de dois em dois dias, comprar roupa nova em vez de em segunda mão, receber amigos ou familiares para tomar uma refeição, pelo menos uma vez por mês, se os indivíduos não podem praticar estas ações, podemos dizer que se encontram perante uma privação material. Este conjunto de questões foi importante pois tinha o objetivo de verificarmos de que modo os recursos económicos de que cada agregado familiar dispunha influenciava este tipo de questões.

Como podemos observar na figura 35, quando abordamos o tema de tirar uma semana de férias, por ano verificamos que uma percentagem de 50,4% dos inquiridos o pode fazer se quiser e que uma percentagem de 36,3% dos inquiridos não o pode fazer mesmo que queira, é verificável também que uma boa percentagem de inquiridos 13,4% não respondeu o que é bastante elevado,

podemos retirar daqui que pouco mais de metade dos inquiridos podem fazer férias deste tipo o que reflete bastante o estado da nossa economia.

Analogamente a questão de substituir a mobília que se encontra mais velha ou degradada é visível que 53,4% dos inquiridos o pode fazer se quiser, e 30,7% não o pode fazer mesmo que queira, enquanto 15,8% não responderam. 74,6% dos inquiridos pode manter a sua casa aquecida se quiser, ao contrário de 14,8% que não o podem fazer mesmo que queiram e ainda um percentagem bastante elevada de inquiridos que não se manifestou, 10,5%. A nível do vestuário verificamos que, 76,4% dos inquiridos pode comprar roupa nova se quiser e que 11,6% dos inquiridos não o pode fazer mesmo que queira, e que uma percentagem significativa de inquiridos 12% não se manifestou neste assunto. 90,2% dos inquiridos afirma que pode fazer se quiser uma refeição com carne, frango ou peixe de dois em dois dias, se quiser, e 3,9% dos inquiridos não o pode fazer mesmo que queira. Segundo o presente inquérito podemos verificar que quase todos os inquiridos podem fazer este tipo de refeições. 80,5% dos inquiridos, se quiser pode receber amigos ou familiares nas suas habitações para tomarem uma refeição, pelo menos uma vez por mês, ao contrário de 8,6% de inquiridos que mesmo que o queiram fazer não podem, notamos ainda que uma percentagem significativa dos inquiridos não respondeu 10,9%.

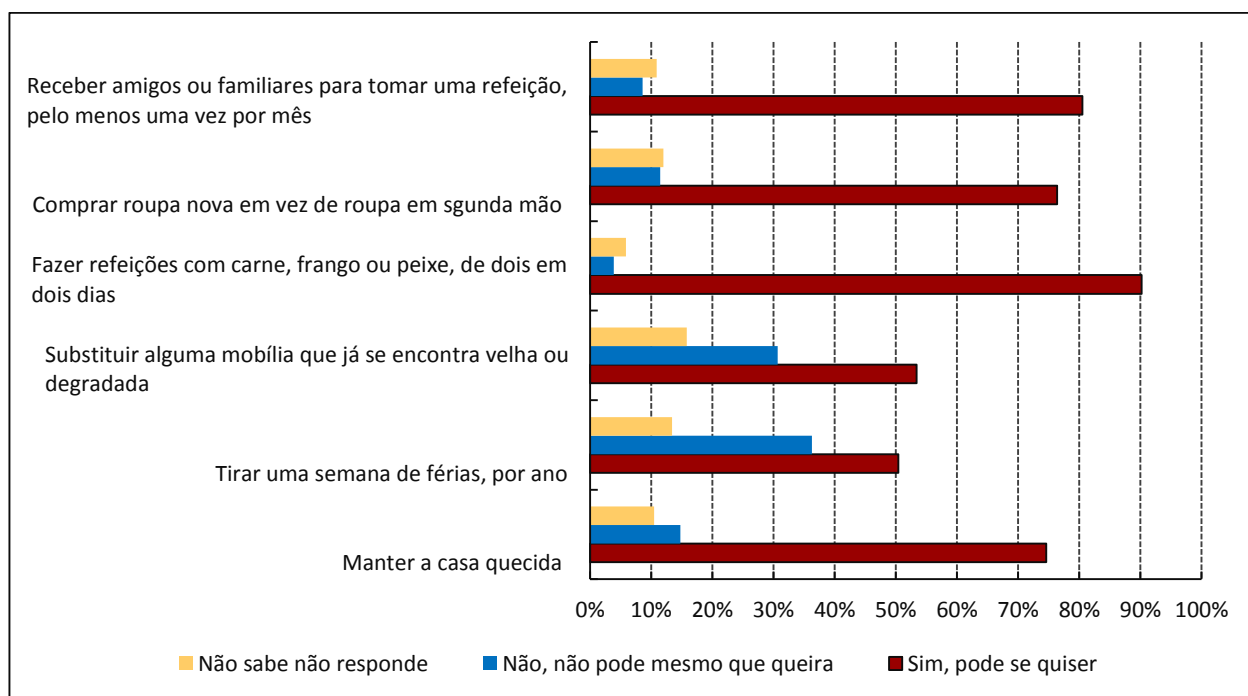


Figura 35- Percentagem dos indivíduos que deixaram poder adquirir determinados bens, no Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Outro dos problemas relacionados com a crise é sem dúvida o facto de, muitos agregados familiares em Portugal deixaram de conseguir pagar as suas contas, pois como já foi mencionado várias vezes viram os seus salários a diminuir, os impostos a aumentar, assim como, o preço dos bens de consumo. Tudo isto levou, muitas vezes os portugueses a recorrerem a créditos de consumo ou por vezes eram obrigados a pedir empréstimo a familiares ou amigos, endividando-se, o que sem dúvida tem consequências na sua qualidade de vida

No inquérito em análise e tratando o problema dos atrasos dos pagamentos dos agregados familiares, por não ter dinheiro, nos últimos 12 meses, podemos verificar que relativamente à renda ou à prestação da casa 6,1% dos inquiridos respondeu que nos últimos 12 meses se tinha atrasado neste tipo de pagamento, já 82,5% inquiridos respondeu nunca se ter atrasado e 11,4% dos inquiridos não respondeu a esta questão. Também observamos que 11,3% dos inquiridos não se atrasou com as despesas da eletricidade, da água ou do gás, ao contrário de 78,4% que não se atrasaram nestes últimos 12 meses neste tipo de pagamentos e voltamos a verificar que uma boa percentagem de inquiridos 10,3%, não se manifestou quanto a esta questão. No que toca a um atraso nos pagamentos relacionados com o crédito ao consumo, muitos indivíduos o efetuaram para recorrerem à compra de automóvel, de imóveis, entre outras coisas, verificamos que 5,4% dos inquiridos afirma que se atrasou no pagamento deste crédito, e 80,7% inquiridos afirma que não se atrasou neste tipo de pagamentos mas, 13,9% dos inquiridos não se manifestaram. Quando tratamos o atraso nos pagamentos relacionados com os empréstimos contraídos junto de familiares ou amigos, podemos verificar que 6,8% dos inquiridos já se atrasou nos pagamentos nestes últimos 12 meses, ao contrário de 77,7% dos inquiridos que nunca se atrasou nos pagamentos e verificamos também que, uma percentagem elevada, de inquiridos, 15,5% não responderam à questão como podem verificar na figura 36.

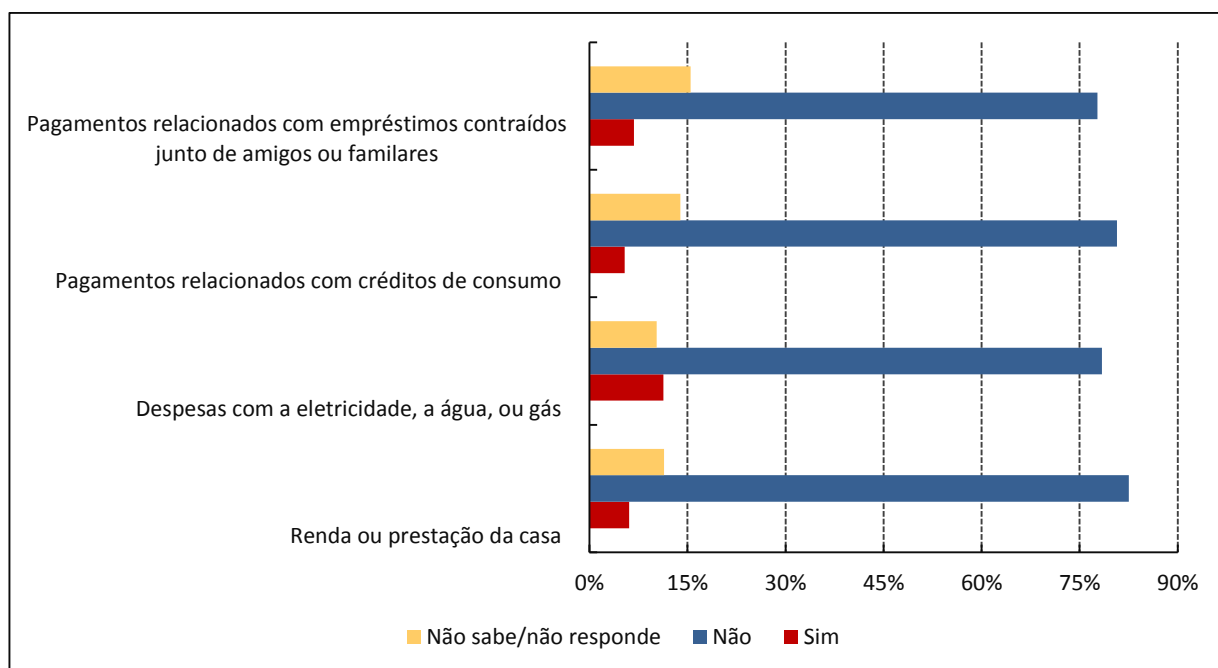


Figura 36- Percentagem do agregado familiar dos inquiridos que atrasaram os seus pagamentos, porque não tinham dinheiro nos últimos 12 meses, Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Ainda relativamente ao tema da crise não poderíamos deixar de perceber como é que os inquiridos comparam a situação financeira do seu agregado familiar nos últimos 12 meses, isto é, se a avaliam melhor, pior ou igual. Esta questão é importante pois permite-nos ver como os inquiridos avaliam a sua situação financeira neste momento. Como podemos observar pela figura 37, mais de metade dos inquiridos, ou seja, 54,1% dos inquiridos avalia a sua situação financeira igual a dos anos anteriores, mas também é verificável que, 33,2% dos inquiridos apontam que a situação financeira do seu agregado familiar se encontra pior nestes últimos doze meses, ao contrário de 6,3% dos inquiridos que afirmam que a sua situação financeira se encontra melhor comparada com a dos últimos doze meses. O que nos permite ver que há muitos inquiridos insatisfeitos com a sua situação financeira e que a crise, causa, um impacto pesado na vida dos Portugueses.

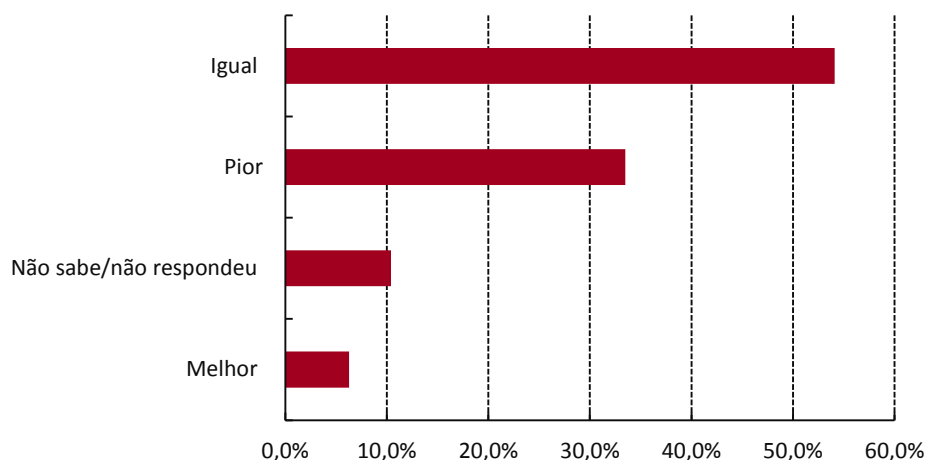


Figura 37-Percentagem da situação financeira do agregado familiar do inquirido há 12 meses atrás Grande Porto (Fonte: Base de dados do inquérito Hábitos de Consumo e Locais de Consumo e Lazer e Níveis de Satisfação, CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 2014/2015)

Como sabemos quando abordamos o tema da crise, podemos verificar que é algo que influencia o dia-a-dia da população portuguesa, de maneira geral verificamos que os portugueses se apresentam satisfeitos com as suas vidas, mas quando abordamos os temas económicos apercebemo-nos logo que isso lhes causa uma certa insatisfação. Como podemos verificar no inquérito, os inquiridos de maneira geral, apresentam bons níveis de satisfação, mas quando abordamos situações financeiras verificamos que existe uma diminuição da satisfação, o que acaba por ter impactos nas suas vidas.

Sabemos também que esta crise diminuiu o bem-estar de muitas famílias portuguesas pois tornaram-se muito mais vulneráveis economicamente o que as faz estar menos satisfeitas com a vida.

Conclusão

O Caminho Feito

Retomando o subtítulo do nosso trabalho: “o Caminho faz-se caminhado”, pensamos que o nosso trabalho assentou em processos de aprendizagem sistemática, em situações formais e informais de formação e pesquisa, em interação com as tarefas que desenvolvemos, em interação com os outros e em interação connosco próprios. Desenvolvemos ciclos sucessivos de reflexão sobre as respostas dos nossos inquiridos e as questões que ao longo do processo emergiram.

Caminhámos, fazendo o caminho juntos, construindo espaços e tempos de interação e aprendizagem na diversidade com pessoas tão diferentes e tão iguais, fundamentais para o questionamento ao longo dos percursos efetuados.

Com efeito, cumpriu-se mais uma etapa, que consideramos como um contributo fundamental para a consolidação do nosso desenvolvimento académico, e ponto de partida para novas caminhadas, pois não vemos este trabalho como um produto acabado.

O nosso projeto assumiu a forma de estudo qualitativo, sendo marcadamente evidentes a abordagem interpretativa e naturalista do problema, já que se realizou no seu ambiente natural na base de um quadro multimetodológico, procurando dar sentido ou interpretar os fenómenos, a partir da observação dos mesmos. Fomos, então, uma espécie de *bricoleur*⁴⁰ (Levi- Strauss 1970), que recolhe e vai colando os vários fragmentos, que depois analisa e interpreta, sobre o pano de fundo dos referenciais teóricos que escolheu para enformar. Chegando ao fim deste caminho é o momento de enunciarmos as principais conclusões, tentando sintetizar o que até aqui foi desenvolvido.

O pressuposto que balizou o nosso trabalho era que há uma relação óbvia e indissociável entre a crise e a Qualidade de Vida.

O ano de 2008, foi marcado pelo surgimento da crise nos mercados financeiros. Esta altura foi assinalada por vários problemas nos mercados financeiros mundiais e acabou por gerar uma forte perda de confiança dos investidores na falta de liquidez dos bancos, o que acabou por afetar vários agregados familiares e a economia em geral. Esta crise que se iniciou nos E.U.A, foi

⁴⁰ “A característica do pensamento mítico, como a do bricolage, no plano prático, é elaborar conjuntos estruturados, não diretamente com outros conjuntos estruturados, mas utilizando resíduos e fragmentos de acontecimentos “(Lévi- Strauss, 1970:43). É neste sentido de sujeito que não lida com algo previamente delimitado nem possui um caminho pré-concebido que utilizamos o termo *bricoleur* e o de bricolagem para identificar o trabalho de construção de significações, a partir da ligações/colagem de observações e interpretações procuradas.

caracterizada como a maior crise financeira desde o Crash da Bolsa de 1929.

Portugal, acabou por ser um dos países da Europa que mais sofreu com os impactos da crise, pois existiu uma necessidade de solicitar ajuda externa internacional no ano de 2011, o que piorou ainda mais o dia-a-dia dos portugueses. Anexo a este pedido de ajuda e com a finalidade de resolver o problema do défice económico, o nosso país acabou por ter de implementar um conjunto de medidas políticas, que tinham por princípio contrariar os efeitos nocivos provocados pela crise e promover uma recuperação económica.

É, então, importante que os designados a exercer cargos de liderança os encarem como uma oportunidade para o seu desenvolvimento profissional, mas sobretudo para o desenvolvimento da sociedade. O seu poder deve ter como sustento motivar os cidadãos para a ação num contexto democrático através da capacitação dos intervenientes para os processo de mudança pretendidos, ou seja, contribuir para ultrapassar a atual crise e reconstruir uma sociedade melhor e mais igual.

Na nossa sociedade está muito presente a separação entre quem detém o poder e quem o sofre é uma inevitabilidade das sociedades organizadas, não sendo aceitável a utilização arbitrária por quem o detém, até porque, se as organizações se fazem com todos, não chega ter o poder, é necessário acima de tudo, saber e exercer o poder para que evolua de poder decretado para poder legitimado, concebido de forma livre e responsável. Na verdade, o conceito, de incerteza que paira sobre nós é tal que exige cidadãos motivados, empenhados e com esperança no futuro, conscientes do seu direito a ser gente, ser pessoa.

Contudo podemos dizer “que o que é a Qualidade de Vida para uns é indesejável para outros. Qualquer tentativa de a definir, quer no plano do conhecimento quer no plano da intervenção estaria assim maculada por uma normativa arbitrária” (Almeida, 1993:829). Desta forma podemos dizer que de maneira geral, a expressão Qualidade de Vida é usada para definir a qualidade ou algumas particularidades das condições de vida humana, tendo em conta vários aspetos essenciais como (a saúde, a habitação, a educação, o bem-estar físico e psicológico, emprego, salários), ou seja, todos estes aspetos dizem respeito as condições de vida quer de modo individual quer do modo coletivo. É notório que para um indivíduo a Qualidade de Vida não é só composta pelas condições de vida, pelos comportamentos e pelas preferências, também tem de se ter em conta a qualidade do meio ambiental, das instituições públicas e as relações em comunidade. Medir e controlar a Qualidade de Vida pode ser relevante, principalmente, quando nos encontramos num período de mudança social, económica, ou mesmo quando nos debatemos com o aumento das desigualdades sociais, questões que marcam a nossa atualidade. Como é

percetível, neste momento estamos perante uma crise económica e financeira que acabou por se tornar também social.

Quando tratamos o tema da Qualidade de Vida na presente dissertação, o nosso objetivo não era definir o conceito de Qualidade de Vida, mesmo não existindo uma formulação única deste conceito.

Relativamente a presente dissertação, podemos verificar que através da dimensão subjetiva (qualitativa), avaliamos os níveis de satisfação dos indivíduos residentes no Grande Porto, através de uma análise de 560 inquéritos, fornecidos pelo CEGOT da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Essa avaliação permitiu-nos concluir que, os indivíduos residentes no Grande Porto apresentavam bons níveis de satisfação, relativamente aos vários domínios (saúde, habitação, emprego, acessibilidades, educação, comércio, relações pessoais, entre outras) que compõem as condições de vida dos inquiridos no seu concelho de residência, ou seja de modo geral a média das suas avaliações relativamente a estes domínios apresentam uma avaliação média entre os 7 e os 8 numa escala de 1 (insatisfeitos) até 10 (satisfeitos), a título de exemplo, verificamos que os inquiridos avaliaram com uma média de 7,7, o seu grau de satisfação relativamente ao alojamento, às condições de acessibilidade, relativamente, ao grau de satisfação com a oferta de comércio, esta foi avaliada com uma média de 7,3.

Quando tratamos aspetos económicas, como por exemplo, o salário, podemos verificar que o nível de satisfação diminui comparativamente com outros domínios, podemos verificar que apesar de os inquiridos apresentarem um grau de satisfação positivo, nos que diz respeito ao salário com uma média de avaliação de 6,2. Quando comparamos, por exemplo, o grau de satisfação do salário com a satisfação com o trabalho com uma média de 7,4, podemos verificar que os inquiridos apesar de satisfeitos com o salário, este grau de satisfação não é muito elevado, o que nos permitiu perceber que as questões económicas causam impactos mais negativos nas condições de vida dos inquiridos. Outro aspeto a salientar é que de uma maneira geral os inquiridos, avaliam, satisfatoriamente os mais diversos aspetos mas quando nos referimos às questões económicas observamos que a sua satisfação diminui e é o ponto que apresenta mais queixas. Esta questão permite dizer que de maneira geral os portugueses apresentam-se satisfeitos com as suas vidas apesar de se encontrarem bastante insatisfeitos com as questões económicas.

Através do inquérito analisado podemos perceber que os inquiridos afirmam que a sua Qualidade de Vida diminui, ou seja, pedimos aos indivíduos para avaliarem a sua Qualidade de Vida agora e a cinco anos atrás, apesar de as duas avaliações apresentarem resultados positivos podemos verificar que os inquiridos avaliaram a sua Qualidade de Vida a cinco anos com uma

média de 7,4 ao contrário da avaliação que fazem hoje pois avaliam a sua Qualidade de Vida como pior, com uma avaliação média de 6,2. Podemos, assim, afirmar que, esta diminuição da Qualidade de vida tem a ver com a crise que assolou o nosso país em 2008, pois a partir do ano de 2011 fomos sujeitos a inúmeras medidas de austeridade após termos efetuado o pedido de resgate financeiro. Tendo ainda por base algumas questões do inquérito que, nos permitem verificar que, os inquiridos apresentam bastantes problemas financeiros, o que faz diminuir as suas condições de vida, por exemplo, verificamos que apesar de 38,9% dos inquiridos avaliarem a sua situação financeira, nem melhor nem pior, comparativamente com o resto dos portugueses, verificamos, também, que 25%, afirmam que a sua situação financeira se encontra um pouco pior que a dos restantes portugueses, o que nos permite verificar um certo descontentamento quando se comparam com o resto dos portugueses e que 9,8% dos inquiridos afirmam que a sua situação financeira esta muito pior quando comparada com os outros portugueses. Outro problema verificado tem a ver com o agregado familiar se consegue ou não sustentar, onde analisamos que 43,8% se sustenta razoavelmente, mas verificamos que existem inquiridos (17,7%) que apresentam alguma dificuldade, 10,2% com dificuldade e 5,7% com muita dificuldade. O que nos permite dizer que existem muitas famílias portuguesas a efetuar muitos cortes no seu dia-a-dia, e muitas dessas famílias acabam por apresentar uma maior risco de pobreza e de exclusão.

Contudo, podemos dizer que os inquiridos do Grande Porto avaliam positivamente a sua satisfação com a vida, mas verificamos que apesar disso se apresentam muito queixosos relativamente aos aspetos financeiros. Podemos ainda, dizer, que tendo por base este inquérito, os inquiridos avaliam que a sua qualidade de vida piorou nos últimos cinco anos.

Concluimos, coletivamente que a metodologia adotada e desenvolvida revelou-se bastante eficaz na identificação e reconhecimento dos fenómenos sociais (desemprego, níveis de escolaridade e estrutura etária) representados cartograficamente ao nível da AMP. Á primeira vista podemos dizer que se apresentam desigualdades tanto entre os vários concelhos da AMP, assim como, podemos dizer que apuramos desigualdades intraurbanas. Quando analisamos a AMP, comprovamos que o concelho do Porto assim com os concelhos do Grande Porto, concentram o maior peso da população residente, quando comparados com os concelhos que se encontram mais no interior, a título de exemplo podemos apontar os concelhos de Arouca e de Vale de Cambra. Podemos dizer que na AMP,⁴¹ “a fragmentação do espaço metropolitano traduz-se na presença de processos de (sub)urbanização que revelam uma oposição centro-

⁴¹ Retirada de file:///C:/Users/andreia%20feita/Dnloads/24TIPSOEC_AML_AMP_2011_PT.pdf

periferia, evidenciando a centralidade do município do Porto e uma coroa de expansão suburbana circunferencial que abarca os municípios de Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia”.

Relativamente ao fenómeno do desemprego olhando para as figuras onde representamos este indicador podemos dizer que o município do Porto se destaca visualmente nas questões relativas ao desemprego, assim como, os municípios, que fazem parte da coroa urbana, e o município de Espinho, ao contrário do que acontece com os municípios que se encontram mais afastados como os casos de Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis que apresentam uma menor taxa de desemprego. Podemos ainda, constatar que, também, existem assimetrias intraurbanas no que diz respeito ao desemprego, por exemplo, no concelho do Porto, podemos verificar que no centro deste existe um maior número de desempregados quando comparados com as freguesias da Foz do Douro e Nevogilde.

Notamos ainda que, no que diz respeito aos níveis de instrução que é no Porto e nos concelhos circundantes onde existe uma maior nível de instrução, ou seja uma maior percentagem de indivíduos com ensino superior e uma menor percentagem de indivíduos com um nível de instrução inferior ao básico, comparativamente, com os concelhos que se encontram mais no interior da AMP, como Arouca, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, o que nos permite afirmar que nos concelhos situados mais no interior da AMP, existe uma maior percentagem de indivíduos com um nível de instrução inferior ao básico e uma menor percentagem de indivíduos com um nível de instrução superior. Ao tratarmos aspetos intraurbanos, como exemplo, o concelho do Porto conseguimos apurar que no centro histórico do Porto existe uma maior percentagem de indivíduos com um nível de instrução inferior ao básico e uma menor percentagem de indivíduos com um nível de instrução superior. Podemos verificar que acontece o contrário nas freguesias da Foz do Douro e de Nevogilde, por exemplo.

Relativamente à estrutura etária da população apuramos que, na AMP o concelho do Porto se apresenta com a população mais envelhecida, assim como, o concelho de Espinho quando comparados com os outros concelhos que detêm uma maior percentagem de população jovem. Quando fazemos a análise intraurbana do município do Porto podemos dizer que, é o centro do Porto que concentra o maior número de população idosa quando comparamos com as freguesias mais próximas da faixa costeira.

Esta análise permite-nos dizer que, quando olhamos para AMP as desigualdades destes fenómenos sociais saltam à vista. Podemos salientar, também, que no município do Porto estas desigualdades ainda estão mais patentes, dado que a população apresenta um bom nível de

instrução, uma elevada taxa de desemprego e ao mesmo tempo uma população mais envelhecida. No concelho do Porto, confirmamos, ainda que, o centro urbano se apresenta bastante problemático pois aqui existe uma maior percentagem de desemprego, assim como, uma maior percentagem de população envelhecida e com um nível de instrução muito mais baixa, o que torna este território mais vulnerável e mais exposto a certos riscos, como a pobreza e a exclusão social. É ainda neste concelho que as desigualdades são mais patentes pois aqui encontramos indivíduos muito poderosos, assim como os indivíduos que se encontram mais vulneráveis, ou seja, podemos dizer que, no concelho do Porto as desigualdades são extremadas, pois aqui encontramos os indivíduos mais capacitados (jovens, instruídos e com emprego), assim como os indivíduos mais vulneráveis (idosos, sem emprego e sem escolaridade).

Por fim podemos dizer que a Área Metropolitana é composta de inúmeras desigualdades territoriais, entre os vários municípios que a compõem, entre os espaços intraurbanos que a constroem.

No que diz respeito aos objetivos deste trabalho, pensamos que cumprimos os objetivos a que nos propusemos e as metodologias utilizadas ao longo desta caminhada nos permitiram fornecer uma resposta às questões colocadas. O cumprimento deste trabalho sem dúvida alguma permitiu-nos alcançar, novas aprendizagens e novos métodos e técnicas de análise, que esperamos num futuro muito próximo poder aplica-las em futuros trabalhos.

No final desta caminhada, podemos dizer que, não acreditamos no sucesso do acaso, mas acreditamos no acaso que se planeia para o sucesso. Assim como acreditar é possuir antes de ter.

Referências bibliográficas

Anderson, R. & Dubois H. & Leoncikas T.& Sándor E. (2012), *Third European Quality of Life Survey Quality of life in Europe: Impacts of the crisis*. Office of the European Union, Luxembourg.

Almeida, M.A.B. & Gutierrez G.L. & Marquês R (2012). *Qualidade de Vida*. EACH

Almeida, N. M. A. N. (2005). *Exercício físico e bem-estar subjetivo em estudantes internacionais*. Dissertação de Licenciatura, Universidade de Coimbra, Coimbra

Agustinha, E.M.F.A (2013), *Dimensões da privação na Condição de vida dos idosos: Desigualdades no meio rural e urbano*, dissertação de Mestrado em sociologia, Universidade do Minho.

Baigorri, A.R. et al (2004). Cesubra Scientia, Revista do Centro de Ensino Superior Unificado de Brasília, 26

Brilhante, O.M. (1999). *Gestão e avaliação da poluição, impacto e risco na saúde Ambiental*, Scielo, 19-20

Campos, O. M & Neto J. F. R (2008). *Qualidade de Vida: Um Instrumento para Promoção de saúde*, Revista de Saúde Publica, Revista Baiana de Saúde Pública,243, (232-240). Acedido em Dezembro 26, 2014 em <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/qualidade-vida-instrumento-promocao-saude/qualidade-vida-instrumento-promocao-saude.pdf>

Cidade, M.M.A.C.C, (2013) *A Motivação em Época de Crise: Uma Investigação Interpretativista Sobre a Motivação de Profissionais em Portugal Durante a Crise Pós 2008*, Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa

Costa, S.I.S. (2014), *Impactos da Crise na Performance Económico-Financeira das Empresas*, Dissertação de Mestrado em contabilidade e finanças, Setúbal

Félix, A.P.P & Santos H.O. & Silva G.P. (2012). *Considerações teóricas sobre a qualidade de vida na terceira idade*. Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação,19-21 de outubro de 2021

Fernandes, M.G. (2008), *Cartografia programa, conteúdos e métodos de ensino*, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto

Fleck, M.P. S. Almeida & Louzada S, Leal, O. F (1999). *Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100*, Rev Bras Psiquiatr, 20. Acedido em Maio 4, 2015 em <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v21n1/v21n1a06.pdf>

Francelino, L.R.M. (2012). *O Índice de Desenvolvimento da Família Como Função CONTROLE Para Política Pública de Assistência Social*. Pós Graduação, Universidade Federal de Mato Grosso Sul. Campo Grande

Lima, H.M & Borba A.A (2011). *Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia*, Scileo, 2010, acedido em abril de 2015 em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a03.pdf>

Lourtie, P. (2011), *Portugal no contexto da crise do euro*, (061-105)

MARQUES, Teresa Sá (2002) *Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI)*, Porto, Tese de Doutoramento em Geografia Humana apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Martins, I.C.G. (2011). *Os territórios da qualidade de vida no Porto, uma avaliação das disparidades intra-urbanas*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto

Minayo, M. C. S & Hartz, Z.M.A & Buss, P. M (2000). *Qualidade de vida e saúde: um debate necessário*, Scielo, 8, 7-18. Acedido Fevereiro 4, 2015 em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>

Mendes, R. (2013). *Las escalas de la crisis. Ciudades y desempleo en España*, Madrid, Enero

Mendes, S.A.M (2014). *Validação do Youth Quality of Life Instrument para a população portuguesa YQOL-R*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia de Coimbra, Coimbra

Monteiro, A.C.M & Santos D.F. et al (2012). *Justiça Social*, 5

Pizzol, R.J. (2013). *Indicadores Objetivos e Subjetivos no Estudo da Qualidade de Vida em Doença Respiratória Crónica*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Ribeiro, D.M.M. (2011). *Qualidade de Vida em Contexto Urbano*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto

Rodrigues et al, 1999:p.66, *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal* Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, 09, 1999, p. 63-101

Seidl, E.M.F & Zannon, C.M.L.C (2004). *Qualidade de vida e saúde: aspetos conceituais e metodológico*, Secielo, 281, (580-588). Acedido Janeiro 6, 2015 em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/27.pdf>

Silva, G.B. (1981) *Citérios de Estratificação Social*, Secielo,, 38, (38-45). Acedido em Fevereiro 5, 2015

Santos, S.R.D. (2011). *A qualidade de vida urbana: aplicação de um inquérito online para avaliação da perceção individual*, Dissertação de Mestrado Universidade do Minho

Veiga, A. (2014). *O Programa Especial de Realojamento no Concelho de Valongo: Uma análise à Qualidade de Vida nos Bairros PER de Montes da Costa, Palmilheira e Galinheiro*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto

Verona, J.A. & Galina M.H. & Troppmair T.H. (2003). *Geografia e Questões Ambientais*, Mercator Revista Geográfica 04, 95. Acedido em Maio 4, 2015 em <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/153/121>

Verona, J. A. (2006). *Geografia do Crime e Contribuição ao Planeamento Sócio - Espacial do Município de Jundiaí-Sp*. Tese de Doutoramento, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Sites/Endereços eletrónicos

Observatório das desigualdades

<http://observatorio-das-desigualdades.com/category/publicacoes/artigos/> (visto 20/5/ 2015, 12.20h

Dados pordata

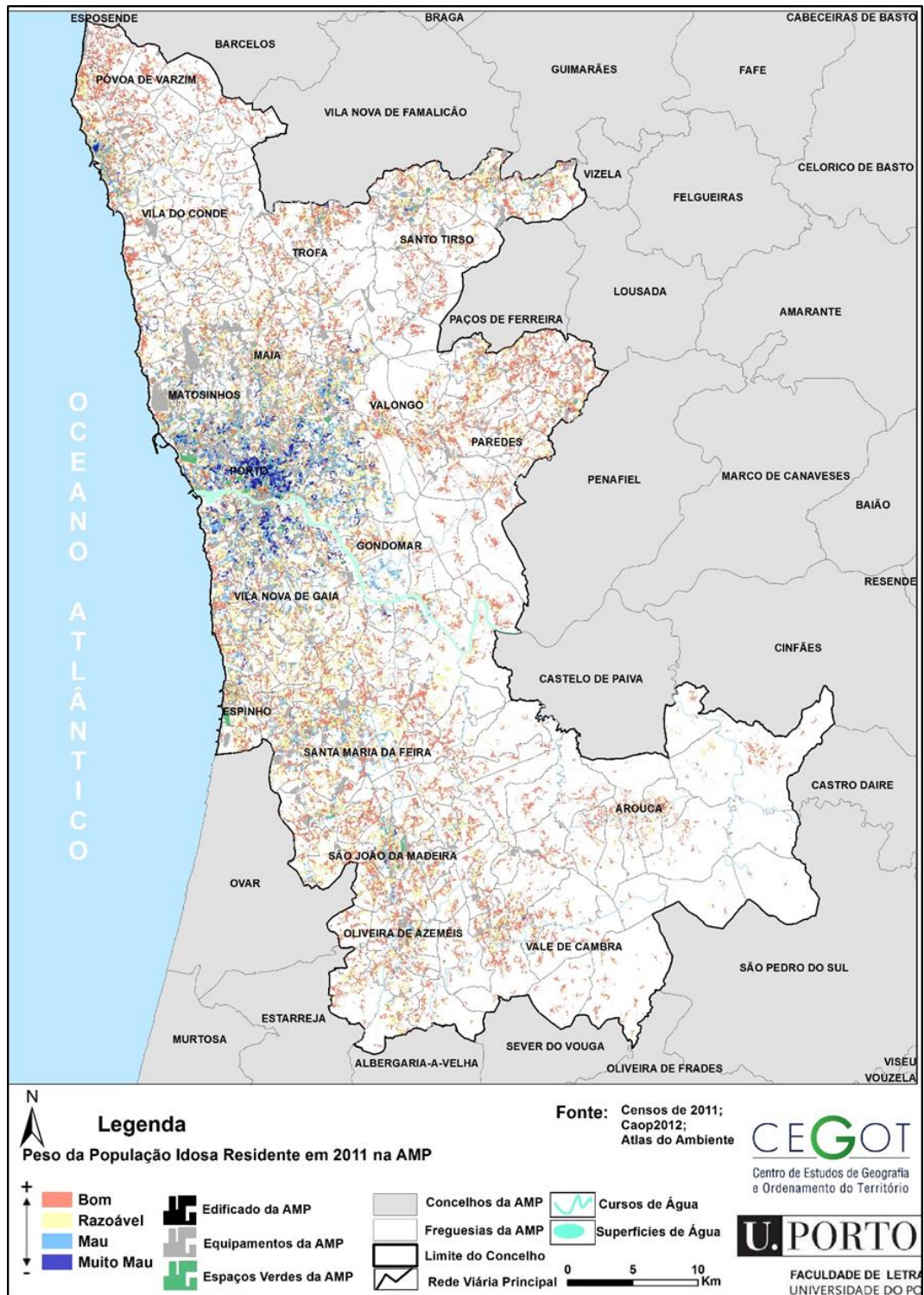
<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+s+exo-2517>, visto 16:40, dia 9/9/2015

Portal da AMP, <http://portal.amp.pt/pt/>, visto 2/08/2015, 15:43h

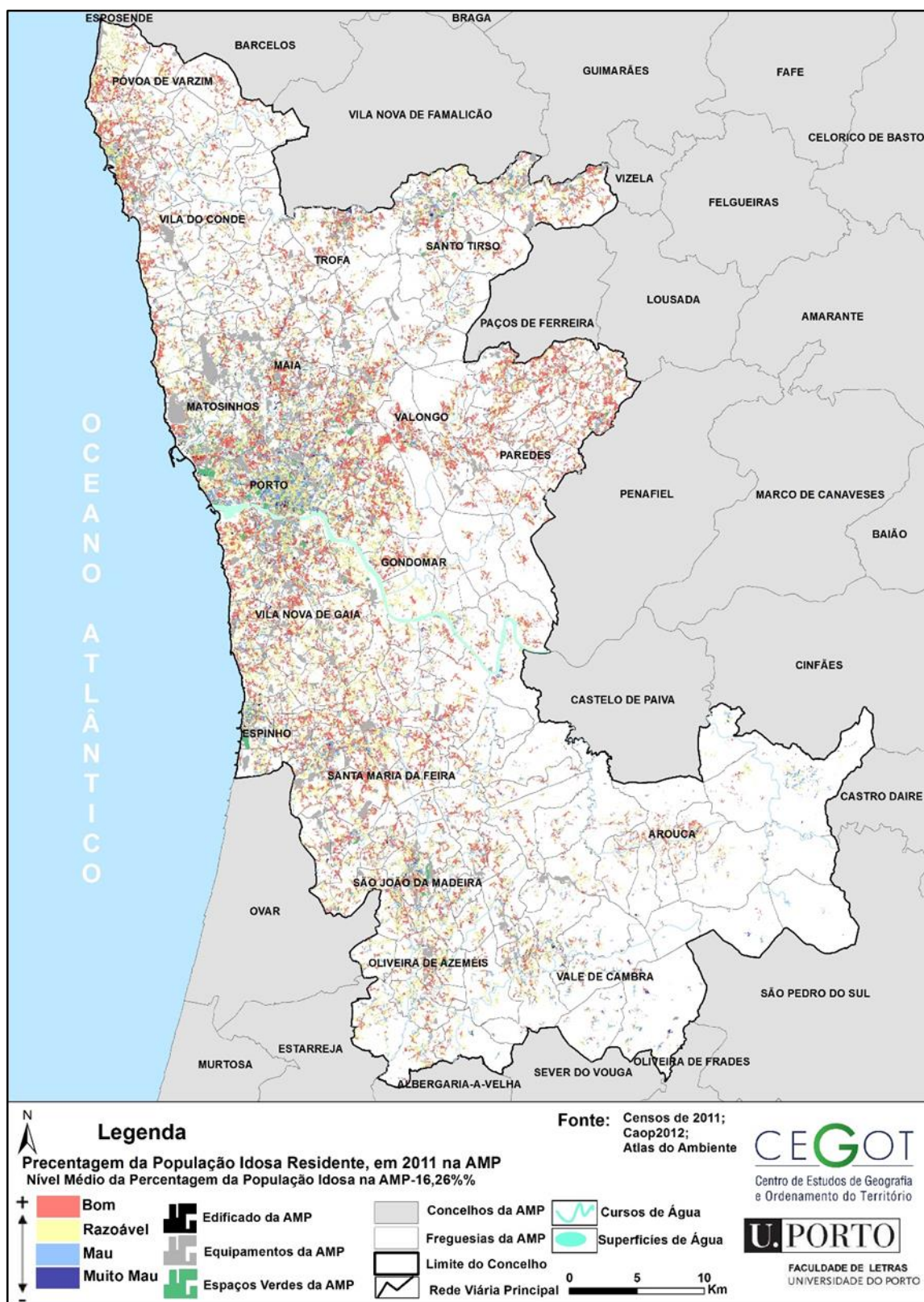
INE, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt, visto 23/1/2015, 11:11h

Anexos

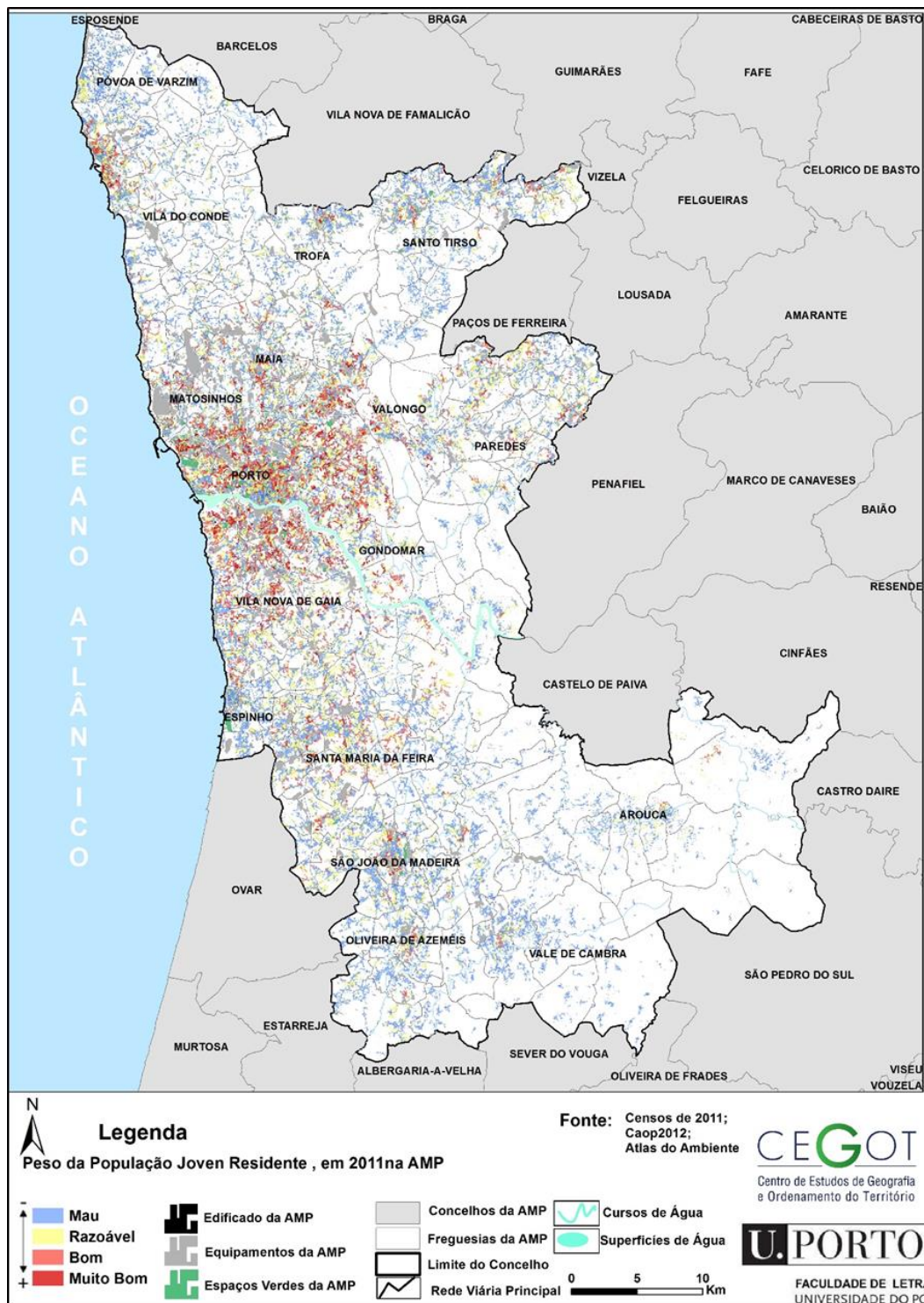
Anexo 1- Peso da População Idosa em 2011, na AMP



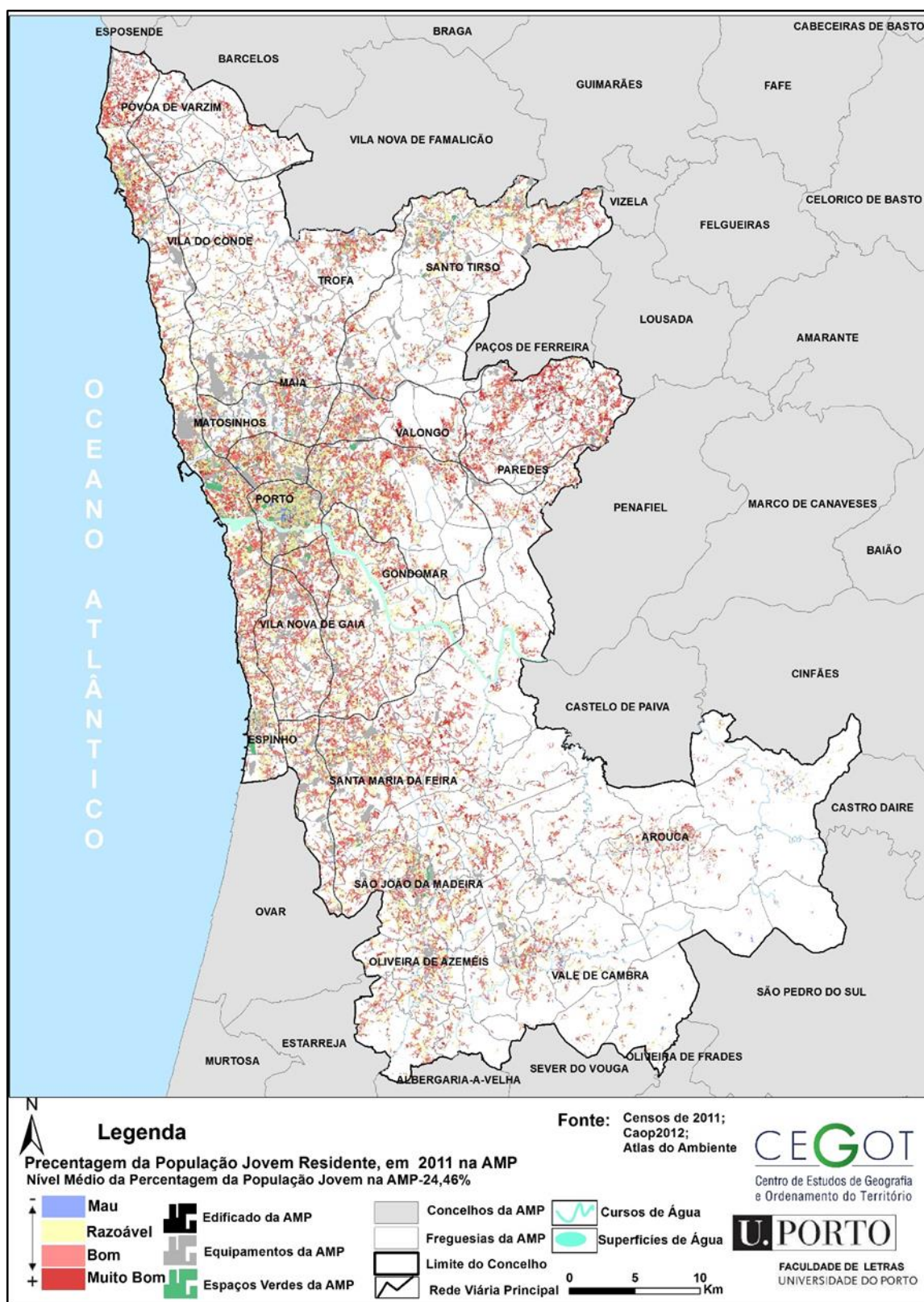
Anexo 2- Percentagem da População Idosa em 2011 na AMP



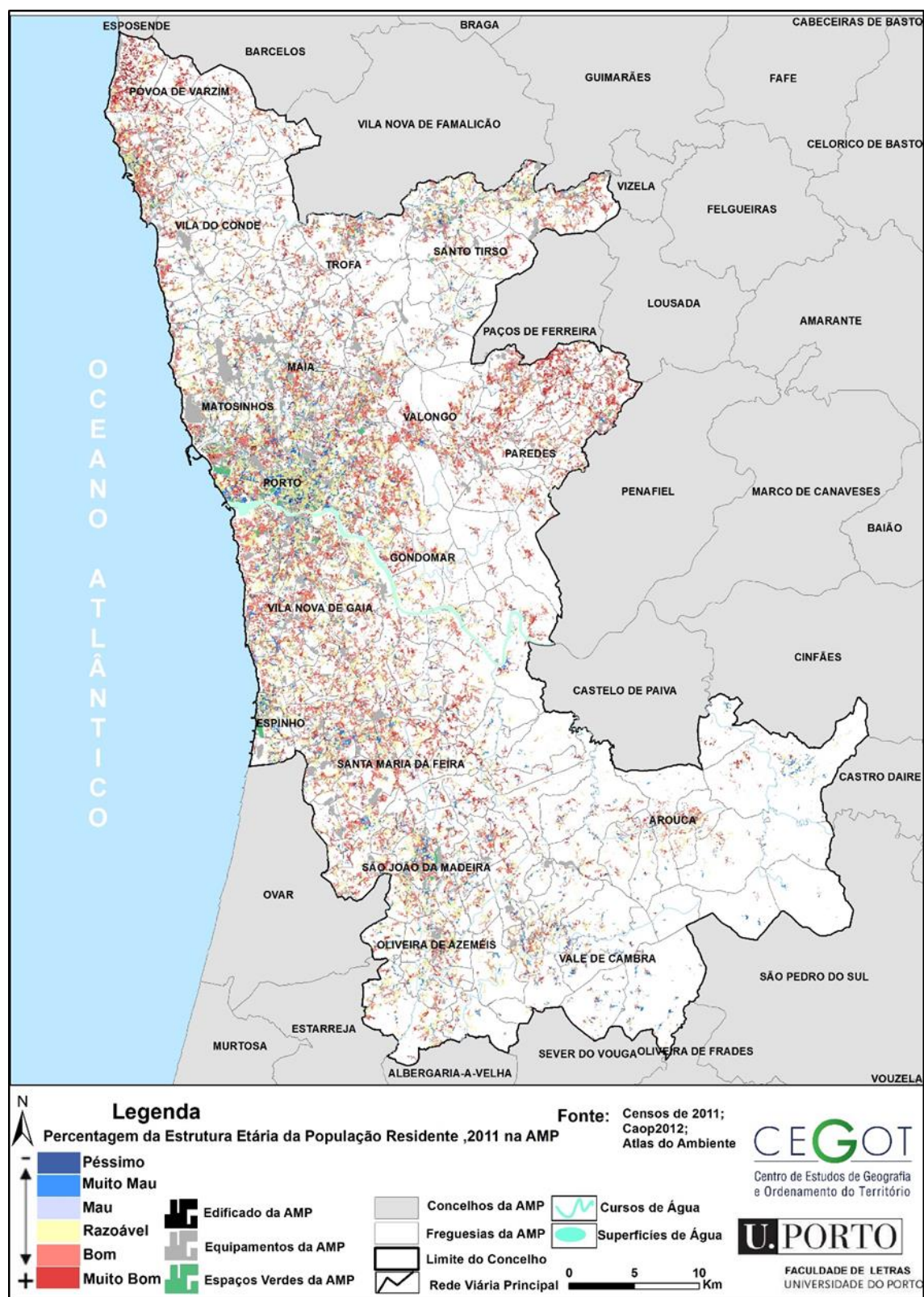
Anexo 3- -Peso da População Jovem Residente na AMP em 2011,



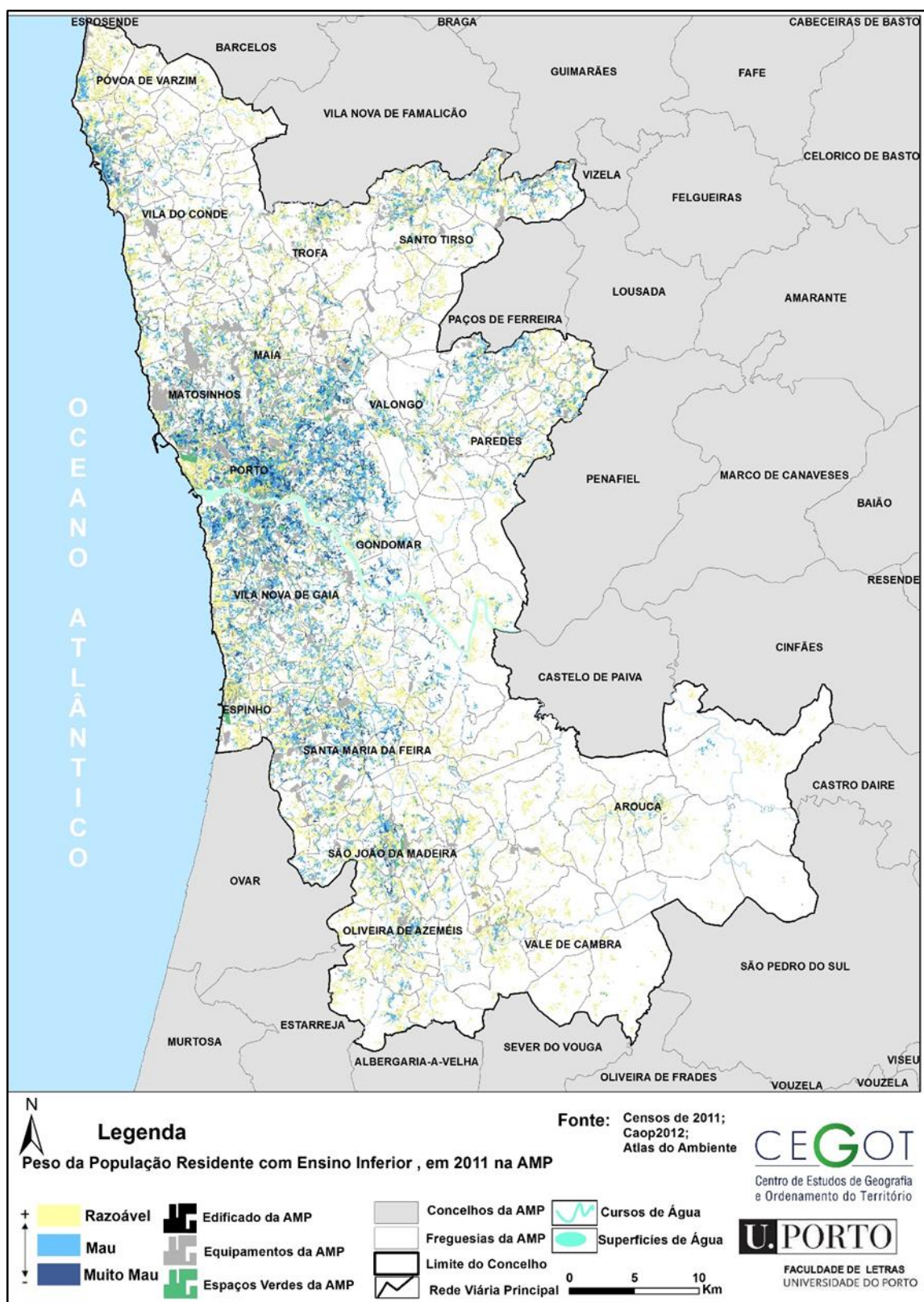
Anexo 4-Percentagem de População Jovem no AMP, em 2011



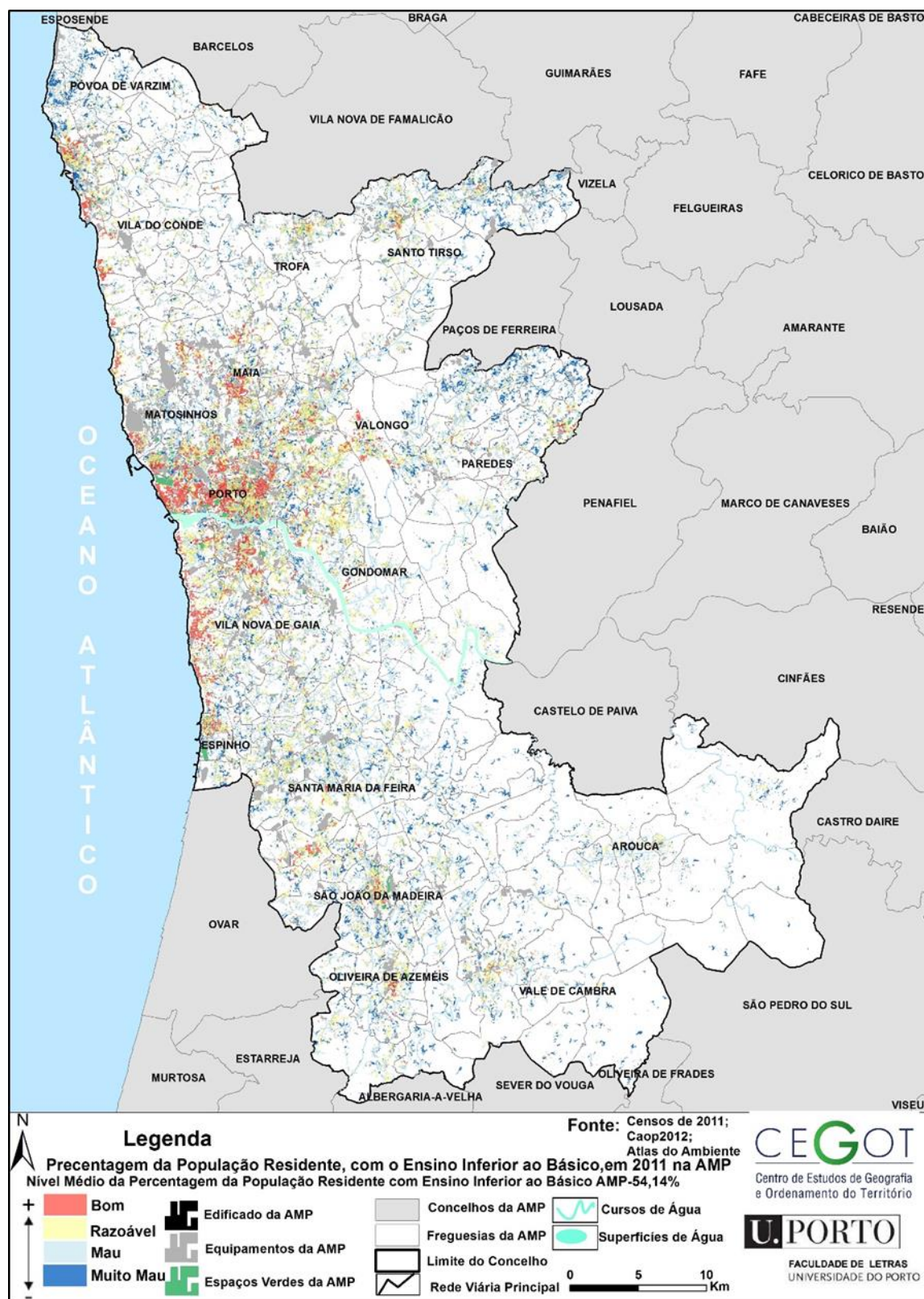
Anexo 5- Cluster Percentagem da Estrutura Etária da população residente na AMP



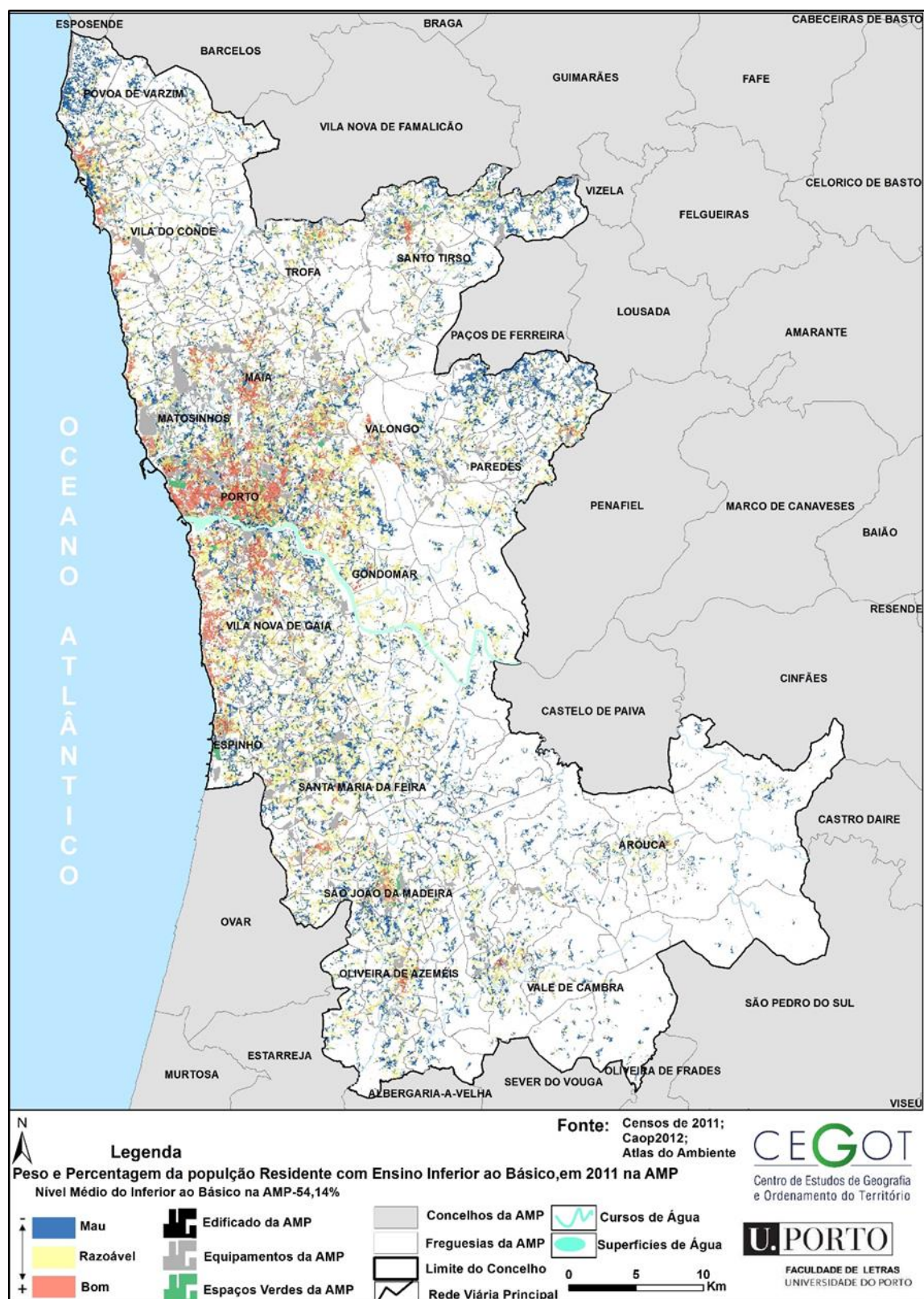
Anexo 6- Peso da População com um Nível de Instrução Inferior ao Básico na AMP, em 2011



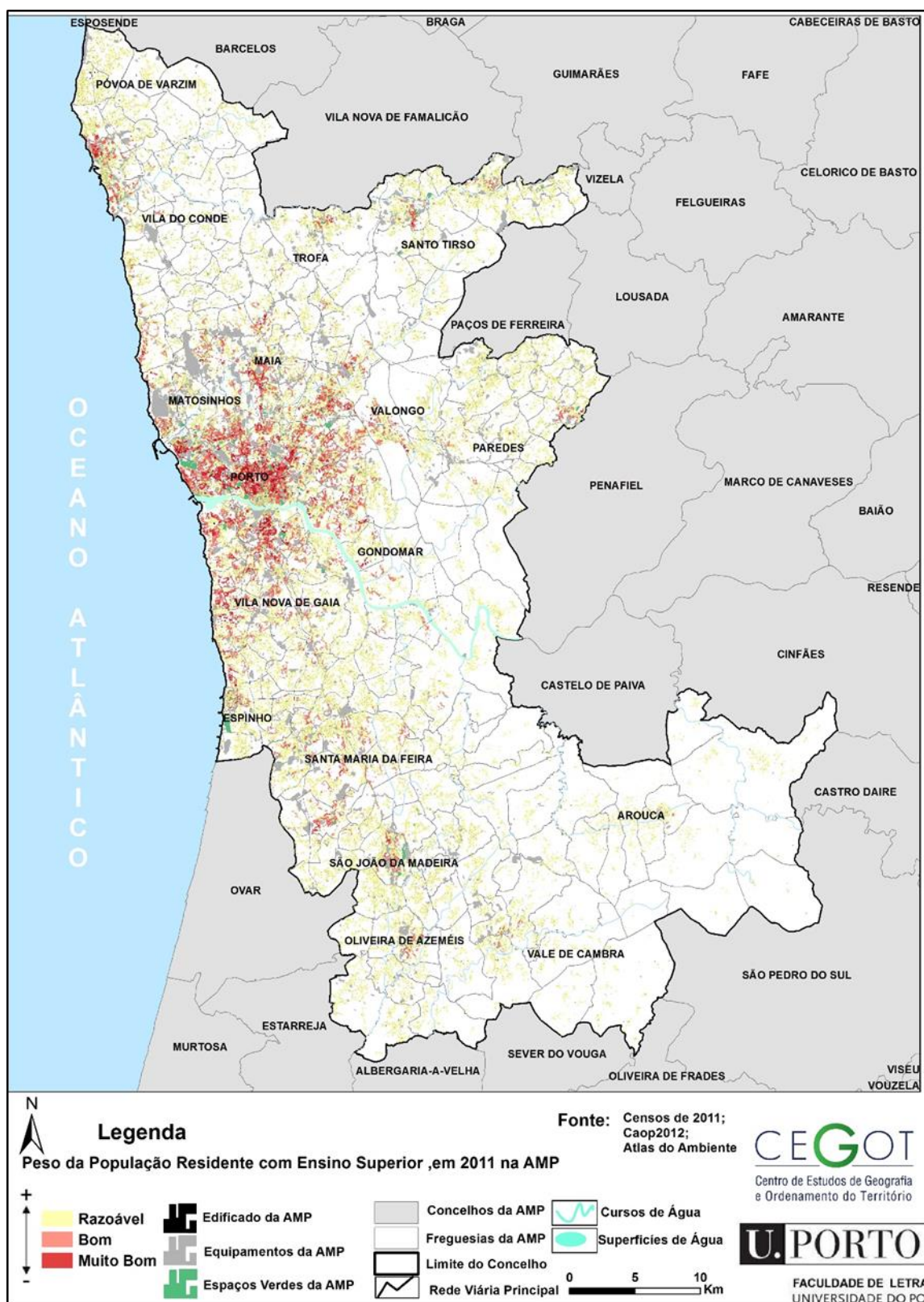
Anexo7 – Percentagem da População com um Nível de Instrução Inferior ao Básico na AMP, em 2011



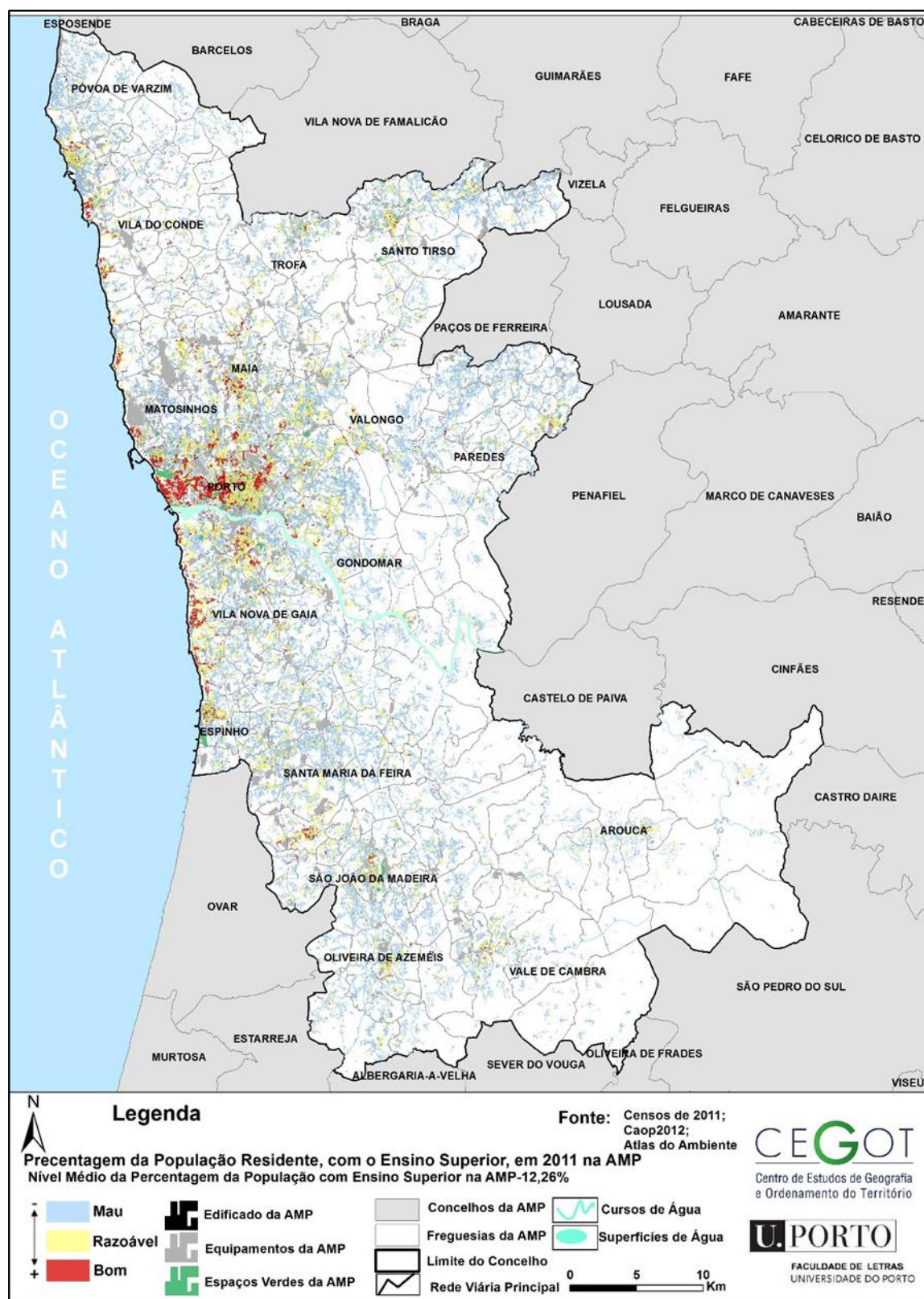
Anexo 8– Cluster Percentagem e peso da População com um Nível de Instrução Inferior ao Básico na AMP, em 2011



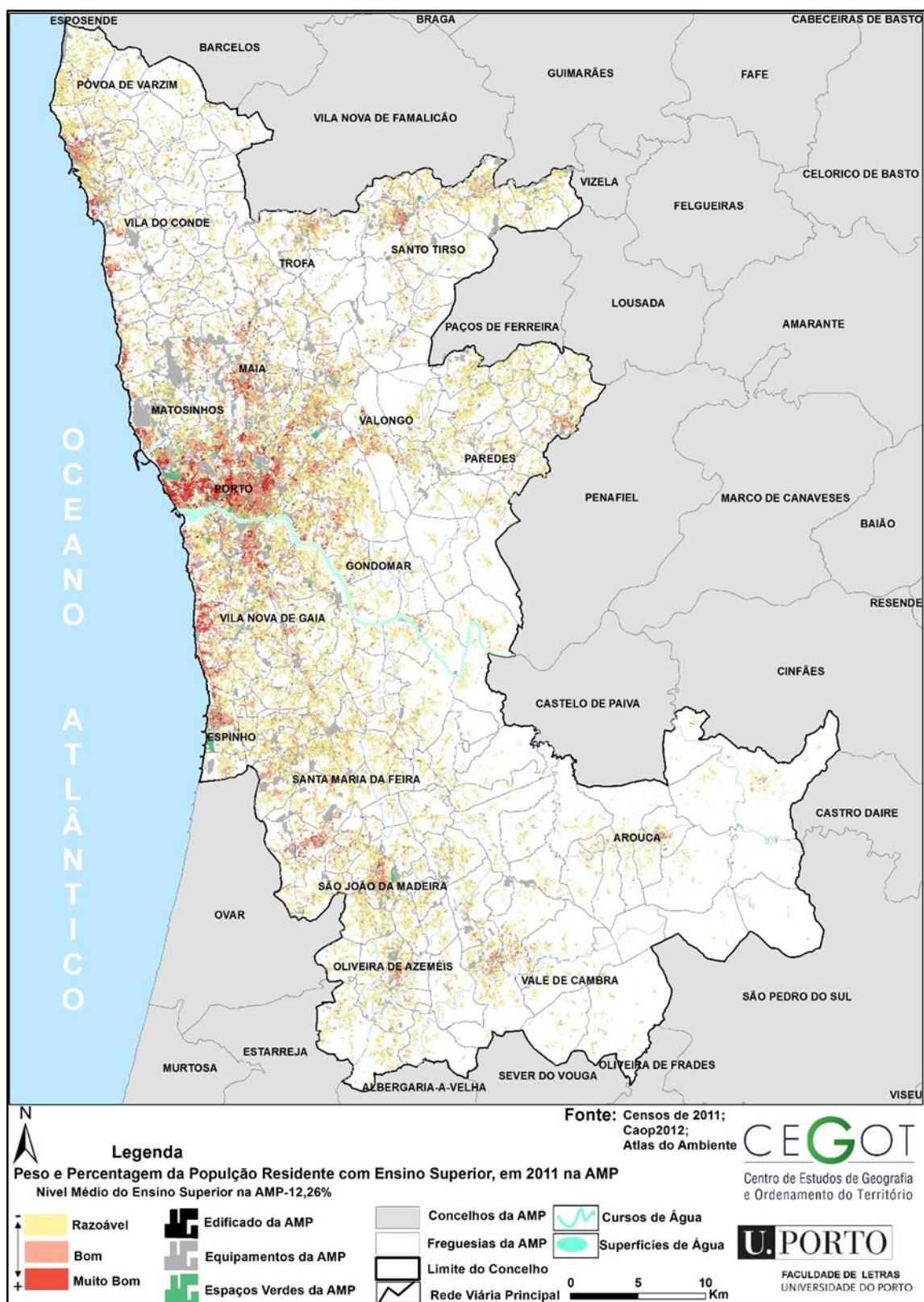
Anexo 9- Peso da População com Ensino Superior ao Básico na AMP, em 2011



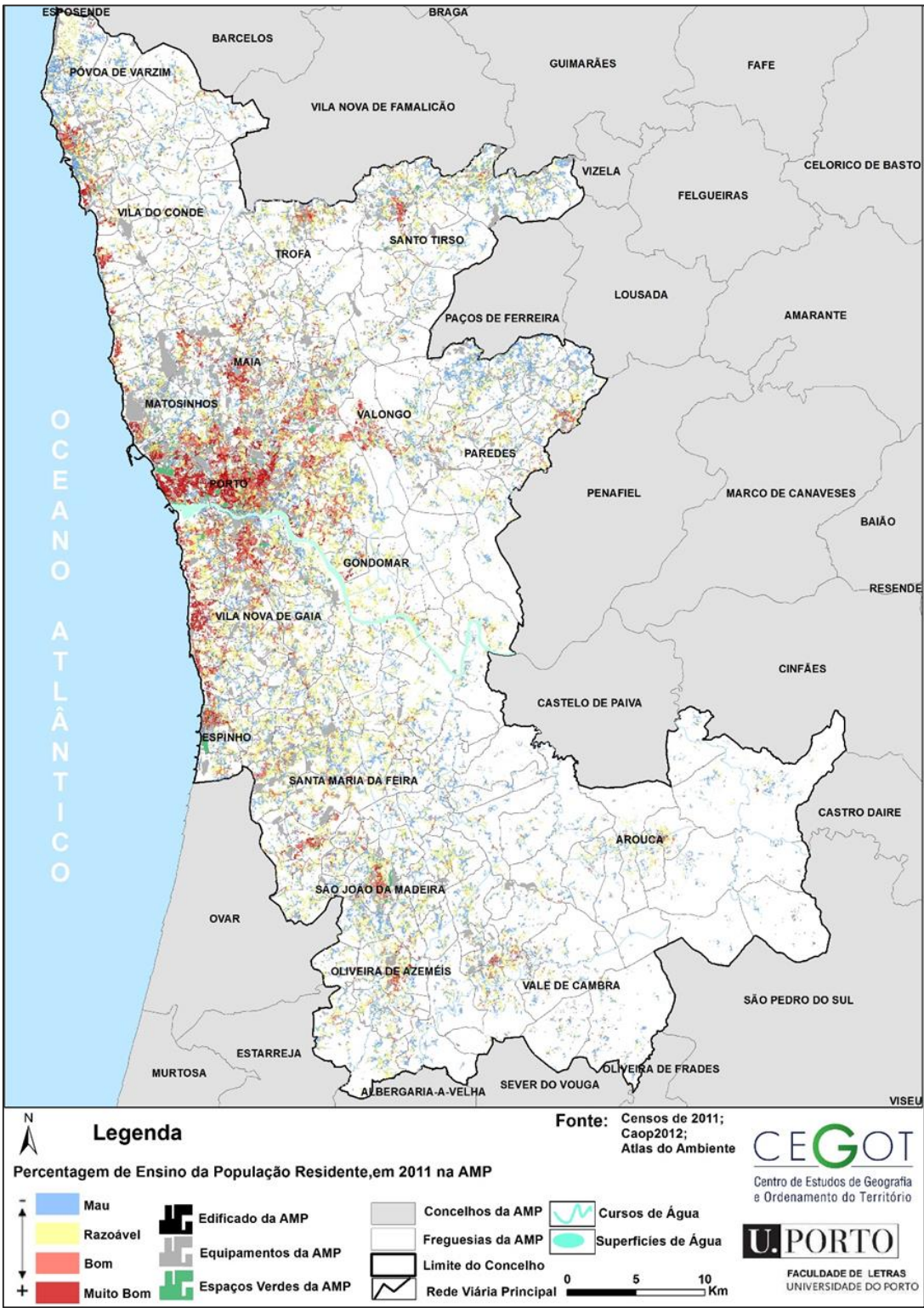
Anexo 10- Percentagem da População Residente, com Ensino Superior, em 2011 na AMP



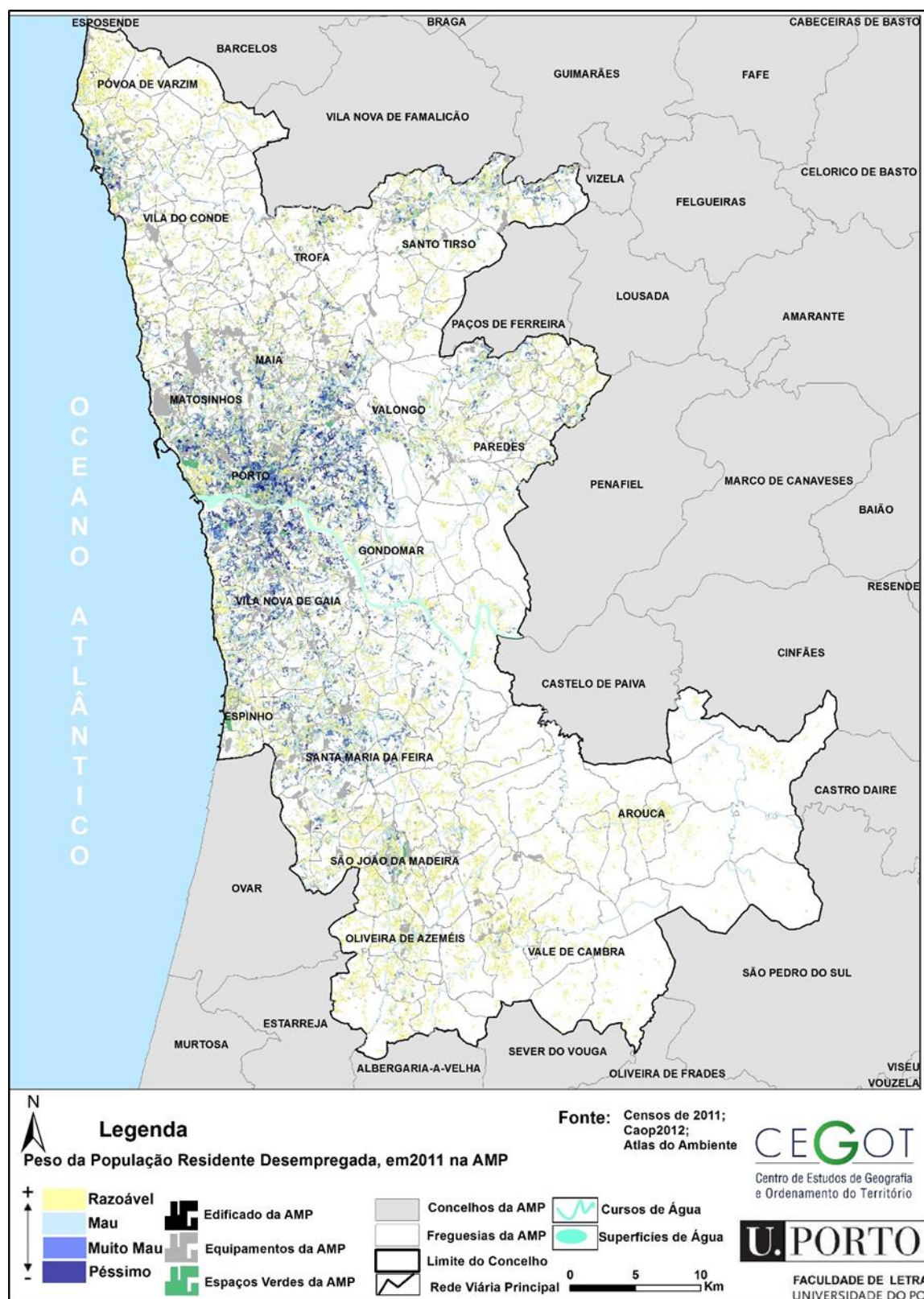
Anexo 11- Cluster do Peso e Percentagem da População Residente, com Ensino Superior, em 2011 na AMP



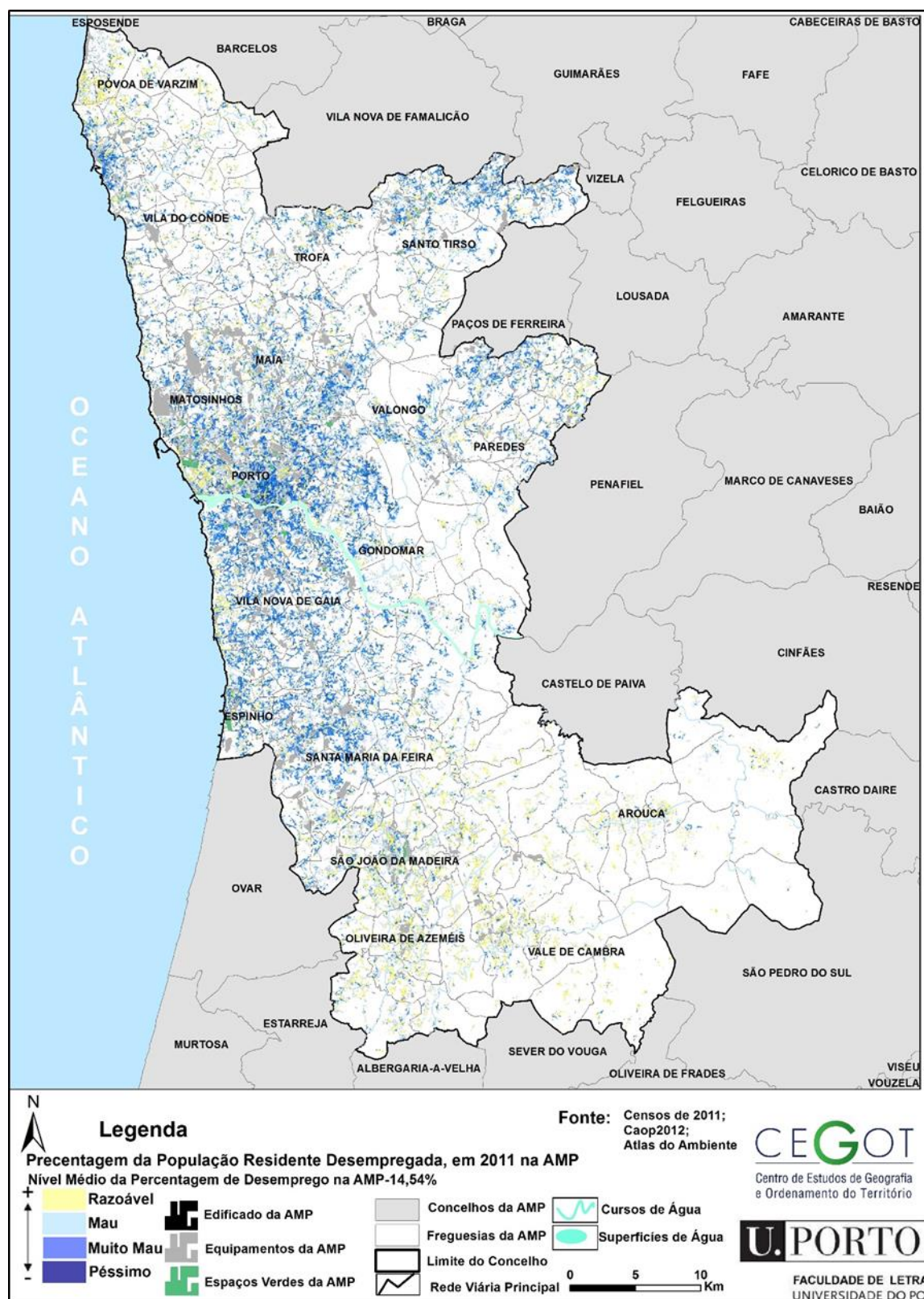
Anexo 12- Cluster Percentagem da repartição diferentes níveis de Escolaridade na AMP, em 2011



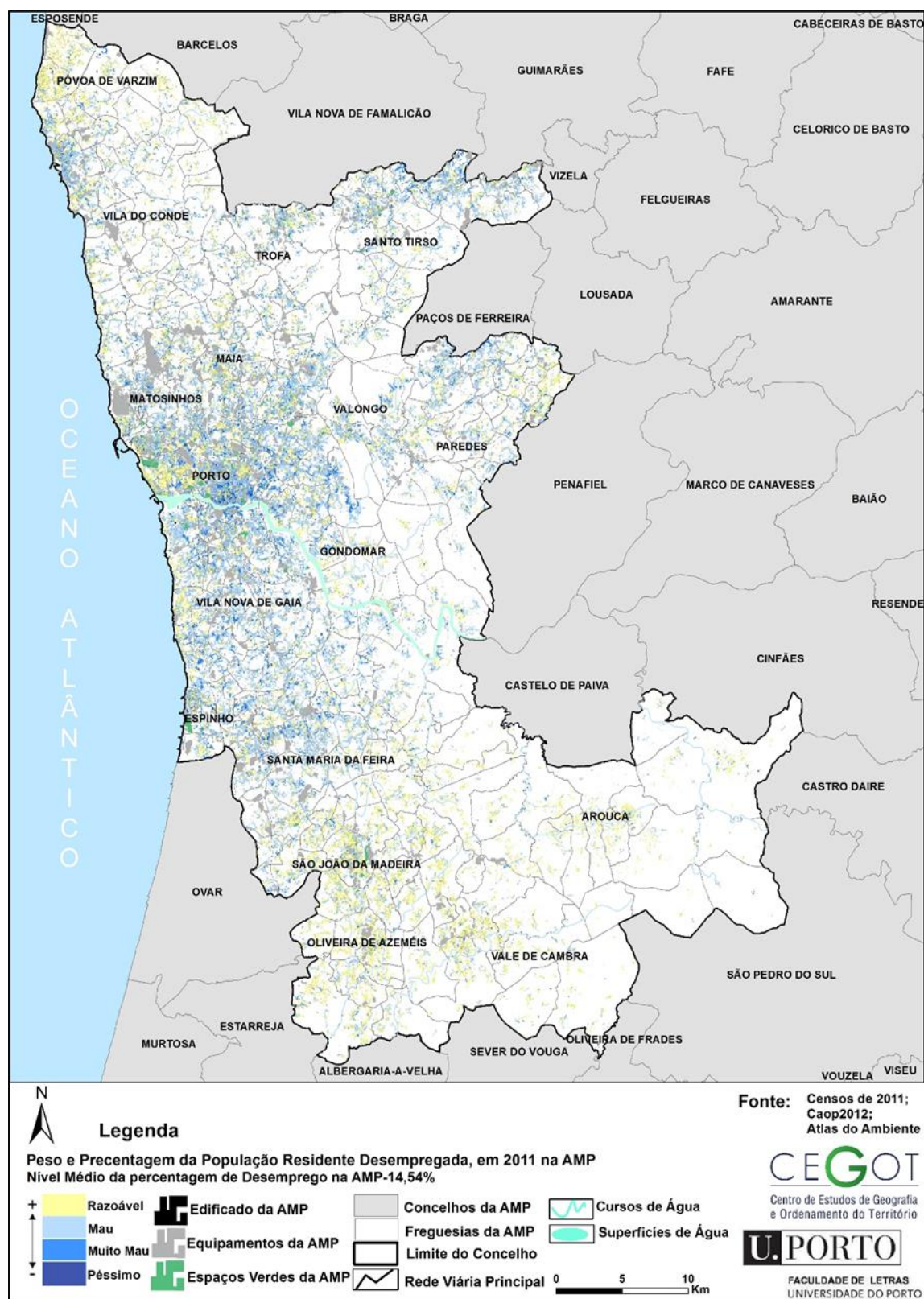
Anexo 13- Peso da População Residente Desempregada na AMP em 2011



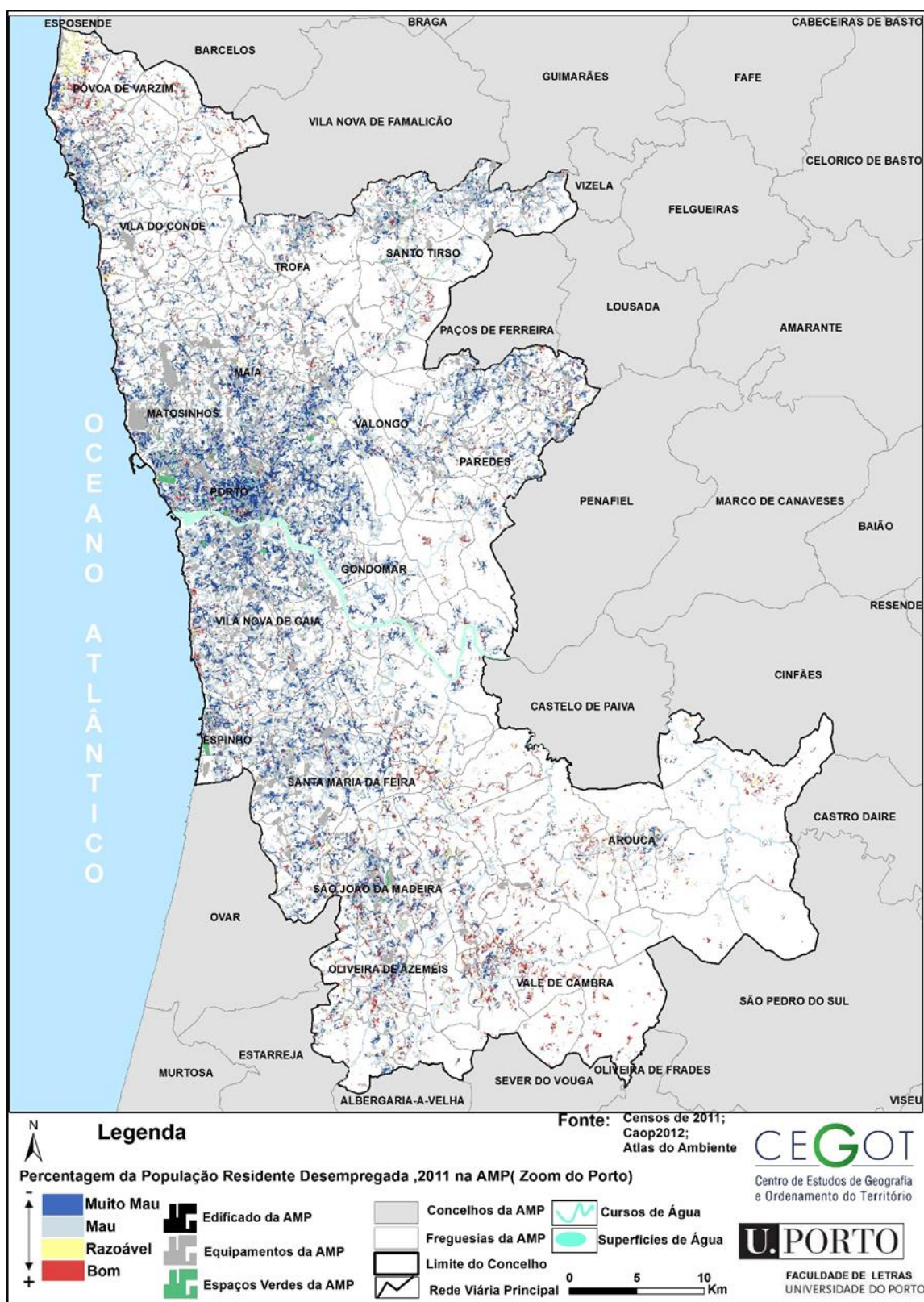
Anexo 14- Percentagem de População Residente Desempregada, na AMP em 2011



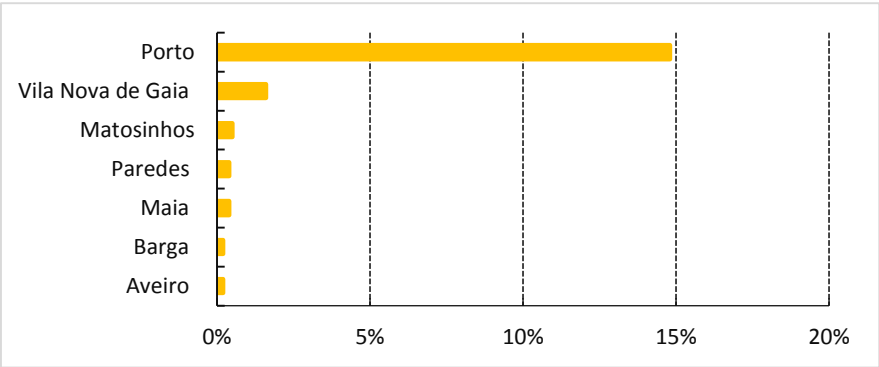
Anexo 15- Cluster do Peso e Percentagem do Desemprego em 2011 na AMP



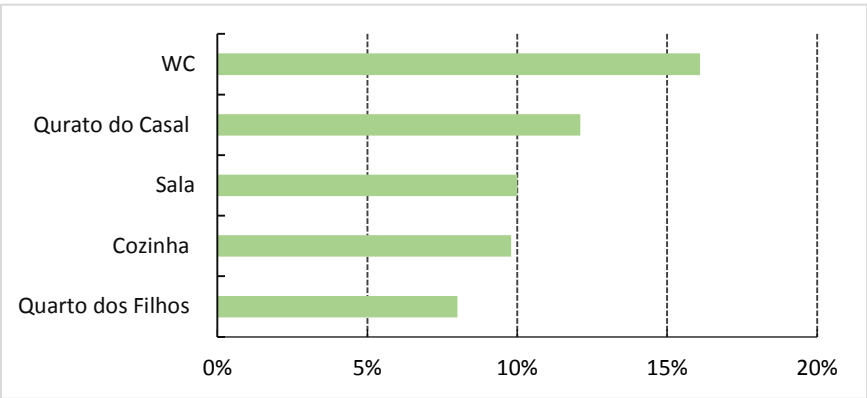
Anexo 16- Cluster da Percentagem de Desempregados em 2011 na AMP



Anexo 17- Percentagem do tempo que um individuo demora a chegar ao trabalho



Anexo 18- Percentagem de qual a repartição mais húmida da casa dos inquiridos



Anexo 19- Caracterização da Habitação do Indivíduos em percentagem

